



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXVI - Nº 033 - SÁBADO, 26 DE FEVEREIRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2011/2012)**

PRESIDENTE	MARCO MAIA – PT-RS
1ª VICE-PRESIDENTE	ROSE DE FREITAS – PMDB-ES
2º VICE-PRESIDENTE	EDUARDO DA FONTE – PP-PE
1º SECRETÁRIO	EDUARDO GOMES – PSDB-TO
2º SECRETÁRIO	JORGE TADEU MUDALEN – DEM-SP
3º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA – PR-PE
4º SECRETÁRIO	JÚLIO DELGADO – PSB-MG
1º SUPLENTE	GERALDO RESENDE – PMDB-MS
2º SUPLENTE	MANATO – PDT-ES
3º SUPLENTE	CARLOS EDUARDO CADOCA – PSC-PE
4º SUPLENTE	SÉRGIO MORAES – PTB-RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

SEÇÃO I

1 – ATA DA 25ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2011

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

OFÍCIOS

Nºs 151, 157, 159 e 214, de 2011 – Do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisões nos Mandados de Injunção que especifica.	09528
Nº 431/11 – Do Senhor Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão no Mandado de Injunção nº 3144.	09533
Nº 518/11 – Do Senhor Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão no Mandado de Injunção nº 1843.	09534
Nº 521/11 – Do Senhor Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão no Mandado de Injunção nº 3096.	09535
Nº 698/11 – Do Senhor Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão no Mandado de Injunção nº 2914.	09536
Nº 728/11 – Do Senhor Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão no Mandado de Injunção nº 3560.	09537
Nº 828/11 – Do Senhor Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão no Mandado de Injunção nº 3290.	09538
Nº 307/11 – Do Senhor Deputado Giovanni Queiroz, Líder do PDT, indicando os Deputados Félix Júnior e Paulo Rubem Santiago para integrarem o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica.	09539
S/Nº/11 – Do Senhor Deputado Sarney Filho, comunicando a criação da Frente Parlamentar Ambientalista.....	09540

MEMORANDO

Nº 01/11 – Do Senhor Deputado Elvino Bohn Gass, solicitando alteração de seu nome parlamentar.	09561
---	-------

PROJETO DE LEI

Nº 6.785-C/2006 – do Sr. Celso Russomanno – EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 6.785-B, de 2006, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de os serviços de registros civis de pessoas naturais comunicarem à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública os óbitos registrados, acrescentando parágrafo único ao art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973”.....	09562
---	-------

REQUERIMENTOS

Nº 394/2011 – Do Sr. Sibá Machado – requer moção de aplauso aos brasileiros Chico Anísio (humorista), José Alencar (ex-Vice-Presidente) e Ronaldo (jogador de futebol).	09563
Nº 396/2011 – Do Sr. Oziel Oliveira – requer o envio de moção de congratulação à TV Oeste, no município de Barreiras – BA, em comemoração aos seus 20 anos de audiência na região.	09564
Nº 427/2011 – Do Sr. Oziel Oliveira – requer o envio de Moção de Congratulação a Polícia Militar do Estado da Bahia, em comemoração aos seus 186 anos.....	09564
Nº 436/2011 – Do Sr. Hugo Leal – requer voto de louvor ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, Defesa Civil, Cruz Vermelha, Clubes de Jipeiros, Motociclistas e voluntários, que deram mostras de bravura e humanidade no socorro às vítimas da tragédia causada pelas chuvas na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.	09564

IV – Pequeno Expediente

JUTAHY JUNIOR (PSDB, BA) – Voto contrário do orador ao reajuste proposto pelo Governo para o salário mínimo. Alerta sobre a majoração das tarifas de energia elétrica. Anúncio de ajuizamento perante o Supremo Tribunal Federal pelos partidos oposicionistas de ação contra a transferência para o Poder Executivo da decisão sobre os reajustes do salário mínimo até o ano de 2015.	09565
--	-------

EDSON SILVA (Bloco/PSB, CE) – Precariedade da área de saúde pública em Fortaleza, Estado do Ceará. Incompetência da gestora municipal da Capital cearense, Luizianne Lins. 09566

ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM, SC) – Saudação ao Deputado Jutahy Junior. Apresentação do Projeto de Lei nº 601, de 2011, sobre a inclusão do filho com deficiência ou portador de doença grave contagiosa ou incurável como beneficiário de pensão vitalícia por morte do servidor público federal ou membro das Forças Armadas brasileiras. 09567

CHICO LOPES (Bloco/PCdoB, CE) – Apoio aos professores e alunos da Universidade do Vale do Acaraú – UVA em greve. Retrospecto da luta do orador em defesa dos consumidores. Conveniência do ressarcimento aos consumidores pela Companhia Energética do Estado do Ceará de valores cobrados a maior em tarifas de energia. Criação de Comissão Especial destinada à reavaliação do desempenho de agências reguladoras..... 09569

JUTAHY JUNIOR (PSDB, BA – Pela ordem) – Agradecimento ao Deputado Onofre Santo Agostini pelo elogio ao pai do orador, Jutahy Magalhães. Defesa de construção da Ferrovia Oeste-Leste e do Porto Sul, no Estado da Bahia..... 09570

IZALCI (Bloco/PR, DF – e como Líder) – Apresentação de emendas à Medida Provisória nº 517, de 2010, referente ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES..... 09571

V – Grande Expediente

CÉSAR HALUM (Bloco/PPS, TO) – Agradecimento à população do Estado do Tocantins, especialmente aos habitantes do Município de Araguaína, pela eleição do orador. Prosperidade da região do Bico do Papagaio, em Tocantins. Anúncio da apresentação de proposta de emenda à Constituição sobre a transferência às Assembleias Legislativas da competência para a criação, desmembramento e fusão de Municípios. Realização da reforma política. Posicionamento favorável à unificação das eleições brasileiras; à adoção do voto distrital misto e do voto em lista fechada e ao financiamento público de campanhas eleitorais. Necessidade de agilização no processo de tramitação de proposições na Casa. Solicitação à Presidência de urgência na tramitação de projeto de lei sobre comercialização de medicamentos veterinários genéricos no País. Independência da bancada do PPS nas votações na Casa. Prioridade na apreciação de proposições de iniciativa dos Parlamentares. Conveniência de nova redivisão territorial no Brasil. 09573

PRESIDENTE (Edson Silva) – Congratulações ao Deputado César Halum pelo discurso proferido.... 09577

DOMINGOS SÁVIO (PSDB, MG) – Saudação ao Deputado César Halum. Trajetória política do orador. Importância do Poder Legislativo. Papel desenvolvido pela Oposição no Congresso Nacional. Postura política do orador. Fragilidades do processo legislativo. Urgente necessidade de redefinição do pacto federativo. Imediata regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre destinação de recursos para a saúde pública. Omissão no processo de fiscalização da aplicação de recursos públicos. Urgente necessidade de reformulação do Código Florestal Brasileiro. Defesa de redução da carga tributária. Conveniência de reforma política no País..... 09577

Aparteante: CÉSAR HALUM (Bloco/PPS, TO). 09579

RENAN FILHO (PMDB, AL – Como Líder) – Anúncio da apresentação de projeto de resolução sobre a instituição do Orçamento Cidadão. Reajuste de tarifas pela Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL. Necessidade de melhoria do sistema de abastecimento de água no Estado..... 09582

LUCIANO MOREIRA (PMDB, MA) – Reafirmação do compromisso de atuação parlamentar em defesa do desenvolvimento do Estado do Maranhão. Congratulação ao Conselho Regional de Economia do Estado pela reedição de obra do poeta Bandeira Tribuzi. Reconhecimento do apoio de Governadores maranhenses, especialmente da Governadora Roseana Sarney, de correligionários e colaboradores do orador durante o exercício de cargos no Poder Executivo. Apoio às reformas política e tributária. Propostas para o setor da educação. Associação às metas da Presidenta Dilma Rousseff de erradicação da pobreza no País. Relevância do Programa Luz para Todos para o Maranhão..... 09583

EDSON SILVA (Bloco/PSB, CE – Como Líder) – Natureza abusiva das taxas de juros cobradas pela rede bancária no País. Perplexidade ante os elevados lucros alcançados pelo Banco Itaú S/A em 2010. Confiança nas ações da Presidenta Dilma Rousseff acerca da atuação do sistema bancário. Conveniência de maior tributação da lucratividade bancária, em favor de investimentos na área social. Apoio à realização de auditoria sobre os juros da dívida interna brasileira..... 09587

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

PROJETOS DE LEI

Nº 606/2011 – do Sr. Roberto de Lucena – Acrescenta o § 2º ao art. 19 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967..... 09588

Nº 607/2011 – do Sr. Roberto de Lucena – Dispõe sobre a contravenção de discriminação no uso de elevadores sociais..... 09589

Nº 608/2011 – do Sr. Roberto de Lucena – Institui o direito a passe livre, em transporte públi-

co, a acompanhantes de crianças matriculadas em
educação infantil..... 09590

Nº 609/2011 – do Sr. Onofre Santo Agostini
– Institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulân-
cia..... 09590

**VI – Comunicações Parlamentares (Não
houve oradores)**

VII – Encerramento

2 – DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

Arquivem-se, nos termos do § 4º do artigo
164 do RICD, os PLs que especifica. 09593

Arquive-se, nos termos do artigo 133 do RICD,
o PL nº 6.414/09..... 09593

SEÇÃO II

3 – MESA

4 – LÍDERES E VICE-LÍDERES

5 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

6 – COMISSÕES

SEÇÃO I

Ata da 25ª Sessão, em 25 de fevereiro de 2011

Presidência dos Srs.: Chico Lopes, Jutahy Júnior, Onofre Santo Agostini, Edson Silva, Renan Filho, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Chico Lopes) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Lopes) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

Of. nº 151/R

Brasília, 4 de fevereiro de 2011.

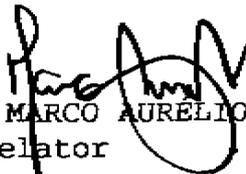
A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 3.507
IMPETRANTE: Sandra Morelli
IMPETRADOS: Presidente da República
Presidente do Senado Federal
Presidente da Câmara dos Deputados
União

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do ato cuja cópia acompanha este ofício, julguei procedente o pedido formulado para, de forma mandamental, assentar o direito da parte impetrante à contagem diferenciada do tempo de serviço em decorrência de atividades exercidas em trabalho especial, aplicando-se o regime da Lei nº 8.213/91, para fins da aposentadoria de que cogita o § 4º do artigo 40 da Constituição Federal, cabendo ao órgão a que integrada o exame do atendimento ao requisito "tempo de serviço".

Atenciosamente,


Ministro MARCO AURELIO
Relator

Of. nº 157/R

Brasília, 4 de fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 3.283

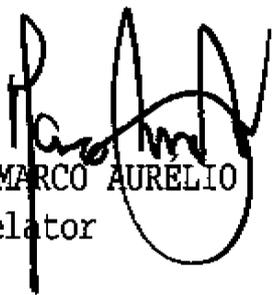
IMPETRANTE: Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização
Federal Agropecuária

IMPETRADOS: Presidente da República
Presidente do Senado Federal
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do ato cuja cópia acompanha este ofício, julguei procedente o pedido formulado para, de forma mandamental, assentar o direito dos substituídos à contagem diferenciada do tempo de serviço em decorrência de atividades exercidas em trabalho especial, aplicando-se o regime da Lei nº 8.213/91, para fins da aposentadoria de que cogita o § 4º do artigo 40 da Constituição Federal, cabendo ao órgão a que integrados o exame do atendimento ao requisito "tempo de serviço".

Atenciosamente,


Ministro MARCO AURELIO
Relator

Of. nº 159/R

Brasília, 4 de fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 3.194

IMPETRANTE: Sônia Regina de Cássia Martins
Rosario

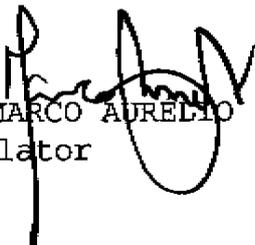
IMPETRADOS: Presidente da República
Presidente do Senado Federal
Presidente da Câmara dos Deputados

LITISCONSORTE PASSIVO: Município de Campinas

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do ato cuja cópia acompanha este ofício, julguei procedente o pedido formulado para, de forma mandamental, assentar o direito da parte impetrante à contagem diferenciada do tempo de serviço em decorrência de atividades exercidas em trabalho especial, aplicando-se o regime da Lei nº 8.213/91, para fins da aposentadoria de que cogita o § 4º do artigo 40 da Constituição Federal, cabendo ao órgão a que integrada o exame do atendimento ao requisito "tempo de serviço".

Atenciosamente,


Ministro MARCO AURELIO
Relator

Ofício n° 214/R

Brasília, 4 de fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

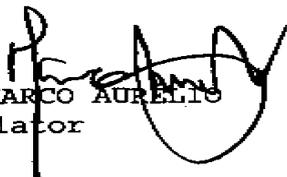
MANDADO DE INJUNÇÃO N° 3.270

IMPETRANTE: Catia Salgado
IMPETRADOS: Presidente da República
Presidente do Senado Federal
Presidente da Câmara dos Deputados
LITISCONSORTE PASSIVA: União

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos da decisão cuja cópia segue anexa, julguei procedente o pedido formulado para, de forma mandamental, assentar o direito da parte impetrante à contagem diferenciada do tempo de serviço em decorrência de atividades exercidas em trabalho especial, aplicando-se o regime da Lei n° 8.213/91, para fins da aposentadoria de que cogita o § 4° do artigo 40 da Constituição Federal, cabendo ao órgão a que integrada o exame do atendimento ao requisito "tempo de serviço".

Atenciosamente,


Ministro MARCO AURELIO
Relator

Em: 25/02/11.

Ciente. Publiquem-se este despacho e os ofícios do Supremo Tribunal Federal.


MARCO MAIA
Presidente

Of. nº 431/R

Brasília, 11 de fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

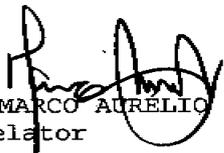
MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 3.144

IMPETRANTE: Samuel Amaro Junior
IMPETRADOS: Presidente da República
Presidente do Senado Federal
Presidente da Câmara dos Deputados
LITISCONSORTE PASSIVA: União

Senhor Presidente,

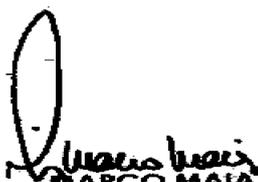
Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do ato cuja cópia acompanha este ofício, julguei procedente o pedido formulado para, de forma mandamental, assentar o direito da parte impetrante à contagem diferenciada do tempo de serviço em decorrência de atividades exercidas em trabalho especial, aplicando-se o regime da Lei nº 8.213/91, para fins da aposentadoria de que cogita o § 4º do artigo 40 da Constituição Federal, cabendo ao órgão a que integrada o exame do atendimento ao requisito "tempo de serviço".

Atenciosamente,


Ministro MARCO AURELIO
Relator

Em: 25/02/11.

Publique-se.


MARCO MAIA
Presidente

Ofício nº 518/R

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 1.843

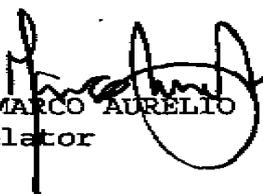
IMPETRANTE: Paulo Eduardo dos Santos Dottein
IMPETRADOS: Presidente da República
Senado Federal
Câmara dos Deputados

LITISCONSORTE PASSIVO: Município de Porto Alegre

Senhor Presidente,

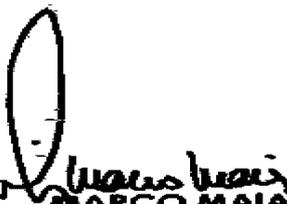
Comunico a Vossa Excelência que, nos termos da decisão cuja cópia segue anexa, julguei procedente o pedido formulado para, de forma mandamental, assentar o direito da parte impetrante à contagem diferenciada do tempo de serviço em decorrência de atividades exercidas em trabalho especial, aplicando-se o regime da Lei nº 8.213/91, para fins da aposentadoria de que cogita o § 4º do artigo 40 da Constituição Federal, cabendo ao órgão a que integrada o exame do atendimento ao requisito "tempo de serviço".

Atenciosamente,


Ministro MARCO AURELIO
Relator

Em: 25/02/11.

Publique-se.


MARCO MAIA
Presidente

Of. nº 521/R

Brasília, 9 fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

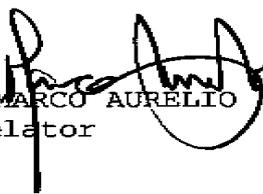
MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 3.096

IMPETRANTE: Paulo Cesar de Cristo
IMPETRADOS: Presidente da República
Presidente da Câmara dos Deputados
Presidente do Senado Federal
LITISCONSORTE PASSIVO: Estado do Mato Grosso do Sul

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos da decisão cuja cópia segue anexa, julguei procedente o pedido formulado no mandado de injunção acima referido para, de forma mandamental, assentar o direito da parte impetrante à contagem diferenciada do tempo de serviço em decorrência de atividades exercidas em trabalho especial, aplicando-se o regime da Lei nº 8.213/91, para fins da aposentadoria de que cogita o § 4º do artigo 40 da Constituição Federal, cabendo ao órgão a que integrada o exame do atendimento ao requisito "tempo de serviço".

Atenciosamente,


Ministro MARCO AURELIO
Relator

Em: 25/02/11.

Publique-se.


MARCO MAIA
Presidente

Of. nº 698/R

Brasília, 14 de fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 2.914

IMPETRANTE: Antonio Carlos Alves de Oliveira
IMPETRADOS: Presidente da República
Presidente Câmara dos Deputados
Presidente do Senado Federal

LITISCONSORTE PASSIVA: União

Senhor Presidente,

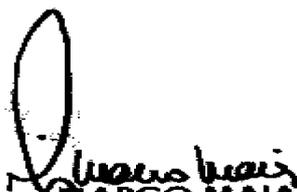
Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do ato cuja cópia acompanha este ofício, julguei procedente o pedido formulado para, de forma mandamental, assentar o direito da parte impetrante à contagem diferenciada do tempo de serviço em decorrência de atividades exercidas em trabalho especial, aplicando-se o regime da Lei nº 8.213/91, para fins da aposentadoria de que cogita o § 4º do artigo 40 da Constituição Federal, cabendo ao órgão a que integrada o exame do atendimento ao requisito "tempo de serviço".

Atenciosamente,


Ministro MARCO AURELIO
Relator

Em: 25/02/11.

Publique-se.


MARCO MAIA
Presidente

Of. n. 728/R

Brasília, 16 de fevereiro de 2011.

MANDADO DE INJUNÇÃO N. 3.560

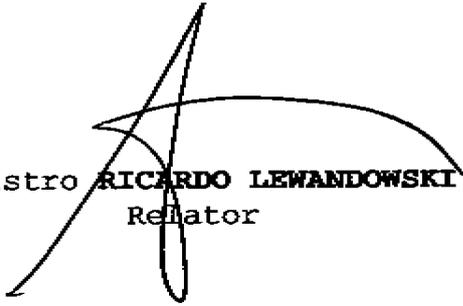
IMPETRANTE: Maria Raimunda da Silva

IMPETRADOS: Presidente da República
Presidente do Senado Federal
Presidente da Câmara dos Deputados
Município de Divinópolis

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, de acordo com o despacho cuja cópia segue anexa, **concedi a ordem em parte** para que o pleito de aposentadoria especial seja analisado pela autoridade administrativa, a quem compete a verificação do preenchimento ou não dos requisitos legais, em especial os do artigo 57 da Lei 8.213/1991.

Aproveito o ensejo para externar meus protestos de estima e consideração.

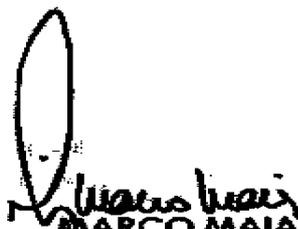


Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Relator

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados

Em: 25/02/11.

Publique-se.



MARCO MAIA
Presidente

Of. nº 828/R

Brasília, 17 de fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MARCO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 3.290

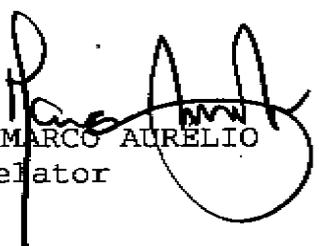
IMPETRANTE: Marucia Furtado Granato
IMPETRADOS: Presidente da República
Presidente da Câmara dos Deputados
Presidente do Senado Federal

LITISCONSORTE PASSIVO: Município de Belo Horizonte

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos da decisão cuja cópia acompanha este ofício, julguei procedente o pedido formulado para, de forma mandamental, assentar o direito da parte impetrante à contagem diferenciada do tempo de serviço em decorrência de atividades exercidas em trabalho especial, aplicando-se o regime da Lei nº 8.213/91, para fins da aposentadoria de que cogita o § 4º do artigo 40 da Constituição Federal, cabendo ao órgão a que integrada o exame do atendimento ao requisito "tempo de serviço".

Atenciosamente,


Ministro MARCO AURELIO
Relator

Em: 25/02/11.

Publique-se.


MARCO MAIA
Presidente

Ofício Ind. 307-11/PDT

Brasília, 24 de fevereiro de 2011.

Senhor Presidente,

Indico a V.Exa., de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os Deputados FÉLIX JÚNIOR (PDT/BA) e PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT/PE), para integrarem como membro Titular e Suplente, respectivamente, o "Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica.

Atenciosamente,



Deputado Giovanni Queiroz
Líder do PDT

À Sua Excelência o Senhor
Deputado **MARCO MAIA**
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Em 25/2/2011.
Publique-se.



MARCO MAIA
Presidente

Brasília, 16 de fevereiro de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Ex^a. a criação da Frente Parlamentar Ambientalista, que reúne Deputados Federais e Senadores preocupados com a degradação ambiental no País. Pretendemos, em conjunto com a sociedade civil, apoiar políticas públicas, programas e demais ações governamentais e não-governamentais que promovam o desenvolvimento sustentável.

Nos termos do art. 80, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos que V. Ex^a. dê ciência ao Plenário da criação dessa Frente Parlamentar e convidamos os ilustres Pares a unirem-se aos signatários do Manifesto anexo.

Respeitosamente,

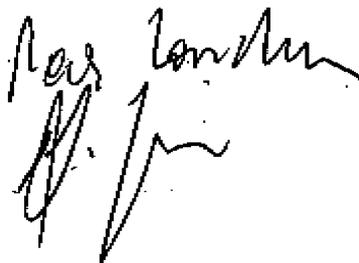

Deputado Sarney Filho

Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCO MAIA
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N.E.S.T.A

ATA DE FUNDAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA

Às 8:30 horas do dia 16 de fevereiro de dois mil e onze, no restaurante do 10º andar do Anexo IV da Câmara dos Deputados, Brasília, Distrito Federal, as Senhoras e Senhores Deputados Federais e Senadores que subscreveram a Lista de Adesão à Frente Parlamentar Ambientalista, reuniram-se para fundar e constituir a Frente Parlamentar Ambientalista. Assumiu a presidência da reunião, por consenso entre os Parlamentares presentes, o Deputado Sarmey Filho, que convidou para integrar a Mesa o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame e o Deputado Penna. Composta a Mesa, o Presidente informou sobre o objetivo da reunião, a fundação e constituição da Frente Parlamentar Ambientalista. Em seguida, foi lido o Estatuto da Frente, resultado de debates e consultas anteriores a parlamentares e entidades da sociedade civil. Colocado em votação, o Estatuto foi aprovado por unanimidade, passando a integrar a presente Ata, e, por consequência, foi declarada criada a Frente Parlamentar Ambientalista. Em seguida, passou-se à decisão sobre a composição diretiva da Frente. Os cargos ficaram assim distribuídos: Deputado Sarmey Filho, como Coordenador-Geral; Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, Penna e a Senadora Vanessa Grazziotin como sub-coordenadores; Deputado Paes Lândim como Secretário-Geral; as Deputadas Rosane Ferreira, Serys Slhessarenko e Rebecca Garcia, como Conselheiras Executivas, os ambientalistas Mário Mantovani, Fábio Feldman, André Lima e Edson Duarte, como Conselho Consultivo. Ficou

decidido que, em reunião futura, poderão ser agregados novos integrantes à Frente. Suspendeu-se a reunião às 09:30 horas, ao tempo em que eu, Paes Landim, Deputado Federal, Secretário-Geral da Frente Parlamentar Ambientalista, lavrei a presente, que, depois de lida, foi assinada pelo Coordenador-Geral.



FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA

MANIFESTO

Os Deputados Federais abaixo assinados, preocupados com os graves problemas de degradação ambiental enfrentados em nível nacional e mundial e considerando que tal questão transcende as ideologias e filiações partidárias, assumem o compromisso de atuar, conjuntamente com a sociedade civil, no sentido de apoiar iniciativas governamentais e não-governamentais que visem alcançar padrões sustentáveis de desenvolvimento. Em especial, comprometem-se a:

1 – lutar em defesa dos princípios da Carta da Terra, documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92;

II – lutar pela correta implementação da Agenda 21, incluindo as disposições referentes à observância por parte dos países desenvolvidos das metas de emprego de recursos em ajuda a países em desenvolvimento (*Official Development Assistance - ODA*);

III – lutar pela implementação da Convenção sobre Mudanças Climáticas e do Protocolo de Kyoto, bem como pela assunção, por todos os países, dos compromissos neles estabelecidos e, paulatinamente, negociar normas internacionais mais efetivas do ponto de vista da proteção ambiental, com o intuito de prevenir e reverter alterações climáticas;

IV – lutar pela implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, inclusive no que se refere à justa repartição de benefícios pelo uso de recursos do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;

V – lutar pela implementação dos demais acordos internacionais já firmados relativos à temática ambiental, assim como pela formulação e negociação de outros acordos na área que venham a se fazer necessários;

VI – lutar pela aprovação das proposições legislativas que aperfeiçoam a legislação ambiental vigente, assegurados os ajustes que se fizerem importantes nos textos em discussão no Congresso Nacional;

VII – propugnar pela máxima cooperação entre Estado e sociedade para a solução dos problemas ambientais;

VIII – acompanhar a concepção e o trâmite dos projetos referentes ao plano plurianual, às leis de diretrizes orçamentárias e aos orçamentos anuais, de forma a assegurar a alocação de recursos orçamentários para ações voltadas a garantir salvaguardas ambientais nos programas a cargo dos Executivos Municipais, Estaduais e Federal;

IX – rechaçar qualquer tentativa de impor retrocessos à legislação ambiental;

X – conceber instrumentos econômicos que auxiliem a consecução dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente;

XI – conceber mecanismos legais com vistas a assegurar a estrita observância dos princípios da precaução e do usuário-pagador;

XII – acompanhar a concepção e a implementação das diferentes políticas públicas que apresentam interfaces com a questão ambiental, de forma a assegurar sua compatibilidade com a Política Nacional do Meio Ambiente;

XIII – acompanhar e trabalhar para a correta implementação da Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, da Lei de Crimes Ambientais, da Lei da Educação Ambiental, da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de todas as demais conquistas já efetivadas no campo da legislação ambiental;

XIV – garantir que os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE incidente sobre a comercialização e importação de combustíveis, instituída pela Emenda Constitucional nº 33, de

2001, sejam aplicados conforme o previsto na referida emenda, notadamente em projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas pela indústria do petróleo e do gás, e em programas de infra-estrutura de transportes que visem à redução do consumo de combustíveis;

XV – garantir que os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos sejam aplicados na bacia hidrográfica em que foram gerados, em projetos voltados à conservação e melhoria da qualidade ambiental;

XVI – acompanhar a implementação das obras públicas e das obras financiadas com recursos públicos, tendo em vista assegurar o cumprimento da legislação ambiental, inclusive no que se refere ao licenciamento ambiental;

XVII – atuar como catalisador de demandas da sociedade em relação a questões ambientais.

XVIII – Lutar pela implementação da Convenção de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD). *

Brasília de fevereiro 2011

Deputado **SARNEY FILHO**

FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA

ESTATUTO

Art. 1º A Frente Parlamentar Ambientalista, doravante designada neste Estatuto como Frente, instituída para acompanhar os processos legislativos e outras atividades do Congresso Nacional que apresentem relação, direta ou indireta, com a questão ambiental, bem como para atuar, conjuntamente com a sociedade civil, no apoio a políticas públicas, programas e ações governamentais e não-governamentais com o objetivo de alcançar padrões sustentáveis de desenvolvimento, reger-se-á por este Estatuto.

Art. 2º A Frente, integrada por Deputados Federais e Senadores filiados, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional, obedecidas as normas de regência, em especial as estabelecidas pela Mesa da Câmara dos Deputados para esse fim, assume como objetivos, entre outros relacionados à proteção ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável:

I – a defesa dos princípios da Carta da Terra, documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92;

II – a implementação da Agenda 21, incluindo as disposições referentes à observância, por parte dos países desenvolvidos, das metas de emprego de recursos em ajuda a países em desenvolvimento (*Official Development Assistance - ODA*);

III – a implementação da Convenção sobre Mudanças Climáticas e do Protocolo de Kyoto, bem como a assunção, por todos os países, dos compromissos neles estabelecidos e, paulatinamente, a negociação de normas internacionais mais efetivas do ponto de vista da proteção ambiental, com o intuito de prevenir e reverter alterações climáticas;

IV – a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, incluindo a justa repartição de benefícios pelo uso de recursos do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;

V – a implementação dos demais acordos internacionais já firmados relativos à temática ambiental, assim como a formulação e negociação de outros acordos na área que se façam necessários;

VI – a aprovação das proposições legislativas que aperfeiçoam a legislação ambiental vigente, assegurados os ajustes que se façam importantes nos textos em discussão no Congresso Nacional;

VII – a máxima cooperação entre Estado e sociedade para a solução dos problemas ambientais;

VIII – o acompanhamento da concepção e do trâmite dos projetos referentes ao plano plurianual, às leis de diretrizes orçamentárias e aos orçamentos anuais, de forma a assegurar a alocação de recursos orçamentários para ações voltadas a garantir salvaguardas ambientais nos programas a cargo dos Executivos Municipais, Estaduais e Federal;

IX – a concepção de instrumentos econômicos que auxiliem a consecução dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente;

X – a concepção de mecanismos legais com vistas a assegurar a estrita observância dos princípios da precaução e do usuário-pagador;

XI – o acompanhamento da concepção e da implementação das diferentes políticas públicas que apresentam interfaces com a questão ambiental, de forma a assegurar sua compatibilidade com a Política Nacional do Meio Ambiente;

XII – a implementação da Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, da Lei de Crimes Ambientais, da Lei da Educação Ambiental, da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, da Lei da Mata

Atlântica e de todas as demais conquistas já efetivadas no campo da legislação ambiental;

XIII – a aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE incidente sobre a comercialização e importação de combustíveis, instituída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001, conforme o previsto na referida emenda, notadamente em projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas pela indústria do petróleo e do gás, e em programas de infra-estrutura de transportes que visem à redução do consumo de combustíveis;

XIV – a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica em que foram gerados, em projetos voltados à conservação e melhoria da qualidade ambiental;

XV – a observância da legislação ambiental na implementação das obras públicas e das obras financiadas com recursos públicos;

XVI – a articulação das demandas da sociedade em relação a questões ambientais.

§ 1º A Frente poderá ser ampliada com a participação, na condição de membros colaboradores, de entidades representativas da sociedade

civil organizada que tenham entre seus fins institucionais um ou mais dos objetivos previstos no *caput* e seus incisos.

§ 2º Independentemente de integrarem a Frente, as entidades referidas no § 1º poderão conduzir campanhas autônomas.

Art. 3º É vedada à Frente a participação em atividades estranhas à sua natureza e finalidade.

Art. 4º Compõem a Frente:

I – a Assembléia-Geral, composta dos Parlamentares filiados à Frente;

II – o Conselho Executivo, integrado por:

- 1 (um) Coordenador-Geral;
- 2 (dois) sub-coordenadores;
- 1 (um) Secretário-Geral;

III – o Conselho Executivo, integrado por:

a) 6 (seis) parlamentares efetivos;

b) consultores convidados pela Assembléia Geral para assessoria temporária em temas específicos.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Executivo e dos consultores efetivos será de 2 (dois) anos.

§ 2º A participação nos cargos previstos neste artigo não ensejará qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º Compete à Assembléia-Geral:

I – eleger ou destituir os integrantes do Conselho Executivo e do Conselho Consultivo;

II – aprovar os relatórios apresentados pelo Conselho Executivo;

III – estabelecer as diretrizes políticas da atuação da Frente;

IV – supervisionar a atuação do Conselho Executivo;

V – promover as alterações necessárias a este Estatuto.

§ 1º A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada 6 (seis) meses e extraordinariamente sempre que convocada.

§ 2º As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples dos votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Frente, em primeira chamada, e por maioria simples dos votantes, presentes dez por cento de seus membros, na hipótese de segunda chamada.

Art. 6º Compete ao Conselho Executivo:

I – implementar as diretrizes políticas estabelecidas pela Assembléia-Geral;

II – tomar as decisões políticas e administrativas necessárias para que se atinjam os objetivos da Frente;

III – elaborar relatórios sobre a atuação da Frente; com periodicidade, no mínimo, anual;

IV – convocar a Assembléia-Geral.

§ 1º São atribuições do Coordenador-Geral:

I – representar a Frente perante a Câmara dos Deputados, nos termos do art. 3º, parágrafo único, do Ato da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados nº 69, de 2005, e o Senado Federal;

II – representar a Frente junto a entidades públicas e privadas;

III – convocar as reuniões do Conselho Executivo;

IV – presidir as reuniões do Conselho Executivo e da Assembléia-Geral.

§ 2º São atribuições dos sub-coordenadores auxiliar o Coordenador-Geral e substituí-lo em casos de impedimento.

§ 3º São atribuições do Secretário-Geral:

I – planejar e coordenar as atividades do Conselho Executivo;

II – tomar as iniciativas necessárias para que as decisões do Conselho Executivo sejam cumpridas.

§ 4º Os cargos do Conselho Executivo são privativos de Deputados Federais e Senadores.

Art. 7º Compete ao Conselho Consultivo assessorar o Conselho Executivo e a Assembléia-Geral, sempre que demandado.

§ 1º Poderão integrar o Conselho Consultivo, além de Deputados Federais, Senadores e outros agentes políticos, ambientalistas e especialistas dos campos do direito, ecologia, política ambiental e áreas afins.

§ 2º Em caso de urgência, a nomeação de consultores convidados poderá ser feita pelo Conselho Executivo, *ad referendum* da Assembléia-Geral.

Art. 8º A Frente será dissolvida por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembléia-Geral.

Art. 9º Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Executivo.

Art. 10. A Assembléia Geral aprovará normas específicas regulando:

I – as eleições periódicas para os cargos do Conselho Executivo e para os consultores efetivos;

II – o ingresso de novos filiados;

III – a desfiliação voluntária ou compulsória.

Art. 11. Este Estatuto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,


de fevereiro de 2011.

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS**(53ª Legislatura 2007-2011)**Conferência de Assinaturas
(Ordem de apoio)25/02/2011 10:27:43
Página 1 de 6

Proposição: REQ 0000/00
Autor da Proposição: SARNEY FILHO E OUTROS
Data de Apresentação: 16/02/2011
Ementa: Frente Parlamentar Ambientalista.
Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	196	(+ 11 Senadores)
Não Conferem	009	
Fora do Exercício	008	
Repetidas	026	
Ilegíveis	001	
Retiradas	000	
Total	240	

Assinaturas Confirmadas

1	SARNEY FILHO	PV	MA
2	JEAN WYLLYS	PSOL	RJ
3	ROSANE FERREIRA	PV	PR
4	HUGO LEAL	PSC	RJ
5	REINHOLD STEPHANES	PMDB	PR
6	TAUMATURGO LIMA	PT	AC
7	JOÃO PAULO LIMA	PT	PE
8	ZÉ GERALDO	PT	PA
9	SIBA MACHADO	PT	AC
10	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP
11	DR. ROSINHA	PT	PR
12	DALVA FIGUEIREDO	PT	AP
13	DR. ADILSON SOARES	PR	RJ
14	EDINHO BEZ	PMDB	SC
15	EUDES XAVIER	PT	CE
16	FLAVIANO MELO	PMDB	AC
17	FÁBIO RAMALHO	PV	MG
18	HOMERO PEREIRA	PR	MT
19	JOÃO MAIA	PR	RN
20	LUIZ COUTO	PT	PB
21	MANUELA D'ÁVILA	PCdoB	RS
22	RODRIGO MAIA	DEM	RJ
23	MARCELO CASTRO	PMDB	PI
24	MARINHA RAUPP	PMDB	RO

25	BETO MANSUR	PP	SP
26	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
27	CARLAILE PEDROSA	PSDB	MG
28	CARLOS EDUARDO CADOCA	PSC	PE
29	CELSO MALDANER	PMDB	SC
30	CESAR COLNAGO	PSDB	ES
31	CIDA BORGHETTI	PP	PR
32	DALVA FIGUEIREDO	PT	AP
33	DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB
34	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
35	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP
36	DIEGO ANDRADE	PR	MG
37	DOMINGOS DUTRA	PT	MA
38	DOMINGOS NETO	PSB	CE
39	DR. ADILSON SOARES	PR	RJ
40	DR. CARLOS ALBERTO	PMN	RJ
41	DR. JORGE SILVA	PDT	ES
42	DR. PAULO CÉSAR	PR	RJ
43	DR. ROSINHA	PT	PR
44	DUDIMAR PAXIUBA	PSDB	PA
45	EDINHO BEZ	PMDB	SC
46	EDIO LOPES	PMDB	RR
47	EDSON PIMENTA	PCdoB	BA
48	EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG
49	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
50	EDUARDO DA FONTE	PP	PE
51	EFRAIM FILHO	DEM	PB
52	ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA
53	ERIKA KOKAY	PT	DF
54	ESPERIDIÃO AMIN	PP	SC
55	EUDES XAVIER	PT	CE
56	FÁBIO FARIA	PMN	RN
57	FÁBIO RAMALHO	PV	MG
58	FELIPE MAIA	DEM	RN
59	FERNANDO FERRO	PT	PE
60	FERNANDO MARRONI	PT	RS
61	FLÁVIA MORAIS	PDT	GO
62	FLAVIANO MELO	PMDB	AC
63	FRANCISCO FLORIANO	PR	RJ
64	FRANCISCO PRACIANO	PT	AM
65	GENECIAS NORONHA	PMDB	CE
66	GERALDO RESENDE	PMDB	MS
67	GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
68	GLADSON CAMELI	PP	AC
69	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
70	GORETE PEREIRA	PR	CE
71	GUILHERME CAMPOS	DEM	SP
72	HENRIQUE AFONSO	PV	AC
73	HENRIQUE OLIVEIRA	PR	AM

74	HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR
75	HOMERO PEREIRA	PR	MT
76	HUGO LEAL	PSC	RJ
77	IVAN VALENTE	PSOL	SP
78	JAIME MARTINS	PR	MG
79	JAIRO ATAÍDE	DEM	MG
80	JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ
81	JANETE ROCHA PIETÁ	PT	SP
82	JEAN WYLLYS	PSOL	RJ
83	JOÃO ARRUDA	PMDB	PR
84	JOÃO BITTAR	DEM	MG
85	JOÃO DADO	PDT	SP
86	JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG
87	JOÃO MAIA	PR	RN
88	JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP
89	JOÃO PAULO LIMA	PT	PE
90	JOAQUIM BELTRÃO	PMDB	AL
91	JORGINHO MELLO	PSDB	SC
92	JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PDT	BA
93	JOSÉ CHAVES	PTB	PE
94	JOSÉ LINHARES	PP	CE
95	JOSÉ OTÁVIO GERMANO	PP	RS
96	JOSÉ ROCHA	PR	BA
97	JOSE STÉDILE	PSB	RS
98	JOSUÉ BENGTSON	PTB	PA
99	JÚLIO CAMPOS	DEM	MT
100	JÚLIO CESAR	DEM	PI
101	LAERCIO OLIVEIRA	PR	SE
102	LAUREZ MOREIRA	PSB	TO
103	LEANDRO VILELA	PMDB	GO
104	LELO COIMBRA	PMDB	ES
105	LEONARDO QUINTÃO	PMDB	MG
106	LILIAM SÁ	PR	RJ
107	LINDOMAR GARÇON	PV	RO
108	LIRA MAIA	DEM	PA
109	LUIZ CARLOS	PSDB	AP
110	LUIZ COUTO	PT	PB
111	LUIZ OTAVIO	PMDB	PA
112	MANATO	PDT	ES
113	MANUELA D'ÁVILA	PCdoB	RS
114	MARÇAL FILHO	PMDB	MS
115	MARCELO CASTRO	PMDB	PI
116	MÁRCIO MACÊDO	PT	SE
117	MARINHA RAUPP	PMDB	RO
118	MÁRIO DE OLIVEIRA	PSC	MG
119	MARLLOS SAMPAIO	PMDB	PI
120	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PR	AL
121	MAURÍCIO TRINDADE	PR	BA
122	MAURO LOPES	PMDB	MG

123	MAURO MARIANI	PMDB	SC
124	MENDONÇA PRADO	DEM	SE
125	MIGUEL CORRÊA	PT	MG
126	MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO	PP	SP
127	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
128	NEILTON MULIM	PR	RJ
129	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
130	OSMAR JÚNIOR	PCdoB	PI
131	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
132	OTAVIO LEITE	PSDB	RJ
133	OZIEL OLIVEIRA	PDT	BA
134	PADRE JOAO	PT	MG
135	PAES LANDIM	PTB	PI
136	PAULO MAGALHÃES	DEM	BA
137	PAULO TEIXEIRA	PT	SP
138	PAULO WAGNER	PV	RN
139	PENNA	PV	SP
140	PEPE VARGAS	PT	RS
141	PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC
142	PROFESSORA DORÍNHA SEABRA REZE	DEM	TO
143	RAIMUNDÃO	PMDB	CE
144	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
145	RAUL HENRY	PMDB	PE
146	REBECCA GARCIA	PP	AM
147	REGINALDO LOPES	PT	MG
148	REINHOLD STEPHANES	PMDB	PR
149	RENATO MOLLING	PP	RS
150	RENZO BRAZ	PP	MG
151	RIBAMAR ALVES	PSB	MA
152	RICARDO BERZOINI	PT	SP
153	RICARDO IZAR	PV	SP
154	RICARDO TRIPOLI	PSDB	SP
155	ROBERTO BALESTRA	PP	GO
156	ROBERTO BRITTO	PP	BA
157	ROBERTO DE LUCENA	PV	SP
158	ROBERTO TEIXEIRA	PP	PE
159	RODRIGO MAIA	DEM	RJ
160	ROMERO RODRIGUES	PSDB	PB
161	ROSANE FERREIRA	PV	PR
162	ROSE DE FREITAS	PMDB	ES
163	ROSINHA DA ADEFAL	PTdoB	AL
164	RUBENS OTONI	PT	GO
165	RUI COSTA	PT	BA
166	RUI PALMEIRA	PSDB	AL
167	SALVADOR ZIMBALDI	PDT	SP
168	SANDES JÚNIOR	PP	GO
169	SANDRO MABEL	PR	GO
170	SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
171	SARNEY FILHO	PV	MA

172	SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT	AP
173	SÉRGIO BRITO	PSC	BA
174	SERGIO GUERRA	PSDB	PE
175	SÉRGIO MORAES	PTB	RS
176	SIBA MACHADO	PT	AC
177	SILAS CÂMARA	PSC	AM
178	STEPAN NERCESSIAN	PPS	RJ
179	TAKAYAMA	PSC	PR
180	TAUMATURGO LIMA	PT	AC
181	THIAGO PEIXOTO	PMDB	GO
182	VALADARES FILHO	PSB	SE
183	VALTENIR PEREIRA	PSB	MT
184	VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
185	VICENTE ARRUDA	PR	CE
186	VICENTE CANDIDO	PT	SP
187	VIEIRA DA CUNHA	PDT	RS
188	VILSON COVATTI	PP	RS
189	WALDIR MARANHÃO	PP	MA
190	WASHINGTON REIS	PMDB	RJ
191	WELITON PRADO	PT	MG
192	WELLINGTON FAGUNDES	PR	MT
193	WILSON FILHO	PMDB	PB
194	WLADIMIR COSTA	PMDB	PA
195	ZÉ GERALDO	PT	PA
196	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA

Assinaturas que Não Conferem

1	CELIA ROCHA	PTB	AL
2	GERALDO THADEU	PPS	MG
3	HELENO SILVA	PRB	SE
4	LUIZ FERNANDO MACHADO	PSDB	SP
5	LUIZ NOÉ	PSB	RS
6	PASTOR MARCO FELICIANO	PSC	SP
7	TERESA SURITA	PMDB	RR
8	VITOR PAULO	PRB	RJ
9	WELLINGTON ROBERTO	PR	PB

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

1	ÁTILA LIRA	PSB	PI
2	BETINHO ROSADO	DEM	RN
3	CARLOS MELLES	DEM	MG
4	ELIENE LIMA	PP	MT
5	LEONARDO VILELA	PSDB	GO
6	MAGELA	PT	DF
7	PAULO TADEU	PT	DF
8	VILMAR ROCHA	DEM	GO

Assinaturas Repetidas

1	ALEX CANZIANI	PTB	PR (confirmada)
2	CARLOS EDUARDO CADOCA	PSC	PE (confirmada)
3	DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB (confirmada)
4	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP (confirmada)
5	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP (confirmada)
6	EFRAIM FILHO	DEM	PB (confirmada)
7	ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA (confirmada)
8	ELCIONE BARBALHO	PMDB	PA (confirmada)
9	FLÁVIA MORAIS	PDT	GO (confirmada)
10	JAIME MARTINS	PR	MG (confirmada)
11	JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG (confirmada)
12	JOÃO PAULO LIMA	PT	PE (não confere)
13	JOSÉ CHAVES	PTB	PE (confirmada)
14	JOSUÉ BENGTON	PTB	PA (confirmada)
15	LELO COIMBRA	PMDB	ES (confirmada)
16	MANATO	PDT	ES (confirmada)
17	OZIEL OLIVEIRA	PDT	BA (confirmada)
18	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE (confirmada)
19	REGINALDO LOPES	PT	MG (confirmada)
20	REGINALDO LOPES	PT	MG (confirmada)
21	RIBAMAR ALVES	PSB	MA (confirmada)
22	RUBENS OTONI	PT	GO (confirmada)
23	SARNEY FILHO	PV	MA (confirmada)
24	SERGIO GUERRA	PSDB	PE (confirmada)
25	VALADARES FILHO	PSB	SE (confirmada)
26	WELITON PRADO	PT	MG (não confere)

Conferência em 23 de fevereiro de 2011

Senadores	Partido	UF	Confere?	fls.
Paulo Davim	PV	RN	sim	3
Sérgio Petecão	PMN	AC	sim	4
Roberto Requião	PMDB	PR	sim	5
Wellington Dias	PT	PI	sim	6
Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM	sim	7
Rodrigo Rollemberg	PSB	DF	sim	8
Fernando Collor	PTB	AL	sim	9
Cícero Lucena	PSDB	PB	sim	10*
Romero Jucá	PMDB	RR	sim	11
Francisco Dornelles	PP	RJ	sim	12
João Vicente Claudino	PTB	PI	sim	13

Assinaturas analisadas	11
Conferem com a original	11

* A assinatura do Senador encontra-se repetida na fl. 14.

Em 25/02/2011.

Publique-se.

ca


MARCO MAIA
 Presidente

Brasília-DF, 08 de fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor.
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF

Mem. nº. 01 /2011- GDEG
Assunto: Alteração de Nome Parlamentar

Senhor Presidente,

Ao expressar meus respeitosos cumprimentos, venho solicitar autorização dessa Presidência para alteração do meu nome Parlamentar. Hoje, meu nome parlamentar nesta Casa é Dep. Elvino Bohn Gass. Mediante este memorando, solicito alteração para **DEP. BOHN GASS**.

Certo do atendimento, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,


ELVINO BOHN GASS
Deputado Federal - PT/RS

Em 25/02/2011.

Defiro. Publique-se.


MARCO MAIA
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 6.785-C, DE 2006

(Do Sr. Celso Russomanno)

OFÍCIO Nº 114/11 – SF

EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 6.785-B, de 2006, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de os serviços de registros civis de pessoas naturais comunicarem à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública os óbitos registrados, acrescentando parágrafo único ao art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973”.

AUTÓGRAFOS DO PL 6.785-B/06, (aprovado na Câmara dos Deputados em 1/3/2008)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os serviços de registros civis de pessoas naturais comunicarem à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública os óbitos registrados, acrescentando parágrafo único ao art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo único ao art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para obrigar os registros civis de pessoas naturais que registrarem óbitos a comunicá-los aos órgãos que especifica.

Art. 2º O art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 80.

Parágrafo único. O oficial de registro civil comunicará o óbito à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública da Unidade da Federação que tenha emitido a cédula de identidade, exceto se, em razão da idade do falecido, essa informação for manifestamente desnecessária.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ofício nº 114 (SF)

Brasília, em 25 de fevereiro de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Eduardo Gomes
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Emendas do Senado a Projeto de Lei da Câmara.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que o Senado Federal aprovou, em revisão e com emendas, o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2008 (PL nº 6.785, de 2006, nessa Casa), que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de os serviços de registros civis de pessoas naturais comunicarem à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública os óbitos registrados, acrescentando parágrafo único ao art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973”.

Em anexo, encaminho a Vossa Excelência o autógrafo referente às emendas em apreço.

Atenciosamente, – Senador **Cicero Lucena**, Primeiro-Secretário.

EMENDAS DO SENADO FEDERAL

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2008 (PL nº 6.785, de 2006, na Casa de origem), que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de os serviços de registros civis de pessoas naturais comunicarem à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública os óbitos registrados, acrescentando parágrafo único ao art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973”.

EMENDA Nº 1**(CORRESPONDE À EMENDA Nº 1 – CCJ)**

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto:

“Acrescenta parágrafo único ao art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre a obrigatoriedade de os serviços de registros civis de pessoas naturais comunicarem à secretaria de segurança pública os óbitos registrados.”

EMENDA Nº 2**(CORRESPONDE À EMENDA Nº 2 – CCJ)**

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, nos termos do art. 2º do Projeto:

“Art. 2º

‘Art. 80.

.....

Parágrafo único. O oficial de registro civil comunicará o óbito à secretaria de segurança pública da unidade da Federação que tenha emitido o documento de identidade, salvo se, em razão da causa da morte, essa informação for manifestamente desnecessária.’ (NR)”

Senado Federal, em 25 de fevereiro de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

REQ 394 /2011

REQUERIMENTO

REQUERIDO NOS TERMOS REGIMENTAIS
MOÇÃO DE APLAUSO AOS ILUSTRES
BRASILEIROS

- a) CHILO ANÍSIO (HUMORISTA)
- b) JOSÉ AZENCAR (EX-VICE PRESIDENTE)
- c) RONARDO (LEGADOR DE TUTELA)

16 FEV 2011

Silvia Machado
DE. PT/AC

Em: 25/02/11.

Publique-se.


MARCOS MAIA
Presidente

REQUERIMENTO Nº 396 , DE 2011

(Do Sr. OZIEL OLIVEIRA)

Requer o envio de moção de congratulação à TV Oeste, no município de barreiras – BA, em comemoração aos seus 20 anos de audiência na região.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e como base no Art. 113, inciso I, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja enviada Moção de Congratulação à TV Oeste, no município de Barreiras – BA, em comemoração aos seus 20 anos de audiência na região.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2011. – **Oziel Oliveira**, Deputado Federal PDT/BA.

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO Nº , DE 2011

Considerando que a TV Oeste foi inaugurada em 02 de fevereiro de 1991, pertencendo à rede Bahia de Televisão e afiliada a Rede globo de Televisão;

Considerando que ao longo desses 20 anos, a TV Oeste tem prestado relevantes serviços à região, dando cobertura aos acontecimentos regionais, levando informação e entretenimento a uma população de 21 (vinte e um) municípios e uma população de cerca de 600.000 (seiscentas mil) pessoas.

Considerando que como meio de comunicação, a TV Oeste ao longo desses 20 anos de sua existência, desempenhou um importante papel, contribuindo, sem dúvida, de modo profícuo, para o desenvolvimento regional, a expansão econômica e a redução das desigualdades sociais de todo o oeste baiano e região adjacentes;

REQUEIRO a Vossa Excelência o envio desta Moção de Congratulação à TV Oeste, no município de Barreiras – BA, em comemoração aos seus 20 anos de audiência na região

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2011. – **Oziel Oliveira**, Deputado Federal PDT/BA.

Publique-se.

Em 25-2-2011. – **Marco Maia**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 427 , DE 2011

(Do Sr. OZIEL OLIVEIRA)

Requer o envio de Moção de Congratulação a Polícia Militar do Estado da Bahia, em comemoração aos seus 186 anos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e com base no Art. 113, inciso I, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja

enviada Moção de Congratulação a Polícia Militar do Estado da Bahia, em comemoração aos seus 186 anos.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2011. – **Oziel Oliveira**, Deputado Federal PDT/BA.

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO Nº , DE 2011

Considerando que a Polícia Militar da Bahia teve seu marco inicial em 17 de fevereiro de 1825, instituído e organizado para garantir a segurança pública do Estado da Bahia, desde então se fortalecendo e se expandindo tornou-se indispensável à ordem e funcionamento do Estado.

Considerando que ao longo desses 186 anos, a Polícia Militar da Bahia tem prestado relevante serviço à comunidade baiana, que por meio de seus valorosos soldados em suas tão árduas campanhas, sacrificam suas vidas, em favor da paz e segurança dos cidadãos baianos.

Considerando que sua trajetória conta ainda com sua brilhante participação na Guerra do Paraguai e Guerra dos Canudos, entrando definitivamente na história do Brasil.

Considerando ainda, todo o serviço prestado ao povo da Bahia, realizado com afinco, dedicação e desapego a própria vida, por todos que fazem parte dessa tão importante corporação.

REQUEIRO a Vossa Excelência o envio desta Moção de Congratulação a Polícia Militar da Bahia, em comemoração aos seus 186 anos.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2011. – **Oziel Oliveira**, Deputado Federal PDT/BA.

Publique-se.

Em 25-2-2011. – **Marco Maia**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 436 , de 2011

(Do Sr Hugo Leal)

Requer voto de louvor ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, Defesa Civil, Cruz Vermelha, Clubes de Jipeiros, Motociclistas e voluntários, que deram mostras de bravura e humanidade no socorro às vítimas da tragédia causada pelas chuvas na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 117, inciso XIX e § 3º, do RICD, requeiro a V. Exa. se digne registrar nos Anais desta Casa voto de louvor ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, Defesa Civil, Cruz Vermelha, Clubes de Jipeiros, Motociclistas e voluntários, que deram mostras de bravura e humanidade no socorro às

vítimas da tragédia causada pelas na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

Justificação

O Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, Defesa Civil, Cruz Vermelha, Clubes de Jipeiros, Motociclistas e voluntários deram mostras de bravura e humanidade no socorro às vítimas da tragédia causada pelas chuvas na Região Serrana no Estado do Rio de Janeiro.

Estas Forças trabalharam conjunta e diuturnamente com rapidez e seriedade à procura de sobreviventes e corpos soterrados pelas enchentes e deslizamentos, realizando um trabalho árduo e incansável, mostrando ao Brasil e ao mundo seu comprometimento com a profissão e com os cidadãos.

Os profissionais e voluntários que trabalharam nos resgates às vítimas, apesar de não possuírem equipamentos tão avançados e sem estruturas adequadas, cumpriram com afinco, dedicação e dignidade as tarefas de salvamento e busca.

A chuva na Região Serrana do RJ, já é considerada a maior tragédia climática da história país, causando centenas de óbitos e milhares de feridos. Números que poderiam ser maiores sem o incansável trabalho destes profissionais e voluntários. Sempre alertas, demonstraram inabalável disposição em cumprir suas atribuições, arriscando suas vidas sob condições adversas.

A eficiência do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, Defesa Civil, Cruz Vermelha, Clubes de Jipeiros, Motociclistas e voluntários, dentre outros profissionais que ali se encontravam foi primordial para os cidadãos que deles careceram. Ressalte-se que estes bravos homens e mulheres, podiam passar de heróis a vítimas, a qualquer instante, considerando às áreas de risco nas quais se encontravam, bem como a instabilidade do tempo e o risco de contaminação por conta das águas.

Diante o caos e em meio a um oceano de tristezas, esses profissionais e voluntários permaneceram com seus olhos, ouvidos e corações concentrados a qualquer imagem ou resquício de vida que pudesse surgir em meio aos escombros e horror que ali se encontravam.

O que esses homens e mulheres fizeram é de uma nobreza impressionante, colocando suas vidas em risco em prol de desconhecidos desesperados por notícia de suas famílias, que enxergavam nesses profissionais a última esperança de reencontrar seus entes queridos.

Profissionais que transformaram o sentimento de pesar dos cidadãos que perderam suas casas e famílias, em força para cumprir essa tão difícil missão.

Dessa forma, o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, Defesa Civil, Cruz Vermelha, Clubes de Jipeiros, Motociclistas e voluntários fizeram um belíssimo trabalho, com muito profissionalismo e perseverança, sendo dignas deste Voto de Louvor da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2011. – Deputado **Hugo Leal**, PSC/RJ.

Publique-se.

Em 25-2-2011. – **Marco Maia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Lopes) – Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV – Pequeno Expediente

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jutahy Junior, que disporá num primeiro momento de 3 minutos e em seguida de mais 3 minutos.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Chico Lopes, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana o Governo da Presidente Dilma e o time de Lula aprovaram o salário mínimo de R\$545,00.

Eu cumpri meu compromisso de campanha eleitoral. Durante todo o período da eleição, afirmei aos eleitores e ao povo da Bahia que votaria pelo salário mínimo de R\$600,00. Durante a campanha garanti que, se o nosso candidato José Serra fosse vencedor, no dia 1º de janeiro de 2011 nós teríamos um salário mínimo para o trabalhador brasileiro de R\$600,00.

No imaginário da população, diante do fato de o candidato do PSDB, José Serra, ter apresentado a proposta de R\$600,00, estava claro que se a então candidata à Presidência da República Dilma Rousseff fosse eleita, como foi, sendo ela e o Presidente Lula do Partido dos Trabalhadores, o valor do salário mínimo seria ainda maior do que aquele que propusemos. O sentimento geral era o de que, se o PSDB apresentou a proposta de R\$600,00, o PT proporia um valor muito acima desse. E por quê? Porque ao longo dos 8 anos do Governo Lula o salário mínimo sempre teve aumento real.

E o que aconteceu? Para a nossa tristeza, para a nossa decepção, a ação do Governo deu-se no sentido do arroxo salarial que atinge milhões de brasileiros, neste momento em que está evidente a aceleração da inflação, principalmente para aqueles setores que vivem do salário mínimo, porque o aumento se dá nos produtos básicos e na alimentação. Basta ir às feiras, aos supermercados, aos açougues, ver o preço da

carne, das verduras, do tomate, dos legumes, e constatar o quanto tudo aumentou depois das eleições. Basta ver também o aumento do transporte coletivo, que está ocorrendo praticamente em todas as áreas e que atinge os que vivem do salário mínimo.

Quero alertar a população: preparem o bolso, porque este ano vai haver o maior aumento do preço da energia elétrica da história recente. Os primeiros reajustes já foram concedidos nos Estados, acima de 10%. Posso garantir que no ritmo em que vamos nenhum Estado terá aumento da tarifa de energia elétrica menor do que 10%.

Por isso, Sr. Presidente, a nossa decepção. Essa ação que o Governo desenvolveu em relação ao salário mínimo merece o nosso repúdio, porque, além do fato de não ter dado aumento real, criou-se um instrumento jurídico inusitado.

O PSDB e os partidos de Oposição vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra o dispositivo que não permite que até 2015 seja votado na Câmara dos Deputados e no Senado da República o reajuste do valor do salário mínimo. Esse dispositivo foi adotado, por força da maioria avassaladora que o Governo tem, não a serviço da população e do trabalhador, mas a serviço do próprio interesse do Governo

É óbvio que essa decisão de fixar em R\$545,00 e não mais haver votação do salário mínimo foi constrangedora para o Partido dos Trabalhadores e seus aliados.

Vamos recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Chico Lopes) – Convido para falar no Pequeno Expediente o Deputado Edson Silva, do PSB do Ceará, radialista com a maior audiência em Fortaleza, Deputado Estadual por três mandatos e Deputado Federal pelo segundo mandato.

Com a palavra o ilustre companheiro de Estado.

O SR. EDSON SILVA (Bloco/PSB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, grande cearense companheiro de luta Deputado Chico Lopes, do PCdoB, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna provocado pela falência da saúde pública municipal da Capital do meu Estado, Fortaleza, como revela uma matéria publicada no jornal *Diário do Nordeste*, um jornal independente que desde a sua fundação, desde a sua primeira tiragem, tem compromisso com a verdade.

Eu trabalhava no Grupo Edson Queiroz, que comanda o *Diário do Nordeste*, e fui convidado pelo empresário industrial Edson Queiroz, que estava no grupo da *TV Verdes Mares* e da *Rádio Verdes Mares*, para conhecer o parque gráfico do *Diário do Nordeste* antes de ser rodada a sua primeira edição; vi aquela coisa monumental, com máquinas de última geração, e perguntei ao Sr. Edson Queiroz qual seria a linha do

seu jornal; ele respondeu-me o seguinte, Deputado Jutahy: “Eu não sou dono do jornal; eu sou dono das máquinas que rodam o jornal, e a linha do *Diário do Nordeste* será de independência e de compromisso sério com a verdade”.

A prova está aí. A Prefeita Luizianne Lins, de Fortaleza, está levando a cidade à falência. Os centros de saúde em Fortaleza estão na UTI. E vejam a matéria de capa do *Diário do Nordeste*: “*Postos de saúde funcionam precariamente em Fortaleza*”. Esse “precariamente”, aqui, é uma bondade. “*Centros de saúde de Fortaleza estão na UTI*”. *População de baixa renda continua sua via-crúcis em postos de saúde da capital cearense*. E mais ainda: “*A capital, Fortaleza, tem déficit de 40 unidades básicas*”. “*Atraso no repasse do SUS agrava a saúde*”.

O Ministério da Saúde repassa religiosamente em dia o dinheiro do SUS para a Prefeitura de Fortaleza, que atrasa os pagamentos por até 90 dias. Os valores pagos pelo SUS já são considerados irrisórios pelos hospitais conveniados; imaginem um com atraso de 90 dias! Temos declarações de pessoas da área da saúde, como a do médico José Maria Pontes, que é do partido da Prefeita Luizianne Lins e diz o seguinte: “*Isto aqui é uma questão de gestão. É gestão incompetente. Não é falta de dinheiro. É gestão incompetente da Prefeita Luizianne Lins.*” E também outras autoridades da área da saúde ouvidas dizem que a Prefeita está matando o povo aos poucos.

Os postos de saúde da Prefeitura de Fortaleza levam o povo a um tal desespero que as pessoas vão procurar, a uma distância de 10 quilômetros, até de 15 quilômetros, os hospitais públicos do Estado. Dados publicados em matéria do *Diário do Nordeste* mostram a falência da saúde pública em Fortaleza, causada pela falta de apetite para o trabalho da Prefeita. Isso é notório. A cidade toda comenta isso.

A falência na área da saúde é só um detalhe. Toda a cidade de Fortaleza virou uma grande cratera. Fortaleza é só buraco, principalmente nas áreas mais nobres, como Grande Pirambu, Barra do Ceará, Bom Jardim, Granja Portugal, Bom Sucesso, Canindezinho. Essas áreas estão totalmente esburacadas. E agora a Prefeita, para completar sua irresponsabilidade, mandou que se fizesse uma licitação direcionada para que uma grande empresa ganhe R\$99 milhões para recuperar a malha viária. O próprio Vereador Salmito Filho, do partido da Prefeita, reclama, já protestou, e pede mais seriedade numa licitação pública.

É pena que a Prefeita tenha a maioria na Câmara Municipal, onde apenas três ou quatro Vereadores, como Vitor Valim e outros mais, fazem-lhe oposição. Se não tivesse o apoio da maioria já teria sido cassa-

da. Recentemente as contas da Prefeita Luizianne Lins foram desaprovadas pelo Tribunal de Contas do Município, mas deram um jeito, lá, de fazer um remendo, e depois de muitas críticas de técnicos do Tribunal de Contas dos Municípios apareceu um salvador da pátria, deu um salvo-conduto, e a Prefeita continua à frente da Capital sem administrá-la. Essa é a grande verdade.

Diante desse escândalo dos R\$99 milhões numa licitação que, segundo a matéria, é direcionada, a Prefeita, talvez temendo desgaste ainda maior, pediu licença por 10 dias para fazer um *check-up*, às vésperas do carnaval. Assume a Prefeitura o Presidente da Câmara Municipal, o Vereador Acrísio Sena. Esse é uma grande figura. Esse rapaz vai passar 10 dias à frente da Prefeitura, e não se espantem se acontecer o inédito, se em 10 dias Acrísio Sena conseguir fazer a administração que a Prefeita Luizianne não conseguiu fazer em 7 anos.

Rejeitada! Pesquisa do *Diário do Nordeste* aponta que 91% da população responsabiliza a incompetência gerencial da Prefeitura pela crise na saúde pública municipal que maltrata o povo de Fortaleza. Quero crer que nós deveríamos ter, Deputado Jutahy, uma lei rigorosa para cassar por incompetência. Só temos nos títulos da lei cassação de administrador público por ato de corrupção, mas a incompetência e a irresponsabilidade são piores do que a corrupção. Com a corrupção, muitas vezes o prejuízo é de 30%, dinheiro que vai para o pagamento de propinas, de comissões em obras públicas; já a incompetência, a irresponsabilidade e a aversão ao povo, que é o que sente a Prefeita Luizianne Lins, provocam um prejuízo muito maior.

Lamentavelmente, o texto da lei não prevê a cassação de um administrador por incompetência, por irresponsabilidade, como é o caso da Prefeita Luizianne Lins, que impõe prejuízos muito grandes à quinta Capital do País.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. ONOFRE SANTO AGOSTINI (DEM-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustres Srs. Deputados, inicialmente quero dizer da minha alegria de estar hoje aqui sentado com o Deputado Jutahy Junior, cujo pai tive o privilégio de conhecer, uma grande figura, um grande orador, pessoa que o povo brasileiro respeitava muito. É um prazer e uma honra muito grande tê-lo hoje em nossa companhia.

Também registro meu prazer de participar de uma sessão presidida pelo ilustre Deputado Chico Lopes, Deputado popular, pessoa humilde, simples, que cative qualquer um.

Sr. Presidente, tenho notado ultimamente que muitos Deputados e Deputadas se preocupam com o problema da pessoa com deficiência, mas nós quere-

mos ajudar de forma concreta, e não só na teoria, na filosofia. Por isso, estamos dando entrada ao nosso segundo projeto de lei que vai ao encontro do interesse das pessoas com deficiência, o Projeto de Lei nº 601/11; o outro, se não me engano, é o Projeto de Lei nº 388.

O que prevê a proposição, Deputados? Dar nova redação à alínea “e” do inciso I do art. 217 da Lei nº 8.112, de 1990, para inclusão do filho com deficiência ou portador de doença grave ou contagiosa incurável como beneficiário da pensão vitalícia por morte do servidor público federal dos Três Poderes e das Forças Armadas.

A legislação federal tem evoluído no sentido de conferir proteção às pessoas com deficiência ou portadoras de doença que as impeçam de promover o próprio sustento. Hoje, Srs. Deputados, se morre uma mãe ou um pai servidor público ou pensionista do INSS, titular do benefício, passa a pensão para o cônjuge; com a morte do cônjuge, a pensão fica para o filho menor; se não houver filho menor, encerra-se aí o pagamento, e fica a pessoa com deficiência ou portadora de doença grave ou contagiosa fora dessa proteção, se for de maior idade. Entendemos que isso é um absurdo. V.Exas. já devem ter visto nos seus Estados muitos dos que chamamos de andarilhos, em estradas ou praças, abandonados, sem ter quem os ampare. Essas pessoas não recebem nada. É um absurdo. Um absurdo!

Muitas pessoas perguntam-nos se há dotação orçamentária para isso. Ora, Sr. Presidente, não há necessidade de dotação, porque a pensão já existe; portanto, a União não vai gastar nem 1 centavo a mais. Vai apenas transferir o benefício. E, ainda que o beneficiário não tenha condições de administrar o recurso, existem instituições, oficiais e não oficiais, que prestam esse tipo de atendimento. Lei específica vai determinar como se dará esse processo.

Sr. Presidente, esse projeto é de suma importância. Em Santa Catarina, foi o último projeto que apresentei como Deputado Estadual. No dia 15 de dezembro encerraram-se as atividades na Assembleia Legislativa do Estado, e eu tive o privilégio de ver aprovado o último projeto do ano, de minha autoria, por unanimidade. A lei já foi sancionada pelo Exmo. Sr. Governador. Portanto, em Santa Catarina já se paga esse benefício aos filhos de funcionários públicos do Estado. O que queremos agora é estender essa oportunidade aos pensionistas do INSS.

O projeto ainda está em andamento. Estou propondo estendermos esse benefício aos filhos dos funcionários públicos federais dos Três Poderes e das Forças Armadas. Temos de investir no ser humano. Aliás, Srs. Deputados, em Santa Catarina a prioridade do Governador é investir no cidadão, na pessoa humana.

Não adianta fazer tantas e tantas obras enquanto a população fica jogada, passando fome. É a meta principal do Governador do meu Estado investir na saúde, na educação, na segurança das pessoas, no cidadão.

Srs. Deputados, não adianta ficar na filosofia. Precisamos sair da teoria e passar para a prática, objetivamente, oferecendo esse benefício às pessoas com deficiência e aos portadores de moléstias graves, que são muitos neste País. Tenho certeza de que nos Estados de V.Exas. há muitos, aliás em todos os Estados, em todas as cidades brasileiras.

Sr. Presidente, peço a V. Exa. que o projeto que estou apresentando seja incorporado ao meu discurso, para que fique devidamente registrado. E, é claro, peço o apoio de V.Exas., Srs. Deputados, porque essa empreitada não será fácil. Nas Assembleias Legislativas – tenho certeza de que V.Exas. já foram Deputados Estaduais – é mais fácil aprovar matérias. A tramitação é rápida. Aqui é mais complicado. Será preciso fazermos uma grande mobilização para aprovar esse projeto de lei. Peço desde já o compromisso de V.Exas., em especial o compromisso das pessoas que defendem nesta Casa o interesse das pessoas com deficiência. Esse projeto tem um alcance social realmente muito grande.

Srs. Deputados, tenho certeza de que todos, quando nos elegemos – e quem sou eu para ensinar a ilustres Deputados como V.Exas., de muito mais experiência do que eu! –, queremos salvar o mundo. Eu lembro que, na primeira vez que me elegi Deputado, eu, que já fui Prefeito também, achava que me estenderiam um tapete vermelho, eu entraria para o Legislativo e resolveria o problema de todo o mundo, mas a realidade não é bem essa. V.Exas. sabem muito melhor do que eu que nós nos iludimos muito, e que na prática o Parlamento não tem tanta força; está sempre subjugado, infelizmente, pelo Poder Executivo. O Poder Executivo é que manda. Mas, se todos ajudarem, tenho certeza de que vamos cumprir nosso dever. Poderemos chegar ao final da nossa vida, Srs. Deputados, no dia da nossa prestação de contas, e dizer ao Redentor da humanidade: combati o bom combate e guardei a fé, mas acima de tudo fui útil para meu povo, para a minha gente, principalmente para aqueles que precisam de solidariedade.

Agradeço, Sr. Deputado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Lopes) – Belíssimo discurso. V. Exa. será atendido em sua pretensão de ter seu projeto publicado na íntegra nos Anais desta Casa.

**PROJETO DE LEI A QUE SE REFERE
O ORADOR:**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2011

(Do Sr. Onofre Santo Agostini)

Dá nova redação à alínea “e”, do inciso I, do artigo 217, da Lei 8.112, de 1990 para a inclusão de filho com deficiência, ou portador de doença grave, contagiosa ou incurável, como beneficiário de pensão vitalícia por morte de servidor público federal dos Três Poderes e das Forças Armadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea “e”, do inciso I, do artigo 217, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 217.
.....
I –

.....
e) a pessoa designada, maior de (sessenta) anos e a pessoa portadora de deficiência ou doença grave contagiosa ou incurável, tais como tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, Doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da Doença de Paget (osteíte deformante), síndrome de imunodeficiência adquirida, fibrose cística (mucoviscosidade), contaminação por radiação com base em conclusão da medicina especializada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A legislação federal tem evoluído no sentido de conferir proteção às pessoas com deficiência ou portadoras de doenças que as impeçam de prover o próprio sustento ou limitem severamente sua capacidade laboral. Apesar disso, essas pessoas quase sempre dependem do auxílio financeiro dos pais, enquanto vivos, para fazer frente às elevadas despesas com remédios, tratamentos, transporte especial e outras, decorrentes das necessidades e limitações próprias da deficiência ou da moléstia de que são portadoras.

Usualmente são os pais que exercem também o papel de cuidadores, substituindo ou auxiliando os filhos com deficiência ou portadores de doença nas mais diversas necessidades cotidianas, tais como as de higiene, de administração da residência ou de transporte. Essa dedicação paternal não cessa com a

maioridade dos filhos nem mesmo quando, superando todas as limitações, eles conseguem auferir algum rendimento proveniente do próprio trabalho.

Por esse motivo, o falecimento dos pais, além do sofrimento pela ausência, pode tornar imprescindível a contratação de cuidadores profissionais, no exato momento em que a perda da remuneração até então percebida por um dos pais reduz a renda disponível para custeio das despesas vinculadas à deficiência ou à doença. Entendo, por conseguinte, que a renda percebida pelos pais deve reverter, sob a forma de pensão, em benefício dos filhos com deficiência ou portadores de doença grave, de modo vitalício, ainda que não formalmente caracterizada a invalidez.

Com esse intuito, recém apresentei o Projeto de Lei nº 388, de 2011, que “dá nova redação ao inciso I do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir entre os dependentes do segurado do Regime Geral de Previdência Social o filho portador de moléstia grave”. Caso convertido em norma legal, o que espero venha a acontecer em breve, seriam beneficiados os filhos de segurados do Regime Geral da Previdência Social. Com o mesmo intuito, apresento o presente projeto de lei em favor dos filhos de servidores públicos federais dos Três Poderes e das Forças Armadas que se enquadrarem nas doenças arroladas no art. 186, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que “dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais”.

O qualificado corpo técnico do Ministério do Planejamento certamente poderá confirmar que o acréscimo de despesa decorrente dessa providência afigura-se pouco significativo, ante seu evidente alcance social, visto que a pensão que anteriormente seria extinta pela morte de um dos pais beneficiários simplesmente passaria a ser de direito do filho que tivesse as necessidades especiais acima descritas, independente de ser maior de 21 (vinte e um) anos de idade, dada a circunstância de que tais moléstias graves não apresentem cura ou recuperação definitiva.

Sala das Sessões, de de 2011. – Deputado **Onofre Santo Agostini**, DEM/SC.

O SR. PRESIDENTE (Chico Lopes) – Passo a Presidência ao nobre Deputado do PSDB da Bahia, o ilustre Deputado Jutahy Junior.

O Sr. Chico Lopes, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jutahy Junior, § 2º do art. 18 do Regimento Interno

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Junior) – Com a palavra o ilustre Deputado do PCdoB do Ceará, Chico Lopes.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou dividir os meus 6 minutos em dois temas.

Primeiro, solidarizo-me com os professores e os alunos da Universidade do Vale do Acaraú – UVA, que há uma semana estão em greve, lutando para aumentar o número de professores e melhorar as condições de ensino. Como estamos em um País, graças a Deus, democrático, esse é um dos meios de que o movimento estudantil e o movimento dos professores universitários dispõem.

O Deputado Edson Silva conhece bem o Ceará. Nós sabemos que Sobral é terra de vários políticos ilustres, como Chico Monte e tantos outros. O atual Governador é de uma família tradicional de Sobral, os Ferreira Gomes, que têm dado uma grande contribuição, e não sou eu que o digo. Um dos melhores Prefeitos de Sobral foi exatamente o atual Governador.

Sabemos também que o Ceará tem três universidades públicas. A manutenção de uma universidade num Estado do semiárido como o Ceará não é uma coisa fácil, mas também sabemos que o benefício de uma universidade, em relação ao custo, é grande; é só verificar a zona norte do Estado do Ceará depois da Universidade do Vale do Acaraú, criada pelo Padre Sadoc, para notar o quanto está diferente do que era antes.

Atendemos inclusive várias cidades do Piauí que fazem fronteira com o Ceará. Estudantes vão para a UVA, como é conhecida carinhosamente por todos. É uma universidade que tem mais de 70% de professores doutores e mestres em seus quadros, e vários cursos, inclusive de engenharia. Portanto, nós queremos ser solidários com os professores e os alunos.

Coloco-me à disposição para ser o Deputado que vai ajudar junto ao Governo a solucionar esse problema. Precisamos de professores na UVA, e de melhores condições. Só vamos ter desenvolvimento se investirmos não só na educação de 1º e 2º graus, mas também na universidade, onde se desenvolvem as pesquisas e se fazem as descobertas científicas. Todos nós sabemos que o Ceará mantém isso.

É bom que o Governo Federal pense na proposta de ajudar os Estados que têm várias faculdades estaduais. O último discurso da Presidenta Dilma foi sobre a questão do ensino, desde a creche até o ensino superior, mas isso requer investimento, mais dinheiro para a educação. Portanto, expressamos a nossa solidariedade e parabenizamos os professores e alunos da Universidade do Vale do Acaraú.

Passo para o segundo assunto, Sr. Presidente.

O Deputado Edson Silva sabe da minha militância desde Vereador, quando criei o Balcão de Defesa do Consumidor da Câmara. Quando fui Deputado, criei o Balcão de Defesa do Consumidor na Câmara Legislativa, e por princípio político coloquei-me sempre contra as privatizações, embora exista uma ou outra coisa pública que pode ser privatizada sem qualquer prejuízo. Alguns Estados, como São Paulo, têm outra alternativa de distribuição de energia elétrica, mas o Ceará não tem; a COELCE distribui e faz o que bem entende. Mas eu vou culpar a COELCE? Não. Às vezes, a gente empaca no lugar errado. Não foi criada uma agência reguladora? Em toda parte do mundo existem agências reguladoras que satisfazem plenamente essas fiscalizações. Mas no Brasil nós não podemos nivelar todas.

Nós apresentamos um projeto para o fim do raming. E qual foi a atitude? Pedimos audiência ao diplomata Sardenberg, que imediatamente mobilizou seus técnicos. Nós não somos os donos da verdade absoluta. Há coisas que eu vou modificar, e ele está ajudando-nos. Isso mostra o relacionamento da agência reguladora com o poder político, e as coisas vão modificando-se. Mas a agência reguladora de energia elétrica não tem jeito. Acha-se a dona absoluta da verdade, acha que só ela entende o que tem de ser feito.

No Ceará, com a Federação da Indústria, numa reunião para propor uma CPI, conseguimos descobrir que o prejuízo para a economia cearense foi de R\$1,3 bilhão.

Particpei dessa CPI, e estou muito feliz de ter dado meu voto ao Deputado Eduardo da Fonte, que agora, com um decreto legislativo, vai continuar a luta para que sejam devolvidos aos consumidores de energia elétrica da indústria e da agricultura de R\$7 bilhões a R\$12 bilhões, prejuízo que sofreu a nossa economia.

Qual o argumento que não convence o mais tolo na política? É o de que não existe aparato jurídico. Se eu dever ao banco e não pagar em dia, vou pagar 10%, 20%, 100% de juros, e não existe ninguém para dizer que os bancos estão errados. Se eu atrasar o pagamento à distribuidora de energia, antes de 1 mês estará lá um cidadão com uma escada, e nem conversará comigo. No Ceará, em Caucaia, morreu uma pessoa que respirava por aparelhos, mecanicamente. O caso é conhecido, foi noticiado pela imprensa: cortaram a energia e a pessoa morreu. Certamente deram alguma coisa aos miseráveis e abafaram o caso.

Já está em tempo de se criar uma Comissão Especial para fazer uma reavaliação das agências reguladoras, fortalecer as que estão boas para continuarem, mas dar um basta a esse tipo de agência que precisa de

um Vice-Presidente, um político com o poder que tem um Vice-Presidente, para criar um decreto legislativo, porque ela se nega a cumprir seu dever de ressarcir as pessoas que pagaram a mais.

Muito obrigado. Bom fim de semana para todos. Tenham certeza de que esta minha discussão não é contra o Governo, não é contra agência reguladora, mas é em favor do consumidor. Se paguei indevidamente, tenho de ser ressarcido. Se eu não pago, elas estabelecem juros e correção monetária, suspendem o fornecimento, e não tenho a quem recorrer. Portanto, a agência, nesse caso, está mais do outro lado do que do lado do consumidor.

Muito obrigado.

O Sr. Jutahy Junior, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Onofre Santo Agostini, § 2º do art. 18 do Regimento Interno

O SR. PRESIDENTE (Onofre Santo Agostini)

– Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jutahy Junior.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Onofre Santo Agostini, é uma alegria vê-lo na Câmara dos Deputados. Já o conhecia como Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e tenho muita satisfação de tê-lo como colega. Quero também agradecer-lhe as palavras em homenagem ao meu falecido pai, Jutahy Magalhães, que teve a oportunidade de conviver com V. Exa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a obra de infraestrutura mais importante da Bahia é a Ferrovia Oeste-Leste. Durante os 8 anos do Governo Lula foi garantido à Bahia que a ferrovia seria feita. Durante 8 anos a Bahia esperou, desejou, lutou. Finalmente, nos últimos dias do Governo Lula, essa obra foi licitada e seu início autorizado.

A ferrovia começa no Município de Luís Eduardo; o primeiro trecho vai até Caetitê, a cerca de 500 quilômetros, e depois vai de Caetitê até Ilhéus, ao chamado Porto Sul, entre Ilhéus e Itacaré. É uma obra vital para o nosso Estado. Nossa esperança era de que essa obra começaria, depois de a Bahia ter sido enrolada durante 8 anos, porque foi licitada, e foi instalado o canteiro de obras. Para a nossa surpresa, porém, o Governador Jaques Wagner, no início dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia, disse que essa obra corre risco, porque ainda não está garantida a licença ambiental do porto.

Sr. Presidente, iniciou-se uma obra dessa importância, que implica o escoamento da produção de grãos do oeste, mais de 5 milhões de toneladas hoje, que podem chegar a 10 milhões de toneladas de soja,

algodão, milho e café, grãos que alimentam o País, são exportados para o mundo e geram riqueza à nossa população, além dos minérios que vêm de Caetité e Brumado, tão importantes para a economia do nosso Estado; ora, todos sabem que não tem sentido fazer uma ferrovia sem que haja a licença ambiental para o porto. O normal teria sido que a licença ambiental estivesse garantida e o porto consolidado para se iniciar a obra da ferrovia.

Sr. Presidente, diante da irresponsabilidade de iniciar-se uma obra que corre o risco de não ser concluída em função da não existência do porto, eu venho aqui hoje pedir pelo amor de Deus, pelo interesse do nosso Estado, que comecem a construir a ferrovia mesmo que o porto não tenha tido sua licença ambiental liberada. Por quê? Porque vai acontecer aquilo que é a realidade política do Brasil: o fato consumado. Com o início da construção da ferrovia, não se vão jogar fora R\$2,5 bilhões.

Não é possível construir uma ferrovia e não haver por onde escoar toda a produção. Vamos consolidar, então, a construção do Porto Sul. Cinco ou seis lugares na região de Ilhéus já foram pesquisados. Aqui na Câmara dos Deputados, na Legislatura passada, todos os partidos manifestaram o voto favorável ao Porto Sul, exceto o Partido Verde.

Tenho certeza de que essa obra tão importante para a Bahia será iniciada.

O SR. PRESIDENTE (Onofre Santo Agostini) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Izalci, que terá 13 minutos, sendo 5 minutos destinados ao Pequeno Expediente e 8 minutos para uma Comunicação de Liderança.

O SR. IZALCI (Bloco/PR-DF e como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo hoje a esta tribuna para falar a todos os brasileiros sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, já que a Medida Provisória nº 517/10, que aplica aos financiamentos desse Fundo juros capitalizados mensalmente, entrará em votação nos próximos dias.

Apresentei três emendas à MP, e quero detalhá-las.

Filho de uma família humilde, porém unida, consegui chegar ao ensino de qualidade, primeiro, graças a bolsas de estudo. Sempre estudei, Sr. Presidente, com bolsas. Depois, na faculdade, recorri ao crédito educativo. Então, eu conheço muito bem as aventuras e desventuras do estudo à base de financiamento, não apenas como educador que sou, mas como estudante que fui.

Ao concluir o segundo grau eu sonhava entrar na universidade pública, mas precisava trabalhar duran-

te o dia. Como naquela época apenas as faculdades particulares ofereciam cursos noturnos, precisei recorrer aos recursos do crédito educativo. Naquela época, havia duas modalidades: a que financiava a graduação e a que financiava alimentação, compra de material e transporte. Usei ambas.

Para os alunos carentes, não basta apenas o financiamento da faculdade que se consegue hoje com o PROUNI e o Bolsa Universitária. Muitas vezes eles não conseguem manter o curso apenas com o pagamento das parcelas, já que não têm recurso para compra de material, transporte e alimentação.

Naquele tempo a regra era pagar ao Governo depois da formatura, e eu acabei privilegiado por uma infeliz desgraça que então sufocava os brasileiros. Quando eu me formei, Sr. Presidente, e entrei para o mercado de trabalho, o País sofria a chamada inflação galopante, que chegava a até 82% ao mês. Como não havia correção monetária para pagamento da dívida com o crédito educativo, o valor que eu devia se desvalorizou tanto que, após a minha formatura, em seis meses consegui quitar o débito de todo o crédito educativo.

Neste ponto da minha fala, pulemos do passado para o presente e cheguemos então ao FIES, e àquilo que a meu ver se torna a primeira razão para que esse Fundo jamais tenha deslanchado: a dívida do financiamento atual é corrigida pelo juro real. Como, neste momento, não há nada no mercado brasileiro que concorra com a exorbitância dos juros, o Fundo inviabiliza-se.

Como se não bastasse essa dificuldade dos juros altos, até há pouco tempo, setembro do ano passado, o FIES incluía outro obstáculo intransponível: a exigência de dois fiadores com renda alta para garantir o pagamento da dívida. Todos nós sabemos da dificuldade que representa para o estudante conseguir fiadores para assumir o compromisso da dívida, e muitas vezes ele não tem como garantir esse pagamento.

Quando eu me formei, saí da faculdade com grande possibilidade de entrar no mercado de trabalho. Hoje, infelizmente, quando os estudantes saem da faculdade, dificilmente conseguem emprego de imediato, o que dificulta o pagamento do saldo devedor do FIES. Portanto, conseguir hoje fiadores para garantir o pagamento de débito futuro de longo prazo é muito difícil. Esse tem sido também um dificultador do sucesso do FIES.

Em 8 de setembro de 2010, entretanto, foi publicada uma medida provisória prevendo uma opção para essa exigência da fiança. Foi criado então o Fundo Garantidor do Financiamento. A composição desse fundo deve ocorrer a partir do próximo mecanismo de

financiamento do FIES, em favor de cada instituição; ou seja, para cada contratação do FIES são retidos 7% do valor, o que garante o pagamento do financiamento.

A adesão, entretanto, será voluntária. O fiador seguirá sendo obrigatório. E os alunos das faculdades que não aderirem ao programa continuarão com a obrigatoriedade de conseguir dois fiadores, o que acaba inviabilizando o FIES.

Sr. Presidente, todos têm o direito de cursar uma faculdade. Como tornar o ensino de qualidade acessível a todos é uma das principais missões da minha vida, sendo inclusive a razão prioritária para eu ter entrado na política.

Volto à Medida Provisória nº 517/10, para falar das três emendas que apresentei no sentido de turbinar a viabilização do FIES como ferramenta de inserção social.

A primeira emenda refere-se ao tratamento proposto pela MP quanto aos juros e à sua capitalização. Enquanto nessa regra a capitalização dos juros é mensal, proponho a capitalização anual, que evita o efeito cumulativo dos juros sobre juros a cada 30 dias. Defenderia até a não cobrança de juros em financiamento de educação.

A capitalização mensal sem dúvida é muito onerosa para o estudante. Por isso apresentei a emenda para que a capitalização seja anual. Assim acredito que amenizaremos os problemas e teremos sucesso no financiamento.

A segunda emenda, Sr. Presidente, trata da consolidação do saldo devedor. Muitos alunos, quando conseguem o financiamento, já estão devendo dois ou três semestres. No processo atual, o estudante não pode parcelar o débito anterior. A partir da aprovação do financiamento, ele poderá solicitar que seja feito o somatório do saldo devedor e ao mesmo tempo financiar todo o débito, com juros, e evidentemente com capitalização anual.

A terceira emenda, que julgo a mais importante, possibilita que o estudante pague o FIES durante o curso ou após sua conclusão. Aqui no Distrito Federal, quando Secretário de Ciências e Tecnologia, implantamos o Bolsa Universitária, uma bolsa de 100% para a graduação. O aluno que consegue essa bolsa oferece em contrapartida 4 horas diárias de prestação de serviços junto ao Governo do Distrito Federal, preferencialmente atendendo alunos da rede pública de ensino. Isso obteve um sucesso muito grande, Sr. Presidente, e poderá ser estendido a todo o País.

O FIES poderia ser pago, então, durante o curso ou após a sua conclusão, com trabalho, evidentemente compatibilizando-se o curso com a atividade que o aluno vai exercer durante sua graduação; ou seja, os

alunos que fazem hoje Pedagogia, História ou Geografia podem muito bem acompanhar alunos da rede pública, dando reforço escolar.

Sabemos que no Distrito Federal a evasão e a repetência são muito grandes, e no País todo ainda maior, o que representa um ônus para a educação. Há um enorme desembolso com alunos que são reprovados, que muitas vezes abandonam o ensino por desmotivação, em função de diversas reprovações. Esses alunos do FIES poderiam muito bem, por meio de um acordo celebrado entre União e Estados, prestar serviços não só nas escolas públicas de todo o País mas em hospitais e órgãos de defesa do consumidor. E eu tenho certeza de que com isso, além de diminuir muito a evasão escolar e a repetência, nós vamos ajudar os Governos Estaduais, os municípios, os Prefeitos a terem um padrão de qualidade no trabalho público, no atendimento à comunidade de um modo geral.

E isso vai refletir-se também na qualidade do ensino, com relação ao estudante, pois é evidente que o aluno que estuda e consegue durante o curso exercer sua atividade será um profissional de melhor qualidade. Por isso, nós temos de compatibilizar o curso do aluno com as tarefas que ele pode desempenhar em todas as áreas do Governo. Isso custa muito pouco. Eu diria até que não tem custo algum. Na prática, é um grande investimento que podemos fazer em todo o País, em prol da melhora da qualidade da educação pública, que merece realmente atenção especial.

Nós não podemos tratar da educação apenas na época da eleição, com discursos fáceis. Temos de trabalhar na prática. Temos de estabelecer ações que possam de fato melhorar a educação neste País. E eu tenho certeza absoluta de que, além dos alunos do FIES, os alunos que são beneficiados pelo PROUNI podem ajudar.

E aqueles alunos privilegiados, que estudam nas universidades públicas, muitos dos quais poderiam pagar pelo ensino, também devem dar sua contrapartida ao Governo. Eu defendo inclusive que esses alunos, no final de seus cursos, prestem serviços ao Governo no mínimo por 2 anos, em troca do grande investimento que o Brasil fez neles.

Eram essas as minhas considerações. Agradeço ao Presidente e aos Parlamentares a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Onofre Santo Agostini) – Convido o ilustre Deputado Edson Silva a assumir a Presidência, por gentileza, haja vista que estou sendo solicitado a comparecer ao gabinete.

O Sr. Onofre Santo Agostini, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edson Silva, § 2º do art. 18 do Regimento Interno

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) – Passa-se ao

V – Grande Expediente

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado César Halum, do PPS do Tocantins. S.Exa. tem a palavra e dispõe de 25 minutos.

O SR. CÉSAR HALUM (Bloco/PPS-TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Edson Silva, colegas Parlamentares, servidores da Câmara Federal, imprensa aqui presente, nossos cumprimentos.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, primeiramente para agradecer ao povo do meu Estado, que, por sua generosidade, me conduziu a esta Casa. E aqui tenho o compromisso de defender os interesses do Brasil, mais especialmente do Estado que represento, o Tocantins.

Faço um agradecimento especial ao povo do meu domicílio eleitoral, Araguaína, mais importante cidade do Estado de Tocantins, conhecida como a Capital do Boi Gordo e responsável por boa parte do crescimento do nosso Estado.

Represento também a região norte do Estado e a chamada região do Bico do Papagaio, que, durante muitos anos, ficou conhecida como região de conflitos de terra, sem que nunca tenha havido lá um conflito. Hoje ela é reconhecida como região próspera. E os Municípios de Ananás, Tocantinópolis, Augustinópolis, Araguatins têm dado um bom exemplo ao Tocantins e ao Brasil.

Sr. Presidente, vou, hoje, da tribuna, tratar de três assuntos. Dizem os especialistas que deveríamos nos concentrar em apenas um, para fixar a ideia, mas a nossa oportunidade de usar a tribuna é tão pequena, tendo em vista os sorteios, que não sei em que ano terei outra oportunidade como esta. Vou, portanto, detalhar os três assuntos que considero dos mais relevantes para o nosso País.

O primeiro deles, já abordado numa intervenção feita durante o Pequeno Expediente, diz respeito a esta Casa: trata-se de necessidade de se devolver às Assembleias Legislativas do Brasil as prerrogativas que delas foram retiradas com a PEC 15, apresentada pela Mesa Diretora desta Casa em 1996. Retirou-se das Assembleias Legislativas o direito de legislar sobre a emancipação, criação, fusão e desmembramento de municípios.

Essa deveria ser uma competência exclusiva das Assembleias Legislativas. Desde que lhes foi retirada essa competência, não foi criado nenhum outro município no Brasil. E esta Casa parece que não tem tempo para tratar desse assunto.

Nesses 25 dias de mandato, tenho observado projetos de lei de interesse nacional, que estão aqui

há 8, 10 anos, sem oportunidade de serem apreciados pelo Plenário. E esta Casa não pode trazer mais atribuições para si, porque não consegue dar resposta ao povo brasileiro.

Este é um assunto interessante. Muita gente diz que acabamos com isso porque estava virando uma farra a criação de municípios no Brasil. Eu até concordo. Mas o erro não foi criar muitos municípios, e, sim, não ter feito um regramento moderno que promovesse o desenvolvimento sustentável, de modo a dar oportunidade de ocupação de grandes áreas neste País, que precisam ser habitadas para contribuir com o nosso desenvolvimento. Juscelino Kubitschek trouxe a Capital Federal para o Planalto Central a fim de habitar uma região rica e que poderia dar grandes frutos ao País. Vejo em tramitação projetos de lei que dão mais segurança às fronteiras do Brasil. Mas sem ocupação? sem que sejam habitadas? deixando-as ao léu? Afina, como serão elas habitadas? É preciso, antes, criar um município, um povoado, um distrito.

As Regiões Sul e Sudeste do Brasil são contra esse projeto, pois já há muitos Municípios; são regiões densamente povoadas. Lá eles têm até problemas com a alta densidade demográfica. Mas a Região Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste têm problemas com a pouca ocupação. Dizem que o Brasil tem cinco mil, seiscentos e poucos Municípios e que essa quantidade é excessiva. Não vejo assim. Os Estados Unidos têm 35 mil municípios; a França, cinco vezes menor do que o Brasil em extensão territorial, tem 36 mil municípios; a Alemanha tem 16 mil municípios; a Itália tem 9.600 municípios.

Vou dar um exemplo, Sr. Presidente. O Estado do Pará – não é o meu Estado – tem o maior Município do Brasil, chamado Altamira, que tem uma extensão territorial de 159 mil quilômetros quadrados, quase duas vezes o tamanho de Portugal. É impossível administrar isso. E a região é rica, de muita mineração. É preciso desenvolvê-la. O Estado do Amazonas tem um Município chamado Barcelos, que tem 122 mil quilômetros quadrados de extensão territorial. Se eu somar Altamira, no Pará, e Barcelos, no Amazonas, terei 300 mil quilômetros quadrados, o tamanho da Alemanha, que tem 16 mil municípios.

Portanto, o discurso de que o Brasil tem muitos Municípios não serve.

É preciso ocupar e dar oportunidades. E não é porque a Região Sul e a Sudeste já são desenvolvidas que os brasileiros que moram em outras Regiões tenham que ficar impedidos de se desenvolver. Basta fazer um regramento claro.

Por exemplo, a PEC que vou apresentar a esta Casa (ainda está na fase de coleta de assinaturas)

estabelece que, para se criar um novo município nas Regiões Sul e Sudeste, a municipalidade tem que ter no mínimo 7 mil habitantes – este já é um regramento –, enquanto, na Região Norte, 4 mil, porque lá a população é menor. É preciso haver projeto de viabilidade econômica municipal para que um município criado não viva exclusivamente do FPM e para que não exista apenas para criar cargos.

Ainda há outra condição: que a cota do FPM do Estado que cria um novo município seja dividida, sem se alterar a distribuição para os outros Estados brasileiros.

Portanto, esse é um regramento. Se ele vai dar conta de criar um município, ou não, isto é outro problema. O que não podemos fazer é impedir que as Assembleias Legislativas legislem para seu Estado.

Esse é um projeto, Sr. Presidente, ao qual dou a maior atenção. E acho que o povo brasileiro é preocupado com isso, principalmente a população das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Para isso, peço o apoio desta Casa. Muitos Parlamentares já me disseram que não apoiam esse projeto, que são contrários porque sua região está bem, está desenvolvida e bem habitada. Mas não podemos pensar somente no nosso Estado; temos que pensar no Brasil como um todo. E as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste precisam desse projeto.

Outro assunto, Sr. Presidente, que me traz a esta tribuna é a reforma política.

Ouçó por aí que o Poder Judiciário está legislando e interferindo no Poder Legislativo. Está, sim, mas é por omissão do Poder Legislativo. Esta Casa poderia ter evitado muitos dos problemas que estamos vivendo hoje.

Há um problema atualíssimo: a briga com o Supremo Tribunal Federal, que manda esta Casa dar posse a suplente do partido e não ao da coligação. Há quantos anos está nesta Casa o projeto da reforma política? Há um projeto que estabelece o fim das coligações como forma de fortalecimento dos partidos. E por que não foi votado? Se tivesse sido votado, se se tivesse acabado com as coligações lá atrás, não haveria esse problema com o Supremo agora. A falta de legislação faz com que o Judiciário interfira no Legislativo, porque não pode haver uma eleição sem regramento. Então, cabe a nós essa competência.

Dentre os vários projetos e mais de uma dezena de PECs sobre esse assunto que tramitam nesta Casa, há um que eu gostaria de defender, Sr. Presidente: o da unificação das eleições no Brasil, que muitos chamam de coincidência de mandatos. Esse projeto eu defendo com muita força, porque, primeiro, fiz uma consulta popular no meu Estado para saber se eu poderia defendê-lo.

No ano de 2009, ainda como Deputado Estadual no Tocantins, fiz uma grande campanha pela unificação das eleições. Fiz uma cartilha que pedia eleição de Vereador a Presidente de uma vez só. Fiz palestras em Municípios, distribuindo essa cartilha e coletando assinaturas. Coletei 30 mil assinaturas no Estado de Tocantins, que é um Estado pequen^o. Então, o povo aceita, o povo quer.

Eleições de 2 em 2 anos é prejuízo para todo o mundo. É prejuízo para nós, que somos políticos, que não conseguimos nos equilibrar, porque quando estamos saindo de uma eleição, temos de iniciar o planejamento da outra, porque nos envolvemos nas eleições municipais. E os gastos com a campanha são exagerados.

Sr. Presidente, no ano de 2008, o TSE gastou, para fazer as eleições municipais, 704 milhões de reais. Esse não foi dinheiro gasto por candidato em campanha política, não; foi só para fazer as eleições. O TSE gastou 452 milhões de reais com distribuição das urnas nos locais de votação, com diárias e alimentação de mesários, fiscais, com transporte, com elaboração de mapas de votação, apuração e diplomação de candidatos. E gastou mais 204 milhões de reais com isenção de impostos por causa do horário eleitoral gratuito. Evidentemente, as empresas que dão espaço para o horário eleitoral gratuito têm isenção de impostos naquele horário. Para mim isso também é custo. Portanto, foram 704 milhões gastos para fazer uma eleição municipal.

Se nós tivéssemos feito, em 2010, a eleição municipal junto com a estadual, estaria resolvido o problema. Com esse dinheiro, em 2008, Sr. Presidente, dava para construir 70 mil unidades habitacionais populares. Com esse dinheiro dava para construir 3.520 quadras poliesportivas, dava para construir 2.580 postos de saúde, dava para comprar 18 milhões de cestas básicas, dava para asfaltar mil quilômetros de estrada. E eles foram gastos para fazer uma eleição...

Qual foi o argumento? O de que o brasileiro não dá conta de decidir tantos votos de uma vez só. Ora, mas há 20 anos nós votávamos para Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente de uma vez só. E de 20 anos para cá a condição cultural do brasileiro só cresceu.

Naquela época, 1% dos alunos que entravam no ensino fundamental chegavam ao ensino superior. Hoje, são mais de 10%. Hoje, temos o sistema mais moderno de votação do mundo, que é a nossa urna eletrônica. Hoje, qualquer criança de 4 anos de idade pega um computador ou um telefone celular e brinca com eles a nossa frente. Dizer que o nosso povo não dá conta de dar dois votos a mais numa eleição é brincadeira!

E tem mais um detalhe: num ano eleitoral, o Brasil pára. Não se podem fazer convênios com Municípios ou Estados; não se podem transferir recursos. As obras são paralisadas e danificadas porque os recursos não podem chegar, em função da lei eleitoral. Muitas não se completam, e os prejuízos crescem.

Os prejuízos são enormes porque não temos coincidência de mandatos, ou a unificação das eleições no Brasil.

Vou trabalhar para trazer este assunto a esta Casa. Se não for de bom alvitre que ela tramite normalmente, que se faça uma emenda popular, como ocorreu com a Lei Ficha Limpa. Se cada Parlamentar passar a colher assinaturas no seu Estado pela unificação das eleições, vamos trazer seguramente muito mais do que 1,5 milhão de assinaturas. E esse passará a ser um projeto de iniciativa popular.

Acho que o Brasil precisa pensar em baixar seus custos. É assim que penso. Nos demais pontos da reforma política, sou favorável ao voto distrital misto e à lista fechada. Sabem por quê? Porque só três países não têm lista fechada. E um deles é o Brasil. Será que todo o mundo está errado, e só nós estamos certos? Na América Latina, todos usam lista fechada, menos o Brasil. Acho que não é possível estarmos certos, e todo o resto do mundo errado.

“Ah, mas o problema é que os caciques dos partidos vão mandar nos partidos.” Então que derrubem o cacique! Não estamos vivendo esta fase? Já derrubaram um governo lá no Egito, e agora vão derrubar o da Líbia. Acabou esse tempo. Precisamos assumir nosso papel.

Vou trabalhar para ganhar o diretório, disputar dentro do meu diretório, filiar mais gente no meu Estado, e não vou permitir que um cacique diga quem é candidato e quem não é. Este é o nosso trabalho como político.

Sou a favor da lista fechada e do financiamento público de campanha, porque isso vai fazer com que diminua a corrupção. Hoje há uma desculpa: a de que desviam dinheiro aqui e ali para gastar em eleição. Ora, ninguém tem nada a ver com isso.

A reforma política é importante para esta Casa, para que ela possa resgatar a credibilidade com a opinião pública. Hoje a opinião pública é contra nós porque deixamos de votar o que é mais importante. As coisas já passaram da hora.

Trago um terceiro assunto, Sr. Presidente, a esta Casa. Não estou criticando a Casa. Eu acho que aqui tem trabalho demais. É muita coisa para se ver, muitos projetos para analisar. Todas as instituições de classe do País se concentram aqui dentro. O Parlamentar aqui é sufocado com tantas atividades! Na verdade, nós te-

mos que otimizar nossas atribuições para podermos dar uma resposta à sociedade. Não estou criticando; o que quero é ajudar a resolver o problema.

Acho que os projetos têm de tramitar com mais rapidez. Cheguei a esta Casa e vou defender um projeto que está tramitando aqui, que já passou por várias Comissões, que foi ao Senado e já voltou do Senado, e que está hoje na Comissão de Constituição e Justiça, da Casa. Que projeto é esse? É um projeto que foi apresentado em 2003. Vejam, estamos em 2011. Há 8 anos esse projeto está tramitando na Casa. Trata-se do projeto que permite o uso do medicamento veterinário genérico no Brasil.

Esse projeto é de extrema importância. O Brasil é hoje o maior exportador de carne no mundo. O meu Estado do Tocantins tem a sua economia baseada na pecuária de corte. E não podemos baixar o custo de produção da pecuária em 40% a 45% com a medicação genérica?! Ela foi utilizada no ser humano com muito sucesso; ela barateou e permitiu o acesso da população mais carente ao uso de medicamentos. Por que não fazer isso com o medicamento veterinário?

Todo o trabalho já foi feito. Esse projeto está hoje na Comissão de Constituição e Justiça, da Casa. É o passo final. Vamos nos empenhar. Sabe por que, Sr. Presidente? Porque não existe motivo para se dizer não.

O Ministério da Agricultura está querendo incluir uma exigência a mais nesse projeto: quer exigir o teste de resíduo. Ora, já foi feito o teste da bioequivalência. E o que é a bioequivalência? É para saber se os resultados de um medicamento genérico são iguais ao do que não é genérico. Esse teste já foi feito e aprovado. Mas, se não foi feito o teste do resíduo quando fomos usar o medicamento genérico para humanos, por que agora querem fazê-lo para o de uso veterinário?

Parece-me que os laboratórios que detêm as patentes de determinados medicamentos estão fazendo um trabalho para não deixar esse projeto ir para frente. E o povo brasileiro? E o pecuarista brasileiro? E o agricultor familiar brasileiro?

Esse medicamento veterinário genérico não serve só para a produção de carne. Há animais de estimação em muitas famílias do País. E eles fazem companhia para a família. É o cãozinho que está compensando a ausência de um filho ou de um neto ou que faz parte da convivência e da segurança da família. Além dos animais domésticos, há os animais que produzem proteínas.

Nós temos sempre que pensar em projetos assim. São importantes para o Brasil. Já pedi uma audiência com o Ministro da Agricultura, mas ainda não obtive resposta. Espero tê-la o mais rápido possível.

É preciso pensar rapidamente! Esse projeto tramita na Casa há 8 anos e já poderia estar nos beneficiando. É um projeto bom. Quem é que diz que esse projeto não é bom? Ninguém. Podem pensar que o Deputado César Halum defende o projeto porque ele é veterinário e isso está na área dele. Não, eu o defendo porque, sim, sou veterinário e o acho importante. Fui extensionista por muitos anos. Já vivi no campo com pecuaristas, com agricultores familiares e grandes agricultores. Conheço toda a situação. Sei quanto custa hoje uma vacina, um vermífugo. E sei em quanto se pode baixar esse custo.

Acabou-se a Lei de Patentes no País. Por que não acabam com a patente de laboratórios de medicamento veterinário?

Sr. Presidente, peço o seu apoio, a sua ajuda, para que esse projeto possa tramitar com mais rapidez na Comissão de Constituição e Justiça. Que se vote a matéria em plenário e possamos dar esse presente ao produtor rural brasileiro, às famílias brasileiras que cuidam de seus animais domésticos como se esses fossem gente da família.

Sr. Presidente, temos vontade de participar de vários projetos, de lutar e intervir nesta Casa. Tenho visto, nesses 25 anos de mandato popular, quanto é importante esta Casa para o Brasil. Nós precisamos nos valorizar. Às vezes, ouço colegas aqui dizerem que aqui o Governo passa o rolo compressor. Não vejo as coisas assim. Ele só passa, se aceitarmos.

O meu partido é o PPS. Alguns dizem que o meu partido é de oposição. Não sei se é. Pelo menos, dentro da nossa pequena bancada – temos 12 Deputados –, normalmente, a posição é de independência. Temos votado matérias de acordo com o Governo e contra o Governo, mas conforme a análise que fazemos do interesse do povo brasileiro. Talvez porque o nosso partido tivesse uma ligação muito forte com o DEM e o PSDB eles achem isso, mas na nossa bancada não há esse tipo de discussão. O nosso Líder tem se postado de forma corretíssima, tratando tudo com respeito. Inclusive, quando é para votar contra, vota com muito respeito e explica a posição do partido.

Então, não se trata de ser contra ou a favor, e sim de que precisamos nos valorizar mais.

Quando aqui chega um projeto do Judiciário ou do Executivo, todos se apressam em votá-lo, para agradar: Dizem: “*se é do Executivo, vamos agradecer, vamos votar rápido*”. Quando o projeto é de iniciativa de Parlamentar desta Casa, ele fica aqui 10 anos, 12 anos, vai para o arquivo. Não se vota.

Temos de valorizar nossos colegas de Casa. Temos de dar prioridade aos projetos apresentados por Parlamentares da Casa. Não estou dizendo que te-

mos de aprovar todos os projetos que nossos colegas apresentam. Temos pelo menos de votá-los, nem que seja para dizer que não passou por isso e por aquilo. Porque nossos colegas Parlamentares precisam dar uma satisfação ao seu eleitor.

Normalmente, quando trago um projeto é porque algum segmento da sociedade brasileira me procurou, solicitou ou me arguiu sobre o assunto; ou, enxergando as necessidades do meu povo, achei que aquilo é viável. Não é obrigatório que eu seja o único correto. Há 513 Parlamentares nesta Casa para dizer “sim” ou “não” aos projetos. O que não pode é um colega passar três mandatos, quatro mandatos, ir embora desta Casa e seus projetos nunca chegarem a ser apreciados em plenário.

Então, garantir isso seria a nossa valorização. Essa história de querer transferir responsabilidades para os outros é que não serve.

Eu não posso dizer que algo aqui não funcionou porque o Executivo ou o Judiciário sejam culpados. Não. Se temos autonomia, evidentemente, nós é que devemos pautar os trabalhos desta Casa, e não sermos nós pautados. Esta é a minha opinião.

Sr. Presidente, estou aqui para contribuir. Sou marinho de primeira viagem, calourinho. Estou chegando agora, um curraleiro lá do norte do Brasil, do querido Estado do Tocantins, criado por esta Casa na Constituição de 1988 e que tem dado um grande exemplo ao Brasil. Nos seus 21 anos de existência, ele mostrou que é o Estado que seguidamente teve o maior índice de crescimento no País – maior do que a média nacional em todos os anos. E isso me permite dizer que uma reforma territorial neste País precisa ser feita. Vou defender aqui a criação de outros Estados, a redivisão do Estado do Pará, vizinho nosso, e do Maranhão, porque a redivisão territorial promove o crescimento. Eu nunca vi Município ou Estado que, tendo se tornado independente politicamente, tendo se emancipado, tivesse diminuído de tamanho.

Mato Grosso é outro exemplo. Quando foi dividido, diziam que os dois Estados iriam acabar. Eu não sei qual deles é melhor hoje, se Mato Grosso do Sul, se Mato Grosso. Os dois cresceram muito. A divisão foi boa para os dois.

Quando nos separamos da região sul de Goiás, criando o Tocantins, éramos a banda podre do Estado, a parte do esquecimento. Hoje, o Tocantins é motivo de orgulho para o Estado de Goiás. E este também cresceu muito, porque lhe foi retirado um peso morto – assim chamavam. Portanto, nós conseguimos nossa independência, nossa autonomia, e crescemos.

Eu sou uma pessoa que defende muito a redivisão territorial no Brasil. Respeito os que pensam o

contrário, os que dizem que a redivisão só serve para o Governo Federal poder pagar a dívida de fulano ou sicraNº Ora, mas o Governo Federal deve ao Estado do Tocantins até hoje. Com a criação do Estado do Tocantins, o Governo Federal teria de assumir suas dívidas. Mas não as pagou. Na verdade, só pagou uma parte há 8 anos. O Tocantins tem mais de 700 milhões de reais a receber. Os ex-territórios que se emanciparam e se tornaram Estados têm a sua folha de pagamentos até hoje paga pelo Governo Federal. O Tocantins nunca teve, nem por um dia, funcionários seus sendo pagos pelo Governo Federal. E o Estado sobreviveu a isso. Está aí, está bem, crescendo. E estamos felizes. o povo está satisfeito. Somos exemplo para o País.

Depois de todos esses assuntos, Sr. Presidente, gostaria de, ao encerramento de minhas palavras, agradecer a oportunidade e dizer que sou um apaixonado pela política. Faço política com paixão. Eu não tenho vergonha de ser político. Quando me chamam de ladrão pela rua, não ligo, porque sei qual é a minha postura. E as pessoas conhecem o meu passado. Se pudesse ter a minha carteira de trabalho assinada com a profissão de político, eu gostaria, porque não tenho vergonha do que faço. Eu vim a esta Casa para defender a classe política, a moralização na política, a eficiência e dar resposta à sociedade. Eu vim para cá a fim de contribuir, Sr. Presidente, e quero ter essa oportunidade.

Obrigado, de coração, por esta oportunidade!

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) – Deputado César Halum, a Presidência congratula V. Exa. pela grandeza de seu pronunciamento. Os três temas abordados por V. Exa. não devem parar neste pronunciamento; devem continuar sendo discutidos, com o plenário cheio. Deve-se dar atenção à sua voz.

Nós temos de resgatar a força da palavra, temos de resgatar o pronunciamento parlamentar. Esta Casa é parlamento, ou seja, lugar de se falar. E assim como V. Exa. falou, deve continuar falando. Inscreva-se mais, fale mais, Deputado.

Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Domingos Sávio. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prezado Deputado Edson Silva, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, quero congratular o meu colega de profissão e de Parlamento, Deputado César Halum, pelo brilhante pronunciamento. Teremos neste colega um parceiro leal em lutas como a que S.Exa. acaba de trazer a este plenário e a todo o povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara* e nos ouve pela *Rádio Câmara*.

Sr. Presidente, inicio o meu pronunciamento com uma reflexão sobre o papel do Congresso. Assim como o colega César Halum, chego a esta Casa em meu primeiro mandato. Mas não chego tão verde. Embora marinheiro de primeira viagem, já naveguei por alguns mares turbulentos. A verdade é que estou em meu quinto mandato: fui Vereador, Prefeito, e duas vezes Deputado Estadual por Minas Gerais. E também tenho esse mesmo sentimento, como o do colega que me antecedeu, de que devemos nos orgulhar da política, especialmente do Parlamento: esta é a Casa que representa o nosso povo, e é o grande sentido da liberdade.

Sem a organização do Estado, sem um Estado Democrático de Direito e com um Parlamento livre e independente, nenhum cidadão vive democraticamente. Que todos os que nos ouvem e assistem reflitam sobre isso. Mais do que isso, temos o dever de alertar nosso povo. E olhem que exemplos trágicos não faltam mundo afora. O que vemos hoje na Líbia, o que assistimos há poucos dias no Egito, aliás, no Oriente Médio quase todo? Não há muito, a nossa América Latina e o próprio Brasil viviam também esse ambiente de absoluta falta de liberdade.

O papel do Congresso é essencial. De todos os Poderes, sem dúvida, este é o que melhor e de forma mais plena representa a cara do nosso povo. Não se pode dizer que o Congresso tem a cara do branco, do negro ou do índio; nem se pode dizer que o Congresso tem essa ou aquela crença. Aqui misturam-se raças, credos, as diversas realidades sociais do nosso País.

A nossa Presidenta representa a maioria do nosso povo e hoje chefia o nosso País, mas a vontade do povo é expressa aqui. E temos responsabilidade com essa vontade. O Congresso não se pode curvar, não se pode omitir, especialmente a Câmara dos Deputados. Somos 513 Parlamentares. Mas, de repente, a imprensa brasileira – isto me assusta – começa a falar como se aqui houvesse um jogo de cartas marcadas. Em alguns momentos, isso chega a se aproximar da verdade. Precisamos estar atentos.

Não vejo sentido algum em fazer oposição de maneira intransigente. Isso seria oposição ao País, o que não farei nunca. Não esperem isso de mim nem da Presidenta Dilma, nem dos Srs. Ministros. Esperem que eu seja alguém que queira construir melhores alternativas, mas com independência. Mas não pensem nunca que poderei ser cooptado.

O Congresso Nacional não pode viver os momentos de vergonha como viveu em passado recente – não quero ressuscitar tema tão desagradável, muito menos julgar –, quando boa parte desta Casa foi acusada de ser cooptada dessa ou daquela forma.

Não podemos aceitar que aqui se diga o seguinte: “*Domingos Sávio, que veio das Minas Gerais, se é do Governo, a você, tudo; se é da Oposição, a você, nada*”. E o princípio da impessoalidade, um dos mais basilares em gestão pública? E a Constituição brasileira? Rasga-se? E o papel do Congresso?

Nenhum Governo poderá ser bom se não tiver uma oposição capaz de debater com ele e, a partir de um debate sério, construir melhores alternativas. Vimos isto aqui nesta semana – não tenho dúvidas.

Na sessão de quarta-feira, à noite, após ter participado diretamente, na qualidade de Vice-Líder do PSDB, das negociações para votarmos o projeto que cria a Autoridade Pública Olímpica, instituição que vai organizar as Olimpíadas, disse, e repito: não tenho dúvida de que a Presidenta Dilma fica agradecida à Oposição ao obstruirmos, ao debatermos, ao discutirmos, ao apontarmos o que não era correto – isso, depois de negar mais 15 reais para o salário mínimo, depois de negar um pouquinho mais de reajuste para o trabalhador, depois de criar 480 cargos de livre nomeação, boa parte deles com salários entre 15 e 22 mil reais. Mas, pelo perfil austero que a Presidenta está demonstrando, pela vontade de acertar, não tenho dúvida. Pode parecer discurso da Situação, mas não é isso. Não esperem de mim uma postura de omissão, muito menos que eu seja alguém que possa ser cooptado.

Assim como o Deputado César Halum, que acaba de se manifestar, e tantos outros que adotam uma postura independente, quero o melhor para o País.

A propósito, tenho algo a acrescentar sobre a postura independente.

Entendo que a beleza do Congresso Nacional é que, ao sermos eleitos pelo PSDB, como é o meu caso, o povo brasileiro expressou seu sentimento. Então, tenho de responder a esse sentimento. Não podemos nos anular, sob pena de prestar um grande desserviço à Nação.

O Congresso Nacional deve, sim, assumir posições. O Congresso Nacional deve debater os grandes temas. Aliás, talvez aí, Deputado César, resida a resposta de por que grandes temas não são discutidos neste plenário. “Ah! pode incomodar alguém”. E esse alguém se articula e faz um *lobby*.

Ora, com todo o respeito: pode não ser este o momento mais apropriado para o Poder Executivo. Se o Congresso Nacional se curva, se este Parlamento se anula, e se o Poder Executivo vai pautar tudo, nós estamos vivendo uma utopia ou uma ilusão, pior do que uma utopia de democracia. Não tenho dúvida de que nossa democracia ainda está em fase de construção. Não nos descuidemos dela. Não podemos nos omitir, neste momento, e acreditar que quem teve a maioria

dos votos sabe e pode decidir tudo sobre o País. Não é nem justo isso para com a Presidenta Dilma Rousseff. Muitas das vezes, a Presidenta pode até não ter domínio absoluto sobre tudo.

Assisti, nesta Casa, à discussão do projeto de lei que criava e criou a Autoridade Pública Olímpica, que agora será apreciada no Senado Federal, que mostrou a fragilidade do processo legislativo desta Casa. Este marinheiro de primeira viagem traz uma crítica para a reflexão de todos nós. Não creio que nenhuma Câmara Municipal, nenhuma Assembleia Legislativa cometa o mesmo absurdo que a Câmara dos Deputados, em relação a seu processo legislativo. A medida provisória que votamos essa semana chegou a esta Casa com a finalidade de homologar um acordo entre o Governo Federal, o Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Refiro-me ao acordo para a criação da Autoridade Pública Olímpica, a entidade que vai cuidar das Olimpíadas.

Essa medida provisória foi entregue, há várias e várias semanas, a um relator da base do Governo. Esse relator segura literalmente o projeto, analisa-o e não tem obrigação regimental de apresentar seu relatório se não quando da votação em plenário. Poucas horas antes, é dado conhecimento à Oposição de uma terceira versão. O relatório é lido, sem que fosse submetido a nenhuma Comissão, com mais 40 artigos alterando a Lei de Licitação do nosso País.

E a grande maioria desta Casa – e este testemunho deve ser dado não em desrespeito aos colegas, mas como alerta –, sem sequer ouvir o que estava sendo lido, a grande maioria, sem tomar absolutamente nenhum conhecimento do que estava sendo votado, diz amém.

É este o Congresso que temos para oferecer ao nosso País?! É este o Congresso, que não se debruça sobre os grandes temas?! Será que tem de esperar alguém dizer que “*agora pode*”? E como fica o pacto federativo? Como ficam os Municípios, os Estados? Alguns deles estão em situação de calamidade, algumas Prefeituras estão prestes a fechar serviços essenciais, sem que deem conta de pagar esse salário mínimo pequenininho.

Mas por quê? Porque o salário mínimo é grande? Não. Porque não há uma distribuição justa dos impostos, porque não há uma revisão adequada do Pacto Federativo. Todos nós sabemos disso. Todos, sem exceção. Se perguntarmos a cada Parlamentar, ele dirá: “*Não é justa a forma como são tratados os Municípios brasileiros*.” Todos dirão isso. Mas quantos levantam sua voz e agem efetivamente para mudar esse estado de coisas?

Os Municípios brasileiros são os que respondem primeiro à chamada da saúde. É na porta do Prefeito, é na Câmara Municipal que o cidadão pede socorro quando não acha vaga no hospital. Isso ocorre a todo momento. Está acontecendo agora. Milhares estão morrendo à míngua. E o Congresso vai dizer que não pode fazer nada?! Claro que podemos fazer algo. E, se não vamos rever o Pacto Federativo, vamos pelo menos nos debruçar sobre a Emenda 29. É outro tema.

Todos dizem que é preciso dar mais recursos para a saúde, mas recusam-se a colocar a matéria em pauta; ou, quando a colocam, aparece sempre alguém, a mando de alguém, para retirar a matéria de pauta e não votar recursos suficientes para a saúde do brasileiro, que está morrendo.

Ficamos às vezes chocados com a situação no Oriente Médio, com a tragédia que se abateu sobre a região serrana do Rio. E então? Vamos nos acomodar a uma situação de indiferença diante dos que estão morrendo todos os dias por falta de vagas, por falta de atendimento digno, por falta de cirurgia programada?

A Emenda nº 29 precisava ter sido regulamentada em 2000, quando foi promulgada. Havia prazo, previsto inclusive na própria emenda, na própria Constituição, para que ela fosse revista até 2004. Mas o Presidente Lula não conseguiu fazer essa revisão. Daí culpam o Presidente. O fato é que se acostumaram a dizer que quem manda no Congresso é o Presidente. Seja quem for. Antes era Fernando Henrique, depois Lula, e agora Dilma. Vamos fazer esta reflexão. Respeitamos a Presidenta Dilma, mas precisamos ajudá-la. E ajudar a Presidenta Dilma não é ser submisso à Presidenta da República. Ajudar os Ministros desse grande Estado não é ser submisso...

O Sr. César Halum – V. Exa. me permite um aparte, companheiro?

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Perfeitamente, nobre colega.

O Sr. César Halum – Desculpe-me V. Exa. Seu raciocínio estava muito bem concatenado, mas peço a V. Exa. um aparte porque me veio à cabeça um fato relacionado com o que diz no momento. Tenho um grande amigo que foi Prefeito. E dos nove Vereadores sete eram seus adversários. Hoje ele é uma das pessoas mais alegres que conheço. Ele sempre diz: *“Olha, fui quatro anos Prefeito, com a Oposição em cima, vigiando, fiscalizando tudo. Mas sou o único político do meu Estado que não tem nenhum processo em Tribunal de Contas, em Tribunal de Justiça. Não tenho um só balancete rejeitado. A Oposição ajudou-me a fazer um governo sério, honesto, ajudou-me a vigiar meus companheiros; porque, às vezes, quem mais prejudica uma administração são os companheiros.”*

Portanto, gostaria que o Governo pensasse assim: que a Oposição pode ajudar muito, ao invés de atrapalhar. Parabéns a V. Exa. pelo discurso!

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Agradeço a V. Exa. o aparte, Deputado César Halum.

Fui Prefeito da minha querida Divinópolis. Enfrentei uma oposição ferrenha, enfrentei CPIs, e as contas dos meus quatro anos de mandato foram aprovadas por unanimidade, sem ressalva. Não falo disso com orgulho ou vaidade, porque essa é a obrigação de qualquer administrador. Ser honesto no Brasil começa a parecer adjetivo qualitativo. É obrigação do ser humano ser honesto, distinto, e não se comportar como as espécies irracionais. A desonestidade agride gratuitamente.

Portanto, nobre colega, continuo meu raciocínio na linha de que, se esta Casa não rever o Pacto Federativo, não contribuir para solucionar os problemas que chegam lá na ponta, o cidadão continuará sofrendo.

Falei da saúde, da mesma forma, por causa dessa desordem. O dinheiro está acumulado na mão do Governo Federal. Há toda uma roubalheira – mas não estou acusando A ou B. Estou dizendo que instalaram-se no Brasil licitações fraudulentas, que se instalou no Brasil a omissão no momento de se fiscalizar o dinheiro público. Esta Casa falou em abrir uma CPI sobre o DNIT, mas isso não aconteceu. De fato, nada ocorreu.

Em Minas Gerais, as pessoas estão morrendo. Diariamente, pessoas morrem na BR-381, chamada por todos de “corredor da morte”. A Presidenta sabe disso, o Ministro sabe disso, o Presidente Lula sabia disso. Todos os 53 Deputados da bancada mineira sabem disso, mas não fazem absolutamente nada, e pessoas continuam morrendo.

O dinheiro da CIDE é arrecadado, contingenciado pelos tecnocratas da Fazenda, e não chega lá na ponta. Por que esse dinheiro não é distribuído? Por que essas rodovias não são entregues aos Estados, com o devido recurso? Essas obras já estariam prontas. E quanto às estradas vicinais? Nossos companheiros produtores rurais não conseguem escoar a produção, não conseguem ter vida digna. O dinheiro não chega lá. E a culpa é dos prefeitos...

V. Exa., que conhece nossa luta no campo, já viu alguém cobrar do Presidente da República o conserto de uma estrada vicinal, Deputado? Claro que não. Mas o dinheiro está aqui. E, às vezes, isso explica essa situação absurda de o Congresso ter de se curvar, muitas vezes procurando um atalho – mas os atalhos nem sempre nos levam aos melhores caminhos, às melhores soluções.

Às vezes, os Deputados se curvam, dizendo: *“Mas as estradas rurais estão ruins, Domingos Sávio,*

a saúde está ruim, e eu também preciso de um posto de saúde". Então, eu tenho que concordar com tudo o que o Poder Executivo falar, porque senão eu não vou conseguir aprovar minha emenda?! Esta Casa não pode aceitar isso.

Disseram-me isso logo que eu cheguei a esta Casa. Mas eu pensei: Assim, não vou poder olhar nos olhos dos meus filhos; não vou poder inserir na minha biografia que eu troquei essa discussão pela revisão do Pacto Federativo, que eu troquei a regulamentação da Emenda 29, que eu troquei os recursos mais justos para melhorar as estradas do País, com vistas à segurança pública...

Falam na PEC 300, mas ela pode ser traduzida em se remunerar dignamente os profissionais da segurança para que tenhamos, de fato, vitória sobre o crime.

Ora, não posso trocar os grandes temas nacionais por uma conveniência pessoal e dizer: *"Olha, assim fica mais tranquila minha reeleição"*. Não é isso que eu vim fazer neste Parlamento. É claro que quero dar sequência ao meu trabalho, mas acredito que o eleitor brasileiro está se tornando mais lúcido e que fará essa reflexão.

Portanto, Sr. Presidente, são diversos temas, como a revisão do Código Florestal. Além de avaliarmos não apenas o fato de alguém ser oposição ou situação, o Código Florestal coloca esta Casa diante de uma situação que precisa ser mais refletida por todos.

Tão logo cheguei a esta Casa, inscrevi-me para participar da Frente Parlamentar da Agropecuária, e não poderia ser diferente. Fui presidente de sindicato rural, de cooperativas. Sou um cooperativista. Estamos instituindo também a Frente do Cooperativismo, a Frente do Café. Não só me inscrevi, mas já participei de duas reuniões da Frente Parlamentar do Meio Ambiente, com absoluto entusiasmo, às vezes assustado com as posturas equivocadas daqueles que querem apostar no antagonismo, daqueles que querem pousar para a plateia – vou usar aqui o português claro –, daqueles que chegam e dizem que o produtor rural pode fazer tudo.

Ora, o produtor rural nem quer ouvir isso. Conviwo com o produtor rural de perto. Ele sabe que sem o meio ambiente preservado não vai ter nascente, não vai ter água, não vai ter sequer terra adequada para produzir. Mas ainda há aqueles que radicalizam, que dizem que quem é dono da terra pode fazer tudo. E nunca disse isso nem vou dizer.

Vejo, com alegria, que os meus amigos, os meus parceiros produtores rurais compreendem que a terra pertence a Deus. Ele nos cedeu a terra para cuidarmos e zelarmos por ela, mas nem todo mundo tem sabido fazer isso de forma adequada.

Por outro lado, vejo ambientalistas que querem tratar o produtor rural como bandido, como criminoso, que querem responsabilizá-lo pelos problemas para os quais eles também contribuem nos grandes centros urbanos.

Vejo ambientalistas que são mais dignos do título de "ambientaloides", porque não conhecem a realidade do campo e tentam atribuir à realidade do sertão baiano, dos pampas gaúchos, a mesma do Pantanal ou da Amazônia. Eles querem tratar a matéria sem uma análise específica para cada lugar do Brasil – e o Brasil tem tantas regiões distintas!

O antigo código florestal brasileiro é da década de 1960. O projeto que o aperfeiçoa só começou a tramitar em 1999. Já ocuparam esta tribuna alguns colegas para dizer que, porque estamos chegando aqui agora, não é possível votar agora esse código, que temos de reiniciar a discussão do zero. Que desserviço ao País!

Primeiro, é de se surpreender que alguém tenha chegado agora à Casa, afirmando ser ambientalista, e não ter participado dessa discussão! Essa discussão foi levada pela Câmara Federal às Assembleias do Brasil inteiro, a todas as regiões do País; os *sítes* da Câmara disponibilizaram informações; o Deputado Aldo Rebelo rodou esse Brasil inteiro, debatendo e ouvindo um lado e outro. Construiu-se um relatório, e esse relatório não pode simplesmente ser jogado no lixo.

É preciso que haja vontade política porque, mais uma vez, esta Câmara deve uma resposta ao povo brasileiro: 90% dos produtores rurais brasileiros – até porque a grande maioria é formada por micro, pequenos e médios – são massacrados pelo Código Florestal com a atual redação. Alguém pode indagar: se ele é da década de 1960, se eles são tão massacrados, por que isso subsiste até hoje? Na verdade, muitos estão na condição de miséria. Houve um empobrecimento do campo. Uma outra razão óbvia é de que até então não se exigia o cumprimento do Código.

O Presidente Lula expediu um decreto que prorrogou o cumprimento até o final de 2009. Quando se chegou próximo ao prazo fatal, o Presidente Lula percebeu que era impossível cumprir aquele Código da década de 1960, que ele não mais se adequava à realidade brasileira, e reeditou o aludido decreto, estendendo o prazo para meados de 2011 – e já estamos chegando a meados de 2011.

Portanto, estamos diante da seguinte situação: há um número cada vez maior de produtores que dizem que a Presidenta Dilma não vai querer inviabilizar o Brasil, inviabilizar a produção de alimentos e arrebentar com a economia com a inflação, até porque o preço dos alimentos vai subir se ela fizer valer a ferro e fogo esse decreto. E digo isso porque, a partir

de junho, quem não estiver 100% enquadrado nesse Código Florestal, que todos reconhecem que precisa ser aperfeiçoado, não terá direito a financiamento ou qualquer possibilidade de operar legalmente na sua propriedade, além de correr o risco de ser multado. E isso significa quebradeira no campo.

A grande maioria dos produtores, portanto, já afirma que a Presidenta Dilma vai novamente adiar a exigência de cumprimento do Código. E, neste caso, isso será ruim para o meio ambiente, porque todos continuaremos acreditando na tese de que existe uma lei, mas, de tão absurda que é, não precisa ser cumprida. Aí é que mora o perigo, Sr. Presidente.

Parece-me que – e eu não diria os ambientalistas – os “ambientaloides” não enxergam isso. Se alguém quiser fazer cumprir esse Código que está aí, de impossível cumprimento, o decreto que adia essa exigência será eternamente reeditado. E ninguém vai respeitar o meio ambiente, porque é o mesmo que dizer que há ausência de legislação ambiental para várias coisas.

Portanto, é preciso que tenhamos a responsabilidade de fazer com que o Congresso cumpra seu papel e enfrente os grandes temas, dentre eles a reforma tributária.

Ora, não se pode admitir que um país com a pujança do Brasil, em um momento em que a economia mundial vem de praticamente uma década de crescimento significativo, salvo os percalços de 2009, continue patinando, não conseguindo enfrentar a concorrência da China, porque não tem a sensibilidade de respeitar quem quer produzir e ainda sobrecarrega o micro, o pequeno e o médio empresário, enfim, a todos, com a maior carga tributária do mundo. E quando há um sinal de volta de inflação, o Governo aumenta ainda mais os juros, o que onera mais a produção e o próprio Tesouro Nacional, o que acaba comprometendo as receitas do País para pagar juros. E isso só faz aumentar o lucro dos bancos.

Pois nós estamos nos curvando a isso, como se esses poderosos da economia fossem os únicos a ter uma fórmula para o País. E eles não admitem que essa fórmula tenha de incluir a redução de impostos; pelo contrário, ousam falar em trazer à baila novamente a CPMF, para que seja votada nesta Casa.

Espero que não façam isso, pois, se o fizerem, esta Casa terá a oportunidade de mostrar sintonia com o País e diz “não”, não aceitar mais impostos. E eles querem recriar a CPMF sob o pretexto de que ela é para a saúde. Ora, o orçamento do País é de muitos bilhões. Há dinheiro sim, mas a questão é de prioridade. Não fosse assim, como temos que aplicar 25% em educação, teríamos que criar mais um imposto para a educação. E, daqui a pouco, cada vez que cobrarem

do Governo alguma ação, vamos ter que criar mais um imposto. E o tanto de imposto que nós já pagamos!? É muito imposto!

Ao final, Sr. Presidente, quero rapidamente abordar a reforma política, porque dela dependem todas essas outras.

Não é possível que continuemos reféns do Supremo. Que organização de Estado é essa que esta Casa não é sequer capaz de dar posse a seus Deputados eleitos, porque entende a legislação de uma maneira, e o Supremo de outra?

Sim, com muita frequência cabe razão ao Supremo. E isso ocorre porque nos omitimos. O Supremo é que teve de afirmar o óbvio, ou seja, que a fidelidade partidária é um princípio já previsto na nossa legislação. Aquela Corte encontrou uma maneira de nos alertar, embora a infidelidade continue generalizada.

Agora, entende-se, que infidelidade é apenas mudar de partido. O Supremo encontrou essa alternativa. Mas infidelidade é muito mais. É infidelidade, por exemplo, pedir voto ao eleitor, dizendo quais são as suas posições, e, no dia seguinte, ser cooptado no Congresso e mudar de posição por qualquer conveniência, seja ela de interesse pessoal ou mesmo sob o pretexto de que é para atender a sua comunidade. E por acaso o Deputado voltou a debater com a comunidade ou consultou os eleitores sobre determinada mudança de posição?

Então, não é justo isso. O Brasil não merece isso. Esta Câmara não pode se omitir. Temos que enfrentar o tema reforma política e estabelecer com clareza as responsabilidades de cada Parlamentar, de cada partido, a fim de resgatar a confiança do eleitor naqueles que foram eleitos. É assim que vamos ter credibilidade e é assim que pretendo me portar aqui: com coerência, mas com muita luta e também humildade para aprender com os que estão aqui há mais tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, já que me excedi em alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) – Deputado Domingos Sávio, não sei falar, mas sei ouvir e faço uma sugestão a V. Exa.: peça à Taquigrafia uma cópia de seu pronunciamento e a distribua a todos os gabinetes. Será uma grande contribuição que V. Exa. estará dando a esta Casa, em um momento que pode provocar uma reflexão de todos nós, para o bem do Brasil.

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Renan Filho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB. S.Exa. disporá de 9 minutos.

O SR. RENAN FILHO (PMDB-AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna dar conhecimento à Casa de um projeto de resolução que apresento ao Congresso Nacional para instituir o Orçamento Cidadão. Entendo que é uma grande iniciativa, que possibilitará ao povo brasileiro aprofundar-se, estudar e tomar conhecimento do que realmente trata o orçamento elaborado pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, vou abordar um tema que julgo ser de fundamental importância no campo das finanças públicas, principalmente neste instante, em que a nossa Presidenta Dilma luta para consolidar um modelo de gestão fiscal mais eficiente, um modelo de gestão verdadeiramente orientado para o fortalecimento das políticas sociais, para o enfrentamento da miséria e para a racionalização do gasto público.

Assim, Sras. e Srs. Deputados, informo a V. Exas. que apresentei um projeto de resolução do Congresso Nacional para instituir o Orçamento Cidadão, cuja implementação deverá ser efetuada pela Comissão Mista de Orçamento, atualmente sob a presidência do Senador Vital do Rego, médico, advogado e ilustre representante do PMDB da Paraíba.

O Orçamento Cidadão é uma apresentação não técnica do orçamento de um governo destinada a possibilitar que o público – inclusive aqueles não familiarizados com finanças públicas – entenda os planos de um governo para aumentar receitas e gastar recursos públicos.

O Orçamento Cidadão é, na prática, um sistema que assegura a efetiva compreensão, pelas pessoas comuns, da política orçamentária do Governo

Vale ressaltar que a maioria do povo brasileiro não sabe decifrar nem compreender a linguagem técnica dos orçamentos públicos, o que dificulta o próprio acompanhamento das políticas públicas pelos destinatários finais dessas políticas: a população.

A concepção do Orçamento Cidadão, Sr. Presidente, é, portanto, uma das faces da moeda que chamo de transparência orçamentária. O aumento da transparência orçamentária é, sabemos todos, fator para a estabilização de expectativas dos agentes econômicos, criando ambiente mais propício para novos investimentos e, justamente por eliminar incertezas das políticas dos gastos públicos, contribui inclusive para a redução das taxas de juros da economia.

Sras. e Srs. Deputados, um orçamento público mais transparente contribui de forma significativa para o desenvolvimento da consciência cidadã em relação à gestão financeira do Governo, ampliando, portanto, os mecanismos de controle social das finanças do Estado, reduzindo desperdícios.

No momento em que examinamos mecanismos de aperfeiçoamento das práticas fiscais, o compromisso político com a transparência das finanças públicas por meio da implementação do Orçamento Cidadão apresenta-se como uma contribuição importante.

Devo ainda informar que esse projeto de resolução está alinhado com as discussões internacionais sobre transparência orçamentária. O Brasil foi avaliado, em pesquisa de âmbito mundial que mediu o Índice de Transparência Orçamentária, nos anos de 2006, 2008 e 2010. Embora a avaliação geral das nossas práticas orçamentárias tenha sido satisfatória, a mencionada pesquisa assinalou a ausência de um orçamento cidadão. Isso fez com que o País perdesse pontos e a liderança da transparência orçamentária na América Latina, que coube ao Chile na última aferição.

Desse modo, quero, representando o povo de Alagoas, trazer ao Parlamento uma proposição simples, que não implica custos adicionais nem a alteração das atuais regras orçamentárias, mas que pode significar um importante avanço para as relações entre a sociedade, o Congresso e os governantes.

Penso que a implantação do Orçamento Cidadão pelo Congresso Nacional será uma demonstração clara de que o Legislativo está rumando em sintonia com as expectativas da sociedade organizada.

Já conversei com o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o Senador Vital do Rego, com o Líder do meu partido nesta Casa, o Deputado Henrique Alves, sobre a importância desse tema e a necessidade de avançarmos na aprovação da proposta. Recebi de ambos, Sr. Presidente, o indispensável apoio para seguir adiante, fato que muito me orgulha.

Estaremos juntos, de forma criativa, estratégica e inteligente, fazendo a nossa parte nessa luta para acurar o foco dos gastos públicos, fator indispensável para ampliar a eficiência das políticas governamentais, principalmente as de combate à miséria e de redução das desigualdades sociais e regionais.

Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa, a fim de que o povo brasileiro tome conhecimento do que trata o Orçamento Cidadão, instrumento muito importante, utilizado em diversos países do mundo para facilitar o entendimento de complexo orçamento de governo, como é o caso do Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveitando os minutos que ainda tenho para falar em nome da Liderança do PMDB, quero tratar de um assunto do meu querido Estado de Alagoas. Ontem foi decidido pela Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL que seriam reajustadas as tarifas de abastecimento d'água e de saneamento básico.

Isso muito me afeta, porque estamos, em Alagoas, em vários Municípios, com muita dificuldade no abastecimento d'água. Várias cidades do Estado de Alagoas, Sr. Presidente, foram assoladas no último ano, e até hoje os sistemas de abastecimento não voltaram ao normal. Mas não é só na região que foi afetada pela enchente que há problema de abastecimento d'água. Há problema de abastecimento d'água também no Agreste. A cidade de Arapiraca sofre bastante. Quem está agora em Arapiraca nos ouvindo sabe do que falo. Lá, no sertão alagoano, tão carente de um bom abastecimento d'água, o povo não aguenta mais reajustes de tarifas sem ter antes disso oferta d'água com dignidade.

Por isso, venho trazer a esta tribuna hoje o meu repúdio, não um repúdio desmedido, procurando fazer críticas sem apresentar saídas. A ideia é me somar aos esforços do Estado de Alagoas, a fim de que possamos melhorar o sistema de abastecimento d'água do nosso Estado como um todo.

Fui Prefeito da cidade de Murici, em Alagoas, por dois mandatos, e o maior problema da nossa cidade é o abastecimento d'água do nosso povo. Nós precisamos estar atentos a esse tipo de prática. Não se pode mais, no Brasil, permitir que sejam aumentados tributos e taxas sem que o Estado reconheça que fornece um serviço de péssima qualidade.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. a oportunidade de falar em nome da Liderança do meu partido, o PMDB. Agradeço a V. Exa. também a paciência por estar aqui presidindo esta Casa e nos ouvindo nesta sexta-feira. Mas é importante que demonstremos ao povo brasileiro que no Congresso Nacional o trabalho tem sido feito para que o País possa avançar. Meus parabéns. Um grande abraço.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) – Deputado Renan Filho, do PMDB de Alagoas, parabéns pelo pronunciamento.

A Presidência determina a todos os veículos de comunicação da Casa que façam chegar ao conhecimento do povo brasileiro a ideia do Orçamento Cidadão.

Parabéns a V. Exa., Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luciano Moreira.

O SR. LUCIANO MOREIRA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho a honra de estar nesta tribuna para saudar meus colegas e dirigir-me ao povo do Maranhão. É um privilégio ser parte do Congresso Nacional. Sinto-me orgulhoso, comprometido e consciente de,

como Deputado Federal, poder ajudar a mudar meu País para melhor.

Nasci no interior do Ceará. Lá aprendi com meus pais que homens são feitos de caráter, compromisso, honra e ética. Eles me ensinaram a respeitar as pessoas, principalmente os mais pobres. Sou economista, formado pela Universidade Federal do Ceará. Com orgulho, presidi o Conselho Regional e fui membro do Conselho Federal. Comecei minha vida profissional no Governo cearense, fundamental para que eu fosse convidado a transmitir meus conhecimentos, transferir aquela rica experiência inicial em outros Estados, até fora do País. São muitos anos dedicados à causa pública.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estado do Maranhão é o segundo maior do Nordeste, possui o segundo mais extenso litoral brasileiro. Nós temos a quarta economia da região, a décima sexta do Brasil. A exuberante diversidade dos ecossistemas maranhenses é um legado que nos orgulha e nos impõe a responsabilidade de mantê-lo para as gerações futuras. Do litoral aos campos do sul, da Baixada ao Delta do Parnaíba, todos temos orgulho de sermos amazônicos, nordestinos, brasileiros. Lutas históricas coloniais trouxeram até hoje em nós esse forte sentimento de Nação.

Na Câmara dos Deputados, eu tenho compromisso absoluto de defesa dos interesses, das demandas, dos projetos e de atendimento das necessidades de minha querida São Luís, Patrimônio Cultural da Humanidade, que orgulha todos os maranhenses, todos os brasileiros.

É grande a responsabilidade de representar nesta Casa a terra de Coelho Neto, Gonçalves Dias, Graça Aranha, Humberto de Campos, João do Vale, Fortuna, Ferreira Gullar, símbolos da nossa intelectualidade.

Quero parabenizar o Conselho Regional de Economia, que acaba de reeditar o grande poeta Bandeira Tribuzi. Obra dele, *Formação Econômica do Maranhão*, formou gerações.

Sei muito bem o que é falar aqui em nome da terra de Josué Montello, de Aluísio e de Arthur Azevedo, do Presidente Sarney, que honra o Maranhão na Academia Brasileira de Letras. Há muito tempo tenho fortes vínculos afetivos com a rica cultura do Maranhão, que é síntese do Brasil, respeitado em todo o mundo. Estou falando do Brasil que mostrou a importância da convivência pacífica e harmônica entre pessoas de origens distintas, gente de toda cor, de várias religiões, de qualquer posição social. O Brasil ensina o mundo a quebrar preconceitos. Meu querido Maranhão certamente é um desses lugares onde se forjou o respeito que temos pelas pessoas, a dignidade com a qual todos devem ser tratados.

Tenho muita gratidão pela terra que generosamente me acolheu, pelas pessoas que me receberam de braços e sorrisos abertos. Para mim foi inesquecível receber o título de Cidadão Maranhense da Assembleia Legislativa. As palmeiras onde cantam sabiás passaram a ser também símbolos meus. O Maranhão é meu chão. Lá, construí minha família, cresceram minhas filhas, meus netos nasceram. Os inconfundíveis sons das matracas do bumba meu boi me sensibilizaram; os carnavais, o folclore, os arraiais, a música, a comida, as raízes, o Português bem falado, a digna negritude dos quilombolas, a riqueza herdada da cultura indígena tocaram meu coração. O Maranhão me ensinou a ser mais brasileiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, felizmente o eleitor brasileiro cada vez mais tem consciência de seu voto, adota critérios mais rígidos para escolher seu candidato, procura ter informações sobre ele, sua biografia, seus valores, suas crenças, suas propostas.

Vai ficando distante o tempo das promessas soltas, do compromisso inconsequente, do anúncio irresponsável de coisas que nunca aconteciam. Isso acaba com a credibilidade da classe política, arranha o Congresso.

Junto com a maioria dos que hoje estão aqui, eu tenho certeza de que vamos contribuir para melhorar a imagem institucional da Câmara dos Deputados.

O tempo agora é de buscar resultados. Temos a oportunidade de mostrar ao País que somos poderoso instrumento da vontade soberana do povo. Foi isso o que nos trouxe até aqui.

Principalmente nessas últimas eleições, vimos crescer a importância da Internet, a força das mídias sociais, o poder da disseminação de ideias através dos espaços virtuais, que são território livre de manifestação, sobretudo dos jovens e formadores de opinião.

Os quase 126 mil votos que tive certamente são a prova maior de que meu perfil pessoal, minha imagem e minhas ideias eram as deles. Tenho consciência da enorme responsabilidade que isso me traz. Sei que acreditaram em mim, que sonharam junto comigo, sei que querem ver concretizados os compromissos de campanha. Minha credibilidade estará em primeiro lugar. Vou defender nossas ideias com a seriedade que sempre foi respeitada.

Sr. Presidente, não vou decepcionar quem me fez chegar aqui. Eu quero e vou honrar meu mandato, vou dar o melhor de mim, vou merecer cada voto que me fez sentar nestas cadeiras.

Desta tribuna, exatamente como agora, falo para o povo do Maranhão. É para os que apostaram em mim que estou dirigindo minha voz. Eu quero que tenham a certeza de que jamais abandonarei meus compro-

missos. Quero que eles saibam que cada palavra que eu aqui disser será sempre em defesa dos maranhenses, em favor principalmente dos mais humildes, dos mais necessitados.

Registro meu eterno agradecimento aos Governadores que confiaram em mim como Secretário de Estado durante 20 anos, sem interrupção. Em particular agradeço à Governadora Roseana Sarney, que deu oportunidade a que surgisse minha candidatura. Foi gratificante enfrentar o desafio de transformar em votos minha experiência profissional no Poder Executivo e ser reconhecido como candidato, ser eleito.

Com certeza, parte expressiva do sucesso de minha campanha eu devo aos meus colaboradores, dos mais simples aos mais graduados, muita gente que me ajudou a desenvolver e implantar ideias inovadoras.

Quero estender meu agradecimento aos que junto comigo criaram a Universidade Integrada da Terceira Idade e aos que viabilizaram o Programa de Ação Integrada ao Aposentado, o PAI.

Sinto orgulho em ser carinhosamente chamado de “pai do PAI”, mas quero que saibam que esse reconhecimento pertence também a eles. Vou lutar pela continuidade de tudo. Os mais idosos merecem.

Quero agradecer aos que me deram força para implantar o Programa de Valorização do Servidor Público Estadual e o Programa de Habitação do Servidor. Tenho certeza de que os servidores estaduais têm consciência do valor dos benefícios recebidos, das conquistas alcançadas.

Agradeço também aos que me ajudaram a implantar o Viva Cidadão, uma das primeiras experiências brasileiras de implantação de centro integrado de serviços públicos, onde a população é atendida com rapidez, qualidade e respeito. Cada maranhense sabe como é importante ser tratado ali como verdadeiro cidadão. Quero dividir com eles essa maravilhosa conquista.

Quero agradecer aos muitos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, aos milhares de pessoas anônimas, lideranças políticas e comunitárias, colaboradores e parceiros que me ajudaram a chegar aqui. Aprendi com eles que grandes centros urbanos, capitais e metrópoles são importantes, mas que o Brasil – para muito além de tudo isso – é o bairro, a cidade, o Município. Eles me provaram que o País será cada vez melhor, rico e justo, se e quando tivermos estruturas e recursos mais perto das pessoas, onde elas moram. Por isso assumi o compromisso de lutar e defender cada lugar, por mais distante que seja, o desenvolvimento local, a agricultura familiar, a pequena empresa, o fortalecimento dos Estados e Municípios.

Quero agradecer a força moral que Edson Filho me deu. Nunca vou me esquecer da recepção carinho-

sa que sempre tive em Imperatriz. Ele é o símbolo de minha campanha.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a família é nosso maior patrimônio, é ela que nos sustenta e dá força, é para ela que dedicamos nossos esforços, e a ela devemos o que temos e, principalmente, o que somos. Família é tudo. Portanto, estou aqui hoje também porque minha família quis, ajudou-me, viajou comigo pelas cidades, andou comigo pelas ruas, entrou comigo nas casas.

Foi emocionante ouvir as pessoas, ver seus olhos brilharem de esperança, sentir a enorme força que tem a gente simples, sua inabalável fé no futuro. Foi importante ver de perto como tantas famílias precisam do nosso apoio. Aquelas imagens fortes estarão comigo pelo resto da vida. Em Brasília, no Maranhão, onde for necessário, Sr. Presidente, eu vou lutar por eles, vou dedicar meu mandato para que cada uma daquelas famílias melhore de vida.

Cheguei a esta Casa do povo cheio de esperança. Falo da esperança sublime que nasce e faz parte do ideário dos brasileiros, não da que acomoda, da que paralisa, mas da que nos faz acreditar sempre num mundo melhor para todos, para nós, para a nossa família. Exatamente, como o povo brasileiro, tenho confiança no futuro do nosso País. Quero fazer parte desta bela história que está sendo construída também aqui no Parlamento, agora, neste presente tão emblemático que nos coloca sob os olhos do mundo.

A Câmara dos Deputados do Brasil tem história. Tenho grandes expectativas nesta Casa do povo, onde brilharam Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves e muitos outros que lutaram bravamente em favor da redemocratização, da anistia e das eleições diretas. Eles são minha fonte de inspiração.

Vejo este início do meu mandato como desafiadora oportunidade de defender as ideias que me trouxeram aqui. A complexa e dinâmica política brasileira faz-me acreditar, cada dia mais, na força do Parlamento, na importância dos temas, na pauta congressual que a mídia repercute e que forma a opinião pública. Isso tudo me estimula, me encoraja. Por isso fiz questão de adotar uma estratégia de atuação parlamentar e política em que meu mandato na Câmara dos Deputados, em Brasília, esteja em permanente sintonia com o Maranhão, onde está o meu objetivo maior.

Quero reafirmar meu compromisso com o meu partido. Sei como isso é importante para a democracia, para a maturidade política do País. Nas últimas semanas, participei em plenário do imperdível espetáculo da democracia: galerias cheias, tribunos eloquentes, lideranças atuantes, a força viva da representação popular, nossas vozes falando legitimamente em nome do povo.

Vou lutar pela reforma política que assegure o equilíbrio federativo, que sustente o modelo republicano, que garanta âmbito congressual exclusivo aos temas políticos. Por isso defendo o respeito ao voto colocado na urna como manifestação soberana.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a sociedade brasileira quer que o Parlamento apoie iniciativas de desenvolvimento local, de geração de renda e de emprego. Sabemos que para isso os Municípios precisam dispor de opções próprias de investimento, precisam ser menos dependentes da mera transferência de recursos centrais. É preciso que tenham a liberdade de escolher prioridades, focar nas suas vocações específicas, atender às demandas que eles conhecem melhor do que ninguém.

Há tempos vimos comemorando a consistente elevação das receitas, oriunda do crescimento da economia e de eficientes instrumentos de tributação. O Brasil quer também celebrar uma distribuição equilibrada que faça todos crescerem, reduza as desigualdades regionais, interiorize o desenvolvimento, priorize as parcelas mais carentes da população. Por isso eu defendo a reforma tributária. Não se trata de conceder privilégios. O que todos querem é ter condições de lutar com suas próprias forças para construir um presente digno, para sonhar com um futuro de esperança para a sua família.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sei que os indicadores sociais do Maranhão precisam muito de nossa ajuda. Nós podemos daqui contribuir para que aumente a expectativa de vida, para que crianças tenham escola, haja mais moradias, casas tenham água e saneamento. Por isso quero defender com toda a veemência a importância das emendas parlamentares como forma de transformar a realidade social, principalmente dos Estados mais carentes, das regiões mais pobres, das famílias mais necessitadas. A justa distribuição de renda deve ser permanente bandeira de luta de todos os brasileiros.

O País é testemunha da força que tem a economia doméstica. Nós sabemos quanto foi decisiva a ascensão de muitas famílias na pirâmide social. Isso nos afastou dos piores efeitos da crise financeira internacional e reduziu impactos negativos sobre o Brasil.

Acredito na educação como o mais importante de todos os mecanismos de transformação social das comunidades, das famílias, das pessoas. As famílias brasileiras, os pais, as crianças e os jovens fazem esforços monumentais para chegar à escola, para ter um professor que os ensine algo, porque sabem que vale a pena, ajuda no presente, garante o futuro. Em todo o País, todos os dias, quilômetros são percorridos a pé por muitas pessoas, para entrarem numa sala de

aula. Em Estados mais carentes como o nosso, essa é a rotina de muita gente.

Nesta Casa do povo, nós temos o dever moral de apoiar, de incentivar, de criar condições favoráveis para que essa vontade de aprender, esse sonho de melhorar de vida se torne realidade para cada brasileiro.

Minha experiência como Secretário de Estado desta área me obriga e me credencia a adotar a educação como bandeira. Eu me sinto no dever de – agora como Deputado – estar ao lado dos meus pares lutando de forma intransigente por mais investimentos na educação, pela melhoria das condições das escolas, pela valorização dos professores.

Sei que o Brasil vem tendo cada vez mais salas de aula, universidades, escolas técnicas, cursos profissionalizantes. Jovens têm sido apoiados, financiados nos seus estudos. Reconheço esses avanços, mas não vamos nos acomodar. Com o crescimento do País, estamos sentindo a importância da qualificação profissional. Ela tem de vir junto, até antes se possível.

Agora que o Maranhão já recebe grandes investimentos estruturantes, a formação da mão de obra é fundamental, como no futuro Pólo Petroquímico de Bacabeira.

Por isso quero defender a criação de uma universidade na região tocantina, a Faculdade de Medicina de Imperatriz, o Centro de Formação Tecnológica de Presidente Dutra e escolas profissionalizantes em todas as outras regiões do Estado, de acordo com suas vocações naturais.

Quero participar das discussões que podem aperfeiçoar o Plano Nacional de Educação. No Maranhão, vou defender o Plano Integrado de Educação Profissional.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é um privilégio compartilhar o inédito momento de termos uma mulher no comando da Nação. Daqui eu faço questão de dizer ao povo do Maranhão que estou totalmente comprometido com a erradicação da extrema pobreza, que a sensibilidade da Presidenta Dilma tão bem soube escolher como prioridade nacional.

Na Câmara dos Deputados, darei meu apoio a qualquer esforço que seja feito para que nenhum brasileiro passe fome ou tenha sede. Por isso, toda política pública tem de colocar as pessoas em primeiro lugar. Eu quero me engajar pessoalmente na defesa intransigente da erradicação da pobreza no Maranhão. Irei aonde tiver que ir, nos Ministérios, em qualquer lugar onde se possa encontrar aliados desta guerra santa.

Especialmente no Maranhão, quero destacar a importância do Programa Luz para Todos. Tenho certeza de que o Governo Federal, a Presidenta Dilma e o Ministro Lobão terão a sensibilidade necessária para ampliar investimentos nessa área. Confio em que

o Governo Estadual é capaz de adotar providências para que isso ocorra. E eles podem contar comigo na Câmara dos Deputados, em Brasília.

O maranhense Joãozinho Trinta mostrou ao Brasil como cada família pobre tem esperança num futuro melhor. Sei como cada família ainda sem energia elétrica espera o dia de soprar a última vela, de apagar o último candeeiro. Eu sei que as famílias pobres sonham em ter geladeira, televisão, liquidificador, micro-ondas, aparelhos eletrônicos. Elas querem ver o consumo de energia crescer porque isso prova que estão melhorando de vida. Quero celebrar esse dia junto com eles.

Eu sempre acreditei na capacidade do Estado, do Governo e da administração pública. Tenho convicção da real possibilidade de que as necessidades da população sejam atendidas por meio de serviço público de qualidade. Agora como Deputado Federal, quero colocar a serviço do Parlamento brasileiro minha vasta experiência profissional na gestão pública estadual, como Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Administração.

Eu estou certo de que o País melhora com servidores qualificados, estruturas modernas, métodos eficazes, metas a cumprir, medição de resultados e de impactos das políticas públicas na sociedade. Isso é fundamental para a governança institucional, para a governabilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vive um momento histórico, um novo e importante ciclo de desenvolvimento. A economia cresce, empregos aumentam, pessoas melhoram de vida, muitos sobem rápido na pirâmide social, como nunca se viu. Isso nos alegra, renova nossa força, aumenta nossa autoestima.

A natureza é pródiga com o Maranhão. Ela nos presenteou com recursos estratégicos imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e social sustentável. Vem de longe a vocação exportadora do Maranhão. Temos vantagens comparativas e condições logísticas favoráveis que podem ajudar o Brasil a ser mais competitivo. Estar próximo do Velho Mundo historicamente nos fez crescer. Pelos portos maranhenses há muito passam milhões de toneladas de minérios para todo o mundo. Mas queremos que a infraestrutura, corredores de escoamento, o transporte multimodal tenham a atenção que merecem como a melhor alternativa para o agronegócio brasileiro. A baixada maranhense precisa ter as águas perenizadas. Essa riqueza não pode escoar sem aproveitamento. Com as barragens e os diques, inundações serão controladas. A agricultura, a pecuária, a pesca vão crescer ainda mais. Todo o Maranhão ganha com isso.

Eu quero aqui defender investimentos que aproveitem as vocações de cada região maranhense. Vi em

Aldeias Altas como isso é importante. Os vastos campos de soja do sul do Estado provam que a resposta da iniciativa privada é sempre positiva, quando as condições são favoráveis.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, meus olhos e meu coração estão voltados ao Maranhão. Lá estão meus compromissos, minhas prioridades. Este mandato pertence a quem me elegeu. Aqui, na Casa do povo, meu compromisso maior é com os cidadãos de minha terra, correligionários, parceiros, com todos os que precisam de minha atuação parlamentar. Cada voto que recebi me dá autoridade para lutar com toda a força pelos legítimos interesses da terra que represento. Tenho consciência disso. Essa responsabilidade está comigo. Aqui eu não descansarei enquanto uma única família maranhense estiver passando necessidade. Quero ajudar a usar a força da Câmara dos Deputados para melhorar o Brasil e a vida das pessoas.

Que Deus nos ilumine, aponte-nos o melhor caminho e nos dê sabedoria para dignificar o Parlamento brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) – Parabéns, nobre Deputado Luciano Moreira. V. Exa. faz muita falta ao Ceará, mas engrandece o Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Edson Silva) – Passo a presidência dos trabalhos ao nobre Deputado Renan Filho.

O Sr. Edson Silva, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Edson Silva, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PSB/PTB/PCdoB.

O SR. EDSON SILVA (Bloco/PSB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Renan Filho; Sras. Deputadas e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos acompanha pela televisão e pelo rádio da Câmara dos Deputados, ontem, quando abri o jornal **Folha de S. Paulo**, fiquei não estarrecido, mas revoltado com a reportagem que mostrava o lucro líquido do Banco Itaú no ano de 2010: 13 bilhões e 300 milhões de reais. Ora, isso é uma crise de lesa-pátria, é a clareza da agiotagem legalizada neste País.

Olhando para a história recente do Brasil, os últimos 30 anos, vemos que vários Presidentes assumiram a cadeira, mas nunca tiveram a coragem de peitar os banqueiros, de acabar com essa farra da exploração dos juros exorbitantes cobrados pela rede bancária nacional.

O único Presidente, na história do Brasil, que tentou pagar caro: João Goulart. Quando tinha em mente um compromisso com o Brasil de praticar as chamadas reformas de base – dentro das reformas de base, nobre Deputado Luciano Moreira, estava a reforma bancária –, caiu o Presidente. O País sofreu um golpe. Veio a ditadura, que, além de matar milhares e milhares de brasileiros, levou este País a um atraso muito grande. A ditadura militar é responsável pela miséria que este País ainda enfrenta em grande parte de seu território. A fome, a morte de brasileiros pela miséria, isso é resultado do Governo das armas, da ditadura.

Nobre Presidente Renan Filho, algo me diz que chegou o momento. É agora que vamos ver mudança no comportamento da rede bancária, pelas mãos da Presidenta Dilma Rousseff, revolucionária, uma mulher que jogou a sua vida contra a ditadura militar, que sofreu, e muito, porque lutava pela democracia. Então, se a Presidenta Dilma Rousseff, naqueles momentos difíceis do Brasil, do governo das armas, dos tanques, lutou pela democracia, agora, na condição de Presidenta do Brasil, vai fazer alguma coisa, porque não podemos entender uma democracia com uma agiotagem como essa, em que só um banco teve lucro líquido de 13 bilhões e 300 milhões em 12 meses. Nesse lucro, povo brasileiro, está o seu sangue, está o seu suor. Quantos pequenos e médios comerciantes faliram porque não puderam honrar seus compromissos com os bancos, em virtude de empréstimos realizados? Quantos milhões os mais de 70% dos aposentados brasileiros têm na mão dos banqueiros com crédito consignado?

No interior do Ceará, terra que meu deu berço, nobre Deputado Luciano Moreira, é elevado o número de aposentados que têm descontados de suas aposentadorias empréstimos que não realizaram, que não receberam um centavo. O crime se junta ao crédito consignado. Procurador da República no Ceará, Alessandro Sales já fez várias intervenções para coibir esse crime que obriga o aposentado a pagar um empréstimo que não realizou.

Nessa linha da agiotagem dos bancos brasileiros, eu lembro do momento em que passei por aqui, de 1991 a 1999, no Partido Democrático Trabalhista, quando eu conversava muito e procurava ouvir, para aprender, o nobre Deputado Miguel Arraes, do PSB de Pernambuco. Grande Governador do Estado de Pernambuco, homem que se notabilizou como figura humana, como político comprometido com o povo do seu Estado, com o povo brasileiro. Arraes também sofreu como Dilma, foi cassado, exilado, teve de se afastar da família para viver anos e anos no exílio, como também Waldir Pires, Leonel Brizola e o próprio Presidente Jango, que caiu porque queria as reformas

de base e porque assinou o decreto sobre o controle da remessa do lucro.

Na quadra em que estamos vivendo, abraça-me a certeza de que é Dilma que vai bater nisso, que vai peitar os banqueiros. A Presidenta Dilma Rousseff tem história, amargou sofrimento e não pode deixar que isso continue a acontecer.

Nesse lucro do Banco Itaú, repito, estão lágrimas de sangue do povo brasileiro. E alguém tem que levantar a voz. Se vão continuar tendo esse lucro, vamos tributá-los mais. A Previdência Social, porque paga ao trabalhador rural, está no vermelho, com déficit de 42 bilhões.

Li nos jornais a respeito de pesquisa da Confederação Nacional do Comércio realizada com 18.700 brasileiros. A conclusão foi de que 70% estão endividados no comércio. Não podem pagar suas dívidas.

A Previdência encontra-se em situação deficitária, o povo também está no vermelho, devendo ao comércio e aos bancos, enquanto um só banco tem lucro de 13 bilhões e 300 milhões. Isso não pode continuar! Vamos tributar esses lucros, levá-los para um fundo nacional de proteção aos dependentes do *crack*, vamos criar um fundo nacional da segurança pública, tributando os bancos.

Metade do lucro dos banqueiros tem que voltar para o povo brasileiro, tem que voltar em forma de benefício para o povo brasileiro. Aí, sim, começaremos a experimentar uma democracia legal.

Na democracia em que vivemos, o povo passa fome, não tem dinheiro para a saúde pública, para a educação pública, para investimento em ações que melhorem a sua vida, enquanto os banqueiros lavam a burra com o dinheiro do povo brasileiro.

O pagamento dos juros da dívida interna merece uma auditoria. Não podemos mais compactuar com isso e nos calar diante de um crime de lesa-pátria!

Muito obrigado, nobre Presidente Renan Filho e Sras. e Srs. Deputados. Obrigado, povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Parabéns pelo pronunciamento, nobre Deputado Edson Silva.

Quero apenas oferecer uma contribuição ao pronunciamento de V. Exa. Os juros são a parte dos lucros das empresas brasileiras que menos são tributados em nosso País. Para reflexão sobre a nossa reforma tributária, esse ponto que V. Exa. levanta na manhã desta sexta-feira é muito importante. Deputado, V. Exa. se notabiliza pelos bons discursos e belo debate na Casa do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – **Apresentação de proposições.**

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS **PROJETO DE LEI Nº 606, DE 2011**

(Do Sr. Roberto de Lucena)

Acrescenta o § 2º ao art. 19 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Acrescenta os parágrafos 2º e 3º ao Artigo 19 da Lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967, com a seguinte redação:

“ § 2º Todo o veículo de transporte de animais deve estar em condições de oferecer-lhes proteção e conforto adequados.

§ 3º É vedado:

I – transportar animal por via terrestre por mais de 12 (doze) horas seguidas sem lhe dar o devido descanso;

II – transportar animal sem a documentação estabelecida por lei;

III – transportar animal fraco, doente, ferido ou em adiantado estado de gestação, exceto para atendimento de urgência.”

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não é raro nos depararmos com situações de maus-tratos contra animais durante o armazenamento ou transporte dos mesmos. São lojas que abrigam animais em gaiolas minúsculas, veículos lotados de animais sem nenhuma condição de higiene ou segurança, animais sendo transportados por horas sem água, sem alimentos ou até mesmo sem ventilação chegando a morrer por inanição, por desidratação e até mesmo asfixiados.

Uma sociedade civilizada é aquela que reconhece os direitos dos animais e combate todas as formas de agressão a eles, defendendo-os do extermínio, da exploração abusiva, do sofrimento e morte desnecessários. Nas últimas décadas a humanidade tem se sensibilizado contra as ações de maus-tratos e crueldade contra animais, tanto que em diversas partes do mundo procuram-se regras mais recomendáveis de abate, bem como a proibição de atos que apliquem a eles desnecessários sofrimentos.

Podemos celebrar o fato de que em muitos segmentos da sociedade já está consagrado o entendimento de que os animais devem ser realmente protegidos contra maus-tratos e crueldade, o que provoca o surgimento de movimentos, campanhas e até ações judiciais neste sentido. Mas ainda é preciso avançar.

A Lei 5.197 de 03 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, quanto ao transporte de animais prevê apenas a exigências de guias específicas fornecidas pela autoridade competente. O objetivo deste Projeto de Lei é preencher a lacuna deixada pelo legislador, estabelecendo regras para que o transporte de animais tenha condições mínimas de segurança e conforto.

Por todo o exposto, conclamamos os Nobres Pares a aprovarem este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2011. – Deputado **Roberto de Lucena**.

PROJETO DE LEI Nº 607, DE 2011
(Do Sr. Roberto de Lucena)

Dispõe sobre a contravenção de discriminação no uso de elevadores sociais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a contravenção de discriminação no uso de elevadores sociais.

Art. 2º. O Decreto-Lei 3688, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo 23- A:

“Art. 23-A Impedir o acesso de empregados domésticos ou demais trabalhadores aos elevadores sociais de edifícios, quando não estiverem carregando carga ou objetos que, por sua natureza, devam ser transportados pelos elevadores de serviço.

Pena – Prisão simples, de 30 dias a 3 meses, e multa.”

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil nos últimos décadas tem avançado no combate a discriminação e ao preconceito. A sociedade brasileira vem absorvendo a necessidade de se respeitar cada vez mais o próximo, a pluralidade e a diversidade. A exemplo, citamos que no passado não muito distante, os afrodescendentes eram tema de piadas, chacotas e ainda passavam por humilhantes cenas de constrangimento e discriminação. Foi preciso criar leis mais duras e ser feito um amplo trabalho, em especial, com as crianças, jovens e adolescentes. O cenário ainda não é o ideal mas conquistado alguns avanços.

A sociedade também tem buscado o fim da discriminação e do preconceito contra judeus, homossexuais, nordestinos, entre outros.

E nesta luta esta Casa de Leis não se omitiu. São muitas as propostas legislativas já aprovadas e mui-

tas outras que já foram acolhidas e tramitam visando o fim desse grande que agride a convivência entre as pessoas, semeando o ódio e a discórdia inibindo o desenvolvimento harmonioso da sociedade.

Neste sentido, trago para a apreciação dos Nobres Pares uma proposta que visa inibir impedir a discriminação contra empregados domésticos e outros trabalhadores quanto ao acesso aos elevadores sociais de edificações.

É costume classificar os elevadores como sociais e de serviços. Mas, sabemos que para maior conforto, segurança e igualdade entre os usuários, quer sejam moradores, empregados, prestadores de serviços, ou quaisquer outros, o elevador social é o meio normal de transporte das pessoas que utilizam as dependências de um prédio. Porém, nem todos entendem assim, e aproveitando de uma nomenclatura usada para distinguir a finalidade dos elevadores, usam este transporte para discriminar pessoas, que na sua grande maioria são trabalhadores e pessoas de sua convivência.

Entendemos que os elevadores de serviço devem ser utilizados sempre que a pessoa, tanto morador quanto empregado, prestador de serviços, ou outros, estiver deslocando cargas, compras de supermercado, produtos de limpeza, ou quando estiverem realizando obras, reparos ou, ainda, realizando mudanças.

Assim, com base no termo “elevador de serviço”, pessoas, que não querem ser vistas ao lado de empregados, forcem que os regimentos internos dos condomínios, os proíbam de usar os elevadores, em flagrante desrespeito ao Art. 5º da Constituição Federal.

“Nada, a não ser uma odiosa discriminação social, justifica que empregados domésticos, mesmo quando não estejam carregando carga ou realizando serviços incompatíveis com o elevador social, sejam obrigados a utilizar os elevadores de serviço” afirmou o ex- deputado federal Pastor Reinaldo em 2006 quando também trouxe a esta Casa proposta semelhante que não prosperou tão somente por ter sido arquivada por força do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Para garantir que esse atentado ao princípio da igualdade de todos não se perpetue, oferecemos a presente proposição para tornar contravenção penal o ato de discriminar empregados domésticos e outros trabalhadores quanto ao acesso aos elevadores sociais. A pena de prisão simples e multa é leve, mas suficiente para marcar a ilicitude do ato e impedir que regimentos de edifícios possam adotar essa odiosa norma discriminatória.

Por todo o exposto, conclamamos os Nobres Pares a aprovarem este Projeto.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2011. – Deputado **Roberto de Lucena**.

PROJETO DE LEI Nº 608, DE 2011

(Do Sr. Roberto de Lucena)

Institui o direito a passe livre, em transporte público, a acompanhantes de crianças matriculadas em educação infantil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, em todo o território nacional, o direito a “passe livre” em transporte público, local ou interurbano, à pessoa acompanhante de criança matriculada em estabelecimento de educação infantil.

Parágrafo Único. Os Poderes Públicos Municipais e Estaduais estabelecerão os critérios para a implementação do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Justificação

No ano de 2008 foi publicada a Lei 11.700/2008 determinando que todas as crianças de 4 a 6 anos terão direito a vaga em escolas de educação infantil ou fundamental próximas às suas residências. A ação foi recebida com entusiasmo e considerada um grande avanço no sistema educacional do País, pois diversos estudos apontam que quanto mais cedo os alunos ingressam na escola, melhor é o desempenho nas séries subsequentes.

Apesar dos benefícios trazidos pela citada Lei verificou-se que muitas famílias não contam com escolas próximas às suas casas para acolher seus filhos no ensino infantil, obrigando os pais a utilizar o transporte público para levar e buscar os filhos nas unidades de ensino, o que trouxe para essas famílias uma despesa adicional no orçamento familiar, que muitas vezes prejudica a frequência desses alunos nas escolas.

O “passe livre” para estudantes já é um programa social consagrado em nosso País, mas ele não satisfaz às necessidades das famílias com filhos em escolas infantis, pois as crianças em virtude da pouca idade não podem e não devem transitar sozinhas. Assim, por motivo econômico, muitos pais, sem outra opção, deixam filhos menores ir para a escola acompanhadas apenas por outras crianças, que às vezes nem completaram 10 ou 11 anos de idade e que mal conseguem cuidar de si próprias e ainda são obrigadas a se responsabilizar, durante o percurso, por uma criança ainda menor, o que coloca a vida desses pequenos estudantes em risco.

O objetivo desta proposta legislativa é o de estender para a família dos alunos da educação infantil o direito a “passe livre” ou ao transporte escolar gratuito já garantido por lei às crianças que matriculadas na educação fundamental. Assim, o passe livre deverá

também ser destinado a quem acompanha a criança da educação infantil à escola.

Somos sabedores que a concessão de gratuidade no transporte público, por lei federal, a determinadas categorias sociais, tem causado preocupação de ordem social e sido polêmica, levando-se em conta, em primeiro lugar, que compete a estados e municípios organizar os serviços públicos de transporte coletivo interurbano e urbano, respectivamente; e, em segundo lugar, que se deve salvaguardar o equilíbrio financeiro do contrato de concessão do transporte público. Contudo, não se pode deixar de considerar que a Constituição Federal, em seu art. 22, XI, estabelece que compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.

Dada a importância da matéria e a presunção de que a frequência ao ensino infantil será estimulada com esta proposta, requeiro o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2011. – Deputado **Roberto de Lucena**, PV/SP.

PROJETO DE LEI Nº 609, DE 2011

(Do Sr. Onofre Santo Agostini)

Institui o dia Nacional do Motorista de Ambulância.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Motorista de Ambulância, a ser comemorado anualmente, em todo território nacional, no dia 10 de Outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Apresentamos a presente proposição com o intuito de prestar justa homenagem aos Motoristas de Ambulância que operam suas lides em todo o território nacional, os quais, em sua grande maioria, sempre demonstraram apreço por profissão de tamanha responsabilidade, cumprindo com os seus deveres, tudo em louvor da profissão abraçada.

Não são apenas motoristas, acima de tudo são pessoas de bom ânimo, dedicadas aos que precisam de auxílio rápido para atendimento médico, são pessoas essenciais no transporte de doentes, de acidentados ou no cumprimento de qualquer outra emergência. Vencem distâncias, vencem o tempo, inclusive o trânsito intenso que as vias possuem atualmente, buscando sempre o melhor, pois sabem eles que não podem desperdiçar um segundo sequer, já que as vidas que estão aos seus cuidados necessitam destas frações de tempo para que possam restabelecer sua saúde, o quanto antes seja possível.

Na ânsia de reconhecer os relevantes serviços prestados por esta altaneira e importante categoria, que a todos socorre e auxilia, solicito-vos a devida acolhida.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2011.
Deputado **Onofre Santo Agostini**, DEM/SC.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Vai-se passar ao horário de

VI – Comunicações Parlamentares (Não há oradores inscritos)

VII – Encerramento

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que segunda-feira, dia 28 de fevereiro, às 10 horas, haverá sessão solene em homenagem à memória do ex-Deputado Expedito Machado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Filho) – Encerro a sessão, convocando para segunda-feira, dia 28 de fevereiro, às 14 horas, sessão ordinária da Câmara dos Deputados.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I – Emendas

2. PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA O RICD
Prazo para apresentação de emendas: 5 Sessões (Art. 216, § 1º, do RICD).

Nº 5/11 (Henrique Eduardo Alves) – Dá nova redação ao § 3º do art. 25, ao § 2º do art. 26 e acrescenta parágrafo ao art. 45 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Tendo apensado o de n. 15/11.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 04/03/11

Nº 7/11 (DOMINGOS DUTRA) – Prevê a autonomia financeira das Comissões Permanentes para a gestão, dentro dos respectivos campos temáticos, das suas atividades internas e externas.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 01/03/11

Nº 11/11 (DOMINGOS DUTRA) – Altera o art. 86 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, instituindo a obrigatoriedade de inserção de uma cota mínima de proposições de iniciativa parlamentar na Ordem do Dia das sessões.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 01/03/11

Nº 13/11 (José Mentor) – Institui o Requerimento de Manutenção de Proposição na Pauta da Ordem do Dia.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/11

Nº 14/11 (MENDES RIBEIRO FILHO) – Acrescenta art. 259-A ao Regimento Interno, criando novos credenciamentos junto à Câmara dos Deputados.

DECURSO: 4ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 01/03/11

II – RECURSOS

2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO – ART. 54 C/C ART. 132, § 2º DO RICD

(Matérias sujeitas à deliberação do Plenário em apreciação preliminar, nos termos do art. 144 do RICD)

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões.

2.2 PELA INCONSTITUCIONALIDADE E/OU INJURIDICIDADE OU INADMISSIBILIDADE

PROJETO DE LEI

Nº 6473/2009 (Jaime Martins) – Altera o Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir novos trechos ferroviários na Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação.

ÚLTIMA SESSÃO: 28/02/2011

3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 2º, DO RICD

(SUJEITO A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO, APÓS OUVIDA A CCJC, NOS TERMOS DO ART. 164, §§ 2º e 3º DO RICD)

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (Art. 164, § 2º, do RICD).

PROJETO DE LEI

Nº 1.633/1989 (JOSE CAMARGO) – Disciplina a identificação criminal do civilmente identificado (art. 5º, inciso LVIII, da Constituição).

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 3.194/1989 (FLORICENO PAIXÃO) – Acrescenta parágrafo único ao art. 6º do Código de Processo Penal

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 3.832/1989 (GANDI JAMIL) – Dispõe sobre a identificação criminal – Código de Processo Penal.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 4.082/1989 (PAULO ZARZR) – Dá nova redação ao inciso VIII do artigo sexto do Código de Processo Penal, que trata da identificação datiloscópica dos indiciados.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 4.288/1989 (ALVARO ANTONIO) – Define o cabimento da identificação criminal, nos termos do artigo quinto, inciso LVIII, da Constituição Federal.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 6.003/1990 (SENADO FEDERAL – IRAM SARAI-VA) – Estabelece os casos em que acontecerá a identificação criminal, para os fins do disposto no art. 8º, item LVIII da Constituição.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 800/1991 (Freire Júnior) – Disciplina a identificação criminal do civilmente identificado.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 1.524/1991 (José Carlos Coutinho) – Acrescenta parágrafo único ao artigo sexto do Código de Processo Penal.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 2.063/1991 (MAVIAEL CAVALCANTI) – Isenta de identificação criminal o civilmente identificado, regulamentando o artigo quinto inciso LVIII, da Constituição Federal.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 3.774/1997 (Senado Federal – Pedro Simon) – Regula o inciso LVIII do art. 5º da Constituição Federal, dispondo sobre a identificação criminal.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 4.521/1998 (Antonio Carlos Pannunzio) – Altera dispositivo da Lei nº 9.437, de 1997, dispondo sobre a autorização de porte de arma de fogo para os Guardas Municipais.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 04/03/2011

Nº 4.588/1998 (Abelardo Lupion) – Dá nova redação aos arts. 13 e 16 da Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997.

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 04/03/2011

4. DEVOLVIDO(S) AO(S) AUTOR(ES)

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – RCP: art. 35, §§ 1º e 2º, do RICD.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – DEMAIS PROPOSIÇÕES: art. 137, § 1º, do RICD.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões.

PROJETO DE LEI

Nº 8.041/2010 (Guilherme Campos) – Institui o Dia Nacional da Mobilização Social pela Educação.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 11/2011 (Weliton Prado) – Dispõe sobre a política mineral nacional, institui o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Recursos Minerais e dá outras providências

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 02/03/2011

Nº 14/2011 (Weliton Prado) – Altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 63/2011 (Otavio Leite) – Dispõe sobre as placas comemorativas da inauguração de obras públicas de qualquer natureza.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 65/2011 (Otavio Leite) – Altera o inciso XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de diabetes mellitus.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 67/2011 (Otavio Leite) – Regulamenta a Profissão de Cuidador de Pessoa, delimita o âmbito de atuação, fixa remuneração mínima e dá outras providências.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 68/2011 (Otavio Leite) – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, para dispor sobre educação física no ensino infantil, fundamental e médio.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 69/2011 (Otavio Leite) – Institui o direito ao Brasileiro residente no exterior, de votar para Presidente e Vice-Presidente da República, Senador da República e Deputado Federal de seu estado de origem eleitoral, ou de origem natal, a seu juízo previamente definido e dá outras providências.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

Nº 72/2011 (Otavio Leite) – Altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que “dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências”, para dispor sobre a concessão do benefício de prestação continuada.

DECURSO: 2ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03/03/2011

ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE

EXPEDIENTE DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2011

Dia 28, 2ª-feira

15:00 LÚCIO VALE (PR – PA)

15:25 VILMAR ROCHA (DEM – GO)

15:50 TIRIRICA (PR – SP)

16:15 ANTONIO IMBASSAHY (PSDB – BA)

16:40 DANILO CABRAL (PSB – PE)

(Encerra-se a sessão às 11 horas e 30 minutos)

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

ARQUIVEM-SE, nos termos do § 4º do artigo 164 do RICD, as seguintes proposições:

PROJETOS DE LEI

Nº 1.496/1996 (EDSON EZEQUIEL) – Suprime os incisos II e III e dá nova redação ao inciso I do parágrafo 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.

Nº 1.705/1996 (JORGE ANDERS) – Acrescenta inciso ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da administração pública, e dá outras providências.

Nº 2.238/1996 (ANTONIO BALHMANN) – Altera o parágrafo segundo do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de

junho de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Nº 786/2003 (Odair) – Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de janeiro de 1994 que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e dá outras providências.

Nº 4.588/2004 (Eduardo Cunha) – Veda o estabelecimento de conteúdo programático de nível de escolaridade superior ao exigido pelas atribuições a desempenhar, nos processos seletivos que especifica.

Nº 3.283/2008 (Rodrigo Rollemberg) – Inclui dispositivos na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

Nº 7.370/2010 (Eduardo Barbosa) – Acrescenta parágrafo único ao art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para dispor sobre o grau de complexidade das provas em concursos públicos.

Brasília, 25 de fevereiro de 2011. – **Marco Maia**, Presidente.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

ARQUIVE-SE, nos termos do artigo 133 do RICD, a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI

Nº 6.414/2009 (Paulo Pimenta) – Institui o dia 23 de outubro como “Dia Nacional do Quadro Especial do Exército Brasileiro”.

Brasília, 25 de fevereiro de 2011. – **Marco Maia**, Presidente.

SEÇÃO II

MESA DIRETORA

Presidente:

MARCO MAIA - PT - RS

1º Vice-Presidente:

ROSE DE FREITAS - PMDB - ES

2º Vice-Presidente:

EDUARDO DA FONTE - PP - PE

1º Secretário:

EDUARDO GOMES - PSDB - TO

2º Secretário:

JORGE TADEU MUDALEN - DEM - SP

3º Secretário:

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PR - PE

4º Secretário:

JÚLIO DELGADO - PSB - MG

1º Suplente de Secretário:

GERALDO RESENDE - PMDB - MS

2º Suplente de Secretário:

MANATO - PDT - ES

3º Suplente de Secretário:

CARLOS EDUARDO CADUCA - PSC - PE

4º Suplente de Secretário:

SÉRGIO MORAES - PTB - RS

LÍDERES E VICE-LÍDERES

PT

Líder: PAULO TEIXEIRA

Vice-Líderes:

Arlindo Chinaglia, José Guimarães e Henrique Fontana.

PMDB

Líder: HENRIQUE EDUARDO ALVES

Vice-Líderes:

Mendes Ribeiro Filho (1º Vice), Teresa Surita, Almeida Lima, Antônio Andrade, Benjamin Maranhão, Darcísio Perondi, Edinho Araújo, Edinho Bez, Eduardo Cunha, Gastão Vieira, Genecias Noronha, Júnior Coimbra, Mauro Benevides, Osmar Serraglio, Renan Filho, Newton Cardoso e Marcelo Castro.

Bloco PSB, PTB, PCdoB

Líder: ANA ARRAES

Vice-Líderes:

Jovair Arantes (1º Vice), Osmar Júnior, Givaldo Carimbão, Edson Silva, Fernando Coelho Filho, Glauber Braga, Gabriel Chalita, Jose Stédile, Valadares Filho e Sandra Rosado.

Bloco PR, PRB, PTdoB, PRTB, PRP, PHS, PTC, PSL

Líder: LINCOLN PORTELA

Vice-Líderes:

George Hilton (1º Vice), José Rocha, Anthony Garotinho, Dr. Paulo César, João Carlos Bacelar, Laercio Oliveira, Ronaldo Fonseca, Gorete Pereira, Homero Pereira e Izalci.

PSDB

Líder: DUARTE NOGUEIRA

Vice-Líderes:

Alfredo Kaefer, Antonio Imbassahy, Bruno Araújo, Cesar Colnago, Domingos Sávio, Luiz Fernando Machado, Otavio Leite, Raimundo Gomes de Matos, Rogério Marinho e Vanderlei Macris.

DEM

Líder: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO

Vice-Líderes:

Pauderney Avelino (1º Vice), Abelardo Lupion, Claudio Cajado, Eduardo Sciarra, Efraim Filho, Marcos Montes, Mendonça Filho, Nice Lobão, Onofre Santo Agostini, Onyx Lorenzoni e Ronaldo Caiado.

PP

Líder: NELSON MEURER

Vice-Líderes:

José Otávio Germano (1º Vice) e Roberto Britto.

PDT

Líder: GIOVANNI QUEIROZ

Vice-Líderes:

André Figueiredo (1º Vice), Wolney Queiroz, Paulo Pereira da Silva e Miro Teixeira.

Bloco PV, PPS

Líder: SARNEY FILHO

Vice-Líderes:

Rubens Bueno (1º Vice), Fábio Ramalho, Guilherme Mussi, Paulo Wagner, Arnaldo Jardim, Arnaldo Jordy e Roberto de Lucena.

PSC

Líder: RATINHO JUNIOR

Vice-Líderes:

.

PMN

Líder: FÁBIO FARIA

Vice-Líderes:

.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PSOL

Repr.:

Liderança do Governo

Líder: CÂNDIDO VACCAREZZA

Vice-Líderes:

.

Liderança da Minoria

Líder: PAULO ABI-ACKEL

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO**Roraima**

Berinho Bantim - PSDB

Chico das Verduras - PRP

Edio Lopes - PMDB

Jhonatan de Jesus - PRB

Luciano Castro - PR

Paulo Cesar Quartiero - DEM

Raul Lima - PP

Teresa Surita - PMDB

Amapá

Dalva Figueiredo - PT

Davi Alcolumbre - DEM

Evandro Milhomen - PCdoB

Fátima Pelaes - PMDB

Luiz Carlos - PSDB

Professora Marcivania - PT

Sebastião Bala Rocha - PDT

Vinicius Gurgel - PRTB

Pará

André Dias - PSDB

Arnaldo Jordy - PPS

Beto Faro - PT

Cláudio Puty - PT

Dudimar Paxiuba - PSDB

Elcione Barbalho - PMDB

Giovanni Queiroz - PDT

José Priante - PMDB

Josué Bengtson - PTB

Lira Maia - DEM

Lúcio Vale - PR

Luiz Otavio - PMDB

Miriquinho Batista - PT

Wandenkolk Gonçalves - PSDB

Wladimir Costa - PMDB

Zé Geraldo - PT

Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PMDB

Carlos Souza - PP

Francisco Praciano - PT

Henrique Oliveira - PR

Pauderney Avelino - DEM

Rebecca Garcia - PP

Sabino Castelo Branco - PTB

Silas Câmara - PSC

Rondônia

Carlos Magno - PP

Lindomar Garçon - PV

Marinha Raupp - PMDB

Mauro Nazif - PSB

Moreira Mendes - PPS

Natan Donadon - PMDB

Nilton Capixaba - PTB

Padre Ton - PT

Acre	Luciano Moreira - PMDB
Antônia Lúcia - PSC	Nice Lobão - DEM
Flaviano Melo - PMDB	Pedro Fernandes - PTB
Gladson Cameli - PP	Pinto Itamaraty - PSDB
Henrique Afonso - PV	Professor Setimo - PMDB
Marcio Bittar - PSDB	Ribamar Alves - PSB
Perpétua Almeida - PCdoB	Sarney Filho - PV
Siba Machado - PT	Waldir Maranhão - PP
Taumaturgo Lima - PT	Zé Vieira - PR
Tocantins	Ceará
Agnolin - PDT	André Figueiredo - PDT
César Halum - PPS	Aníbal Gomes - PMDB
Eduardo Gomes - PSDB	Antonio Balhmann - PSB
Irajá Abreu - DEM	Ariosto Holanda - PSB
Júnior Coimbra - PMDB	Arnon Bezerra - PTB
Laurez Moreira - PSB	Artur Bruno - PT
Lázaro Botelho - PP	Chico Lopes - PCdoB
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM	Danilo Forte - PMDB
Maranhão	Domingos Neto - PSB
Alberto Filho - PMDB	Edson Silva - PSB
Carlos Brandão - PSDB	Eudes Xavier - PT
Cleber Verde - PRB	Genecias Noronha - PMDB
Davi Alves Silva Júnior - PR	Gorete Pereira - PR
Domingos Dutra - PT	João Ananias - PCdoB
Edivaldo Holanda Junior - PTC	José Airton - PT
Gastão Vieira - PMDB	José Guimarães - PT
Hélio Santos - PSDB	José Linhares - PP
Lourival Mendes - PTdoB	Manoel Salviano - PSDB

Mauro Benevides - PMDB	Efraim Filho - DEM
Raimundão - PMDB	Hugo Motta - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB	Luiz Couto - PT
Vicente Arruda - PR	Manoel Junior - PMDB
Piauí	Nilda Gondim - PMDB
Assis Carvalho - PT	Romero Rodrigues - PSDB
Hugo Napoleão - DEM	Ruy Carneiro - PSDB
Iracema Portella - PP	Wellington Roberto - PR
Jesus Rodrigues - PT	Wilson Filho - PMDB
Júlio Cesar - DEM	Pernambuco
Marcelo Castro - PMDB	Ana Arraes - PSB
Marllos Sampaio - PMDB	Anderson Ferreira - PR
Nazareno Fonteles - PT	Augusto Coutinho - DEM
Osmar Júnior - PCdoB	Bruno Araújo - PSDB
Paes Landim - PTB	Carlos Eduardo Cadoca - PSC
Rio Grande do Norte	Eduardo da Fonte - PP
Fábio Faria - PMN	Fernando Coelho Filho - PSB
Fátima Bezerra - PT	Fernando Ferro - PT
Felipe Maia - DEM	Gonzaga Patriota - PSB
Henrique Eduardo Alves - PMDB	Inocência Oliveira - PR
João Maia - PR	João Paulo Lima - PT
Paulo Wagner - PV	Jorge Corte Real - PTB
Rogério Marinho - PSDB	José Augusto Maia - PTB
Sandra Rosado - PSB	José Chaves - PTB
Paraíba	Luciana Santos - PCdoB
Aguinaldo Ribeiro - PP	Mendonça Filho - DEM
Benjamin Maranhão - PMDB	Pastor Eurico - PSB
Damião Feliciano - PDT	Paulo Rubem Santiago - PDT

Pedro Eugênio - PT	Alice Portugal - PCdoB
Raul Henry - PMDB	Amauri Teixeira - PT
Roberto Teixeira - PP	Antonio Brito - PTB
Sergio Guerra - PSDB	Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM
Silvio Costa - PTB	Antonio Imbassahy - PSDB
Vilalba - PRB	Arthur Oliveira Maia - PMDB
Wolney Queiroz - PDT	Claudio Cajado - DEM
Alagoas	Daniel Almeida - PCdoB
Arthur Lira - PP	Edson Pimenta - PCdoB
Celia Rocha - PTB	Emiliano José - PT
Givaldo Carimbão - PSB	Erivelton Santana - PSC
João Lyra - PTB	Fábio Souto - DEM
Joaquim Beltrão - PMDB	Felix Júnior - PDT
Maurício Quintella Lessa - PR	Fernando Torres - DEM
Renan Filho - PMDB	Geraldo Simões - PT
Rosinha da Adefal - PTdoB	Jânio Natal - PRP
Rui Palmeira - PSDB	João Carlos Bacelar - PR
Sergipe	João Leão - PP
Almeida Lima - PMDB	José Carlos Araújo - PDT
Andre Moura - PSC	José Nunes - DEM
Heleno Silva - PRB	José Rocha - PR
Laercio Oliveira - PR	Josias Gomes - PT
Márcio Macêdo - PT	Jutahy Junior - PSDB
Mendonça Prado - DEM	Lucio Vieira Lima - PMDB
Rogério Carvalho - PT	Luiz Alberto - PT
Valadares Filho - PSB	Luiz Argôlo - PP
Bahia	Márcio Marinho - PRB
Acelino Popó - PRB	Marcos Medrado - PDT

Maurício Trindade - PR	George Hilton - PRB
Nelson Pellegrino - PT	Geraldo Thadeu - PPS
Oziel Oliveira - PDT	Gilmar Machado - PT
Paulo Magalhães - DEM	Jaime Martins - PR
Roberto Britto - PP	Jairo Ataíde - DEM
Rui Costa - PT	Jô Moraes - PCdoB
Sérgio Barradas Carneiro - PT	João Bittar - DEM
Sérgio Brito - PSC	João Magalhães - PMDB
Valmir Assunção - PT	Jose Humberto - PHS
Waldenor Pereira - PT	Júlio Delgado - PSB
Minas Gerais	Lael Varella - DEM
Ademir Camilo - PDT	Leonardo Monteiro - PT
Aelton Freitas - PR	Leonardo Quintão - PMDB
Antônio Andrade - PMDB	Lincoln Portela - PR
Antônio Roberto - PV	Luis Tibé - PTdoB
Aracely de Paula - PR	Luiz Fernando Faria - PP
Bernardo Santana de Vasconcellos - PR	Márcio Reinaldo Moreira - PP
Bonifácio de Andrada - PSDB	Marcos Montes - DEM
Carlaile Pedrosa - PSDB	Marcus Pestana - PSDB
Diego Andrade - PR	Mauro Lopes - PMDB
Dimas Fabiano - PP	Miguel Corrêa - PT
Domingos Sávio - PSDB	Newton Cardoso - PMDB
Dr. Grilo - PSL	Odair Cunha - PT
Eduardo Azeredo - PSDB	Padre Joao - PT
Eduardo Barbosa - PSDB	Paulo Abi-ackel - PSDB
Eros Biondini - PTB	Paulo Piau - PMDB
Fábio Ramalho - PV	Reginaldo Lopes - PT
Gabriel Guimarães - PT	Renzo Braz - PP

Rodrigo de Castro - PSDB	Benedita da Silva - PT
Saraiva Felipe - PMDB	Chico Alencar - PSOL
Stefano Aguiar - PSC	Chico Dangelo - PT
Toninho Pinheiro - PP	Cristiano - PTdoB
Vitor Penido - DEM	Dr. Adilson Soares - PR
Walter Tosta - PMN	Dr. Aluizio - PV
Weliton Prado - PT	Dr. Carlos Alberto - PMN
Zé Silva - PDT	Dr. Paulo César - PR
Espirito Santo	Edson Ezequiel - PMDB
Audifax - PSB	Edson Santos - PT
Camilo Cola - PMDB	Eduardo Cunha - PMDB
Cesar Colnago - PSDB	Eliane Rolim - PT
Dr. Jorge Silva - PDT	Felipe Bornier - PHS
Lauriete - PSC	Filipe Pereira - PSC
Lelo Coimbra - PMDB	Francisco Floriano - PR
Manato - PDT	Glauber Braga - PSB
Paulo Foletto - PSB	Hugo Leal - PSC
Rose de Freitas - PMDB	Jair Bolsonaro - PP
Sueli Vidigal - PDT	Jandira Feghali - PCdoB
Rio de Janeiro	Jean Wyllys - PSOL
Adrian - PMDB	Julio Lopes - PP
Alessandro Molon - PT	Liliam Sá - PR
Alexandre Santos - PMDB	Marcelo Matos - PDT
Alfredo Sirkis - PV	Miro Teixeira - PDT
Andreia Zito - PSDB	Neilton Mulim - PR
Anthony Garotinho - PR	Nelson Bornier - PMDB
Arolde de Oliveira - DEM	Otavio Leite - PSDB
Aureo - PRTB	Pedro Paulo - PMDB

Rodrigo Bethlem - PMDB	Dimas Ramalho - PPS
Rodrigo Maia - DEM	Dr. Ubiali - PSB
Romário - PSB	Duarte Nogueira - PSDB
Sergio Zveiter - PDT	Edinho Araújo - PMDB
Simão Sessim - PP	Eleuses Paiva - DEM
Stepan Necessian - PPS	Eli Correa Filho - DEM
Vitor Paulo - PRB	Gabriel Chalita - PSB
Walney Rocha - PTB	Guilherme Campos - DEM
Washington Reis - PMDB	Guilherme Mussi - PV
Zoinho - PR	Ivan Valente - PSOL
São Paulo	Janete Rocha Pietá - PT
Abelardo Camarinha - PSB	Jefferson Campos - PSB
Alberto Mourão - PSDB	Jilmar Tatto - PT
Aldo Rebelo - PCdoB	João Dado - PDT
Alexandre Leite - DEM	João Paulo Cunha - PT
Aline Corrêa - PP	Jonas Donizette - PSB
Antonio Bulhões - PRB	Jorge Tadeu Mudalen - DEM
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB	José de Filippi - PT
Arlindo Chinaglia - PT	José Mentor - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB	Junji Abe - DEM
Arnaldo Jardim - PPS	Keiko Ota - PSB
Beto Mansur - PP	Luiz Fernando Machado - PSDB
Bruna Furlan - PSDB	Luiza Erundina - PSB
Cândido Vaccarezza - PT	Mara Gabrilli - PSDB
Carlos Sampaio - PSDB	Marcelo Aguiar - PSC
Carlos Zarattini - PT	Milton Monti - PR
Delegado Protógenes - PCdoB	Missionário José Olímpio - PP
Devanir Ribeiro - PT	Nelson Markezelli - PTB

Newton Lima - PT	Neri Geller - PP
Otoniel Lima - PRB	Roberto Dorner - PP
Pastor Marco Feliciano - PSC	Ságuas Moraes - PT
Paulo Freire - PR	Valtenir Pereira - PSB
Paulo Maluf - PP	Wellington Fagundes - PR
Paulo Pereira da Silva - PDT	Distrito Federal
Paulo Teixeira - PT	Augusto Carvalho - PPS
Penna - PV	Erika Kokay - PT
Ricardo Berzoini - PT	Izalci - PR
Ricardo Izar - PV	Jaqueline Roriz - PMN
Ricardo Tripoli - PSDB	Policarpo - PT
Roberto de Lucena - PV	Reguffe - PDT
Roberto Freire - PPS	Ricardo Quirino - PRB
Roberto Santiago - PV	Ronaldo Fonseca - PR
Rodrigo Garcia - DEM	Goiás
Salvador Zimbaldi - PDT	Armando Vergílio - PMN
Tiririca - PR	Carlos Alberto Leréia - PSDB
Valdemar Costa Neto - PR	Flávia Moraes - PDT
Vanderlei Macris - PSDB	Heuler Cruvinel - DEM
Vaz de Lima - PSDB	Íris de Araújo - PMDB
Vicente Candido - PT	João Campos - PSDB
Vicentino - PT	Jorge Pinheiro - PRB
Walter Ihoshi - DEM	Jovair Arantes - PTB
William Dib - PSDB	Leandro Vilela - PMDB
Mato Grosso	Pedro Chaves - PMDB
Carlos Bezerra - PMDB	Roberto Balestra - PP
Homero Pereira - PR	Ronaldo Caiado - DEM
Júlio Campos - DEM	Rubens Ottoni - PT

Sandes Júnior - PP

Sandro Mabel - PR

Thiago Peixoto - PMDB

Valdivino de Oliveira - PSDB

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT

Fabio Trad - PMDB

Geraldo Resende - PMDB

Giroto - PR

Mandetta - DEM

Marçal Filho - PMDB

Reinaldo Azambuja - PSDB

Vander Loubet - PT

Paraná

Abelardo Lupion - DEM

Alex Canziani - PTB

Alfredo Kaefer - PSDB

Andre Vargas - PT

André Zacharow - PMDB

Angelo Vanhoni - PT

Assis do Couto - PT

Cida Borghetti - PP

Dilceu Sperafico - PP

Dr. Rosinha - PT

Edmar Arruda - PSC

Eduardo Sciarra - DEM

Fernando Francischini - PSDB

Giacobo - PR

Hermes Parcianello - PMDB

João Arruda - PMDB

Leopoldo Meyer - PSB

Luiz Carlos Setim - DEM

Luiz Nishimori - PSDB

Moacir Micheletto - PMDB

Nelson Meurer - PP

Nelson Padovani - PSC

Osmar Serraglio - PMDB

Ratinho Junior - PSC

Reinhold Stephanes - PMDB

Rosane Ferreira - PV

Rubens Bueno - PPS

Sandro Alex - PPS

Takayama - PSC

Zeca Dirceu - PT

Santa Catarina

Celso Maldaner - PMDB

Décio Lima - PT

Edinho Bez - PMDB

Esperidião Amin - PP

João Rodrigues - DEM

Jorge Boeira - PT

Jorginho Mello - PSDB

Luci Choinacki - PT

Marco Tebaldi - PSDB

Mauro Mariani - PMDB

Onofre Santo Agostini - DEM

Paulo Bornhausen - DEM

Pedro Uczai - PT

Rogério Peninha Mendonça - PMDB

Ronaldo Benedet - PMDB

Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Afonso Hamm - PP

Alceu Moreira - PMDB

Alexandre Roso - PSB

Assis Melo - PCdoB

Danrlei de Deus Hinterholz - PTB

Darcísio Perondi - PMDB

Elvino Bohn Gass - PT

Enio Bacci - PDT

Fernando Marroni - PT

Giovani Cherini - PDT

Henrique Fontana - PT

Jerônimo Goergen - PP

José Otávio Germano - PP

Jose Stédile - PSB

Luis Carlos Heinze - PP

Luiz Noé - PSB

Manuela D'ávila - PCdoB

Marco Maia - PT

Marcon - PT

Mendes Ribeiro Filho - PMDB

Nelson Marchezan Junior - PSDB

Onyx Lorenzoni - DEM

Osmar Terra - PMDB

Paulo Pimenta - PT

Pepe Vargas - PT

Renato Molling - PP

Ronaldo Nogueira - PTB

Ronaldo Zülke - PT

Sérgio Moraes - PTB

Vieira da Cunha - PDT

Vilson Covatti - PP

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Presidente:

1ª Vice-Presidente:

2ª Vice-Presidente:

3ª Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes****PT**

7 vagas

7 vagas

PMDB

6 vagas

6 vagas

PSDB

5 vagas

5 vagas

PP

3 vagas

3 vagas

DEM

3 vagas

3 vagas

PR

3 vagas

3 vagas

PSB

3 vagas

3 vagas

PDT

2 vagas

2 vagas

Bloco PV, PPS

2 vagas

2 vagas

PTB

2 vagas

2 vagas

PSC

1 vaga

1 vaga

PCdoB

1 vaga

1 vaga

PRB

1 vaga

1 vaga

PMN

1 vaga

1 vaga

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha

Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 32

Telefones: 3216-6403/6404/6406

FAX: 3216-6415

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente:

1ª Vice-Presidente:

2ª Vice-Presidente:

3ª Vice-Presidente:

Titulares**Suplentes****PT**

3 vagas

3 vagas

PMDB

3 vagas

3 vagas

PSDB

2 vagas

2 vagas

PP

2 vagas

2 vagas

DEM

2 vagas

2 vagas

PR	2 vagas	2 vagas	6 vagas	6 vagas
PSB	1 vaga	1 vaga	PSDB	4 vagas
PDT	1 vaga	1 vaga	PP	3 vagas
Bloco PV, PPS	1 vaga	1 vaga	DEM	3 vagas
PTB	1 vaga	1 vaga	PR	3 vagas
PSC	1 vaga	1 vaga	PSB	3 vagas
PCdoB	1 vaga	1 vaga	PDT	2 vagas
Bloco PV, PPS			Bloco PV, PPS	2 vagas
Secretário(a): Iara Araújo Alencar Aires			PTB	2 vagas
Local: Anexo II - Sala T- 59			PSC	1 vaga
Telefones: 3216-6432			PCdoB	1 vaga
FAX: 3216-6440			PRB	1 vaga
COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			PMN	1 vaga
Presidente:			PTdoB	1 vaga
1º Vice-Presidente:				
2º Vice-Presidente:				
3º Vice-Presidente:				
Titulares		Suplentes		
	PT			
7 vagas		7 vagas		
	PMDB			
			Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira	
			Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49	

Telefones: 3216-6452 A 6458

FAX: 3216-6465

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PT

11 vagas

11 vagas

PMDB

9 vagas

9 vagas

PSDB

6 vagas

6 vagas

PP

5 vagas

5 vagas

DEM

5 vagas

5 vagas

PR

5 vagas

5 vagas

PSB

4 vagas

4 vagas

PDT

3 vagas

3 vagas

Bloco PV, PPS

3 vagas

3 vagas

PTB

3 vagas

3 vagas

PSC

2 vagas

2 vagas

PCdoB

2 vagas

2 vagas

PRB

1 vaga

1 vaga

PMN

1 vaga

1 vaga

PTdoB

1 vaga

1 vaga

Secretário(a): Rejane Saete Marques

Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 21

Telefones: 3216-6494

FAX: 3216-6499

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PT

4 vagas

4 vagas

PMDB

3 vagas

3 vagas

PSDB

2 vagas

2 vagas

PP

2 vagas

2 vagas

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
	PT
3 vagas	3 vagas
	PMDB
3 vagas	3 vagas
	PSDB
2 vagas	2 vagas
	PP
1 vaga	1 vaga
	DEM
1 vaga	1 vaga
	PR
1 vaga	1 vaga
	PSB
1 vaga	1 vaga
	PDT
1 vaga	1 vaga
	Bloco PV, PPS
1 vaga	1 vaga
	PTB
1 vaga	1 vaga
	PRTB
1 vaga	1 vaga
	PRP
1 vaga	1 vaga

PSL

1 vaga

1 vaga

Secretário(a): Geovana Cristine Sampaio Rodrigues

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188

Telefones: 3216-6551/ 6554

FAX: 3216-6560

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
	PT
3 vagas	3 vagas
	PMDB
3 vagas	3 vagas
	PSDB
2 vagas	2 vagas
	PP
1 vaga	1 vaga
	DEM
1 vaga	1 vaga
	PR
1 vaga	1 vaga
	PSB
1 vaga	1 vaga
	PDT
1 vaga	1 vaga

Bloco PV, PPS

1 vaga 1 vaga

PTB

1 vaga 1 vaga

PSOL

1 vaga 1 vaga

PRP

1 vaga 1 vaga

PTC

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Mircio Marques de Araújo

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185

Telefones: 3216-6571

FAX: 3216-6580

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares**Suplentes****PT**

5 vagas 5 vagas

PMDB

5 vagas 5 vagas

PSDB

3 vagas 3 vagas

PP

3 vagas 3 vagas

DEM

3 vagas 3 vagas

PR

3 vagas 3 vagas

PSB

2 vagas 2 vagas

PDT

2 vagas 2 vagas

Bloco PV, PPS

2 vagas 2 vagas

PTB

1 vaga 1 vaga

PSC

1 vaga 1 vaga

PCdoB

1 vaga 1 vaga

PRB

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Anamélia Ribeiro C. de Araújo

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 170

Telefones: 3216-6625/6626/6627/6628

FAX: 3216-6635

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares**Suplentes**

PT	6 vagas	6 vagas	FAX: 3216-6660
PMDB	5 vagas	5 vagas	COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
PSDB	3 vagas	3 vagas	Presidente:
PP	3 vagas	3 vagas	1ª Vice-Presidente:
DEM	3 vagas	3 vagas	2ª Vice-Presidente:
PR	3 vagas	3 vagas	3ª Vice-Presidente:
PSB	2 vagas	2 vagas	Titulares
PDT	2 vagas	2 vagas	Suplentes
Bloco PV, PPS	2 vagas	2 vagas	PT
PTB	1 vaga	1 vaga	3 vagas
PSC	1 vaga	1 vaga	PMDB
PCdoB	1 vaga	1 vaga	3 vagas
PRB	1 vaga	1 vaga	PSDB
			2 vagas
			PP
			2 vagas
			DEM
			2 vagas
			PR
			2 vagas
			PSB
			1 vaga
			PDT
			1 vaga
			Bloco PV, PPS
			1 vaga
			PTB
			1 vaga
			PSC
Secretário(a): Marcelle R C Cavalcanti			
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 136			
Telefones: 3216-6654/6655/6652			

1 vaga 1 vaga

PCdoB

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Marcos Figueira de Almeida

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161

Telefones: 3216-6671 A 6675

FAX: 3216-6676

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

PT

3 vagas 3 vagas

PMDB

3 vagas 3 vagas

PSDB

2 vagas 2 vagas

PP

2 vagas 2 vagas

DEM

1 vaga 1 vaga

PR

1 vaga 1 vaga

PSB

1 vaga 1 vaga

PDT

1 vaga 1 vaga

Bloco PV, PPS

1 vaga 1 vaga

PTB

1 vaga 1 vaga

PSC

1 vaga 1 vaga

PCdoB

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Sônia Hypolito

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122

Telefones: 3216-6692 / 6693

FAX: 3216-6700

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

PT

3 vagas 3 vagas

PMDB

3 vagas 3 vagas

PSDB

2 vagas 2 vagas

PP

1 vaga 1 vaga

FAX: 3216-6720

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Presidente:

1ª Vice-Presidente:

2ª Vice-Presidente:

3ª Vice-Presidente:

Titulares **Suplentes**

PT

6 vagas

6 vagas

PMDB

4 vagas

4 vagas

PSDB

3 vagas

3 vagas

PP

3 vagas

3 vagas

DEM

2 vagas

2 vagas

PR

2 vagas

2 vagas

PSB

2 vagas

2 vagas

PDT

2 vagas

2 vagas

Bloco PV, PPS

1 vaga

1 vaga

PTB

1 vaga

1 vaga

PSC

1 vaga

1 vaga

PCdoB

1 vaga

1 vaga

PMN

1 vaga

1 vaga

PTdoB

1 vaga

1 vaga

Secretário(a): Ana Cristina Oliveira

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125

Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737

FAX: 3216-6745

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente:

1ª Vice-Presidente:

2ª Vice-Presidente:

3ª Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

PT

3 vagas

3 vagas

PMDB

3 vagas

3 vagas

PSDB

2 vagas

2 vagas

PP

2 vagas

2 vagas

DEM

1 vaga

1 vaga

PR		PSDB	
1 vaga	1 vaga	3 vagas	3 vagas
PSB		PP	
1 vaga	1 vaga	3 vagas	3 vagas
PDT		DEM	
1 vaga	1 vaga	3 vagas	3 vagas
Bloco PV, PPS		PR	
1 vaga	1 vaga	3 vagas	3 vagas
PTB		PSB	
1 vaga	1 vaga	2 vagas	2 vagas
PSC		PDT	
1 vaga	1 vaga	2 vagas	2 vagas
PCdoB		Bloco PV, PPS	
1 vaga	1 vaga	2 vagas	2 vagas
Secretário(a): Ricardo Menezes Perpétuo		PTB	
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C		1 vaga	1 vaga
Telefones: 3216-6761 / 6762		PSC	
FAX: 3216-6770		1 vaga	1 vaga
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA		PCdoB	
Presidente:		1 vaga	1 vaga
1 Vice-Presidente:		PRB	
2 Vice-Presidente:		1 vaga	1 vaga
3 Vice-Presidente:		Secretário(a): Lin Israel Costa dos Santos	
Titulares	Suplentes	Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145	
		Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786	
PT		FAX: 3216-6790	
6 vagas	6 vagas	COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO	
PMDB		Presidente:	
5 vagas	5 vagas		

1º Vice-Presidente:

1 vaga

1 vaga

2º Vice-Presidente:

Secretário(a): Ruy Omar Prudêncio da Silva

3º Vice-Presidente:

Local: Anexo II, Sala T 50

Titulares **Suplentes**

PT

4 vagas

4 vagas

PMDB

4 vagas

4 vagas

PSDB

3 vagas

3 vagas

PP

2 vagas

2 vagas

DEM

2 vagas

2 vagas

PR

2 vagas

2 vagas

PSB

2 vagas

2 vagas

PDT

1 vaga

1 vaga

Bloco PV, PPS

1 vaga

1 vaga

PTB

1 vaga

1 vaga

PSC

1 vaga

1 vaga

PCdoB

1 vaga

1 vaga

PRB

Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807

FAX: 3216-6815

COMISSÃO DE TURISMO E ESPORTO

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

PT

3 vagas

3 vagas

PMDB

3 vagas

3 vagas

PSDB

2 vagas

2 vagas

PP

2 vagas

2 vagas

DEM

2 vagas

2 vagas

PR

1 vaga

1 vaga

PSB

1 vaga

1 vaga

PDT

1 vaga

1 vaga

Bloco PV, PPS

1 vaga 1 vaga

PTB

1 vaga 1 vaga

PSC

1 vaga 1 vaga

PCdoB

1 vaga 1 vaga

Secretário(a): Mirna de Castela C. Pessoa

Local: Anexo II, Ala A , Sala 5,Térreo

Telefones: 3216-6837 / 6832 / 6833

FAX: 3216-6835

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

PT

5 vagas 5 vagas

PMDB

4 vagas 4 vagas

PSDB

3 vagas 3 vagas

PP

3 vagas 3 vagas

DEM

3 vagas 3 vagas

PR

2 vagas

2 vagas

PSB

2 vagas

2 vagas

PDT

1 vaga

1 vaga

Bloco PV, PPS

1 vaga

1 vaga

PTB

1 vaga

1 vaga

PSC

1 vaga

1 vaga

PCdoB

1 vaga

1 vaga

PTdoB

1 vaga

1 vaga

PSOL

1 vaga

1 vaga

PHS

1 vaga

1 vaga

Secretário(a): Admar Pires dos Santos

Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 175

Telefones: 3216-6853 A 6856

FAX: 3216-6860

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3-A, DE 2007, DO SR. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS, QUE "ALTERA O INCISO XII DO ART. 93 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (PERMITE FÉRIAS COLETIVAS NOS JUÍZOS E TRIBUNAIS DE SEGUNDO GRAU).

Presidente:

<p>1^o Vice-Presidente:</p> <p>2^o Vice-Presidente:</p> <p>3^o Vice-Presidente:</p> <p style="text-align: center;">Titulares Suplentes</p> <p>Secretário(a): Luiz Cláudio Alves dos Santos</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6287</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2007, DO SR. VITAL DO REGO FILHO, QUE "ACRESCENTA O ART. 73-A À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CRIANDO O CONSELHO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS".</p> <p>Presidente:</p> <p>1^o Vice-Presidente:</p> <p>2^o Vice-Presidente:</p> <p>3^o Vice-Presidente:</p> <p style="text-align: center;">Titulares Suplentes</p> <p>Secretário(a): Cláudia Maria Borges Matias</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6235</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30-A, DE 2007, DA SRA. ANGELA PORTELA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XVIII DO ART. 7^o DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AMPLIANDO PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS A LICENÇA À GESTANTE".</p> <p>Presidente:</p> <p>1^o Vice-Presidente:</p> <p>2^o Vice-Presidente:</p> <p>3^o Vice-Presidente:</p>	<p style="text-align: center;">Titulares Suplentes</p> <p>Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6216/3216-6232</p> <p>FAX: (61) 3216-66225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31-A, DE 2007, DO SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, UNIFICA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO, DENTRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente:</p> <p>1^o Vice-Presidente:</p> <p>2^o Vice-Presidente:</p> <p>3^o Vice-Presidente:</p> <p style="text-align: center;">Titulares Suplentes</p> <p>Secretário(a): Eveline Alminta</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A</p> <p>Telefones: 3216.6211</p> <p>FAX: 3216.6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59-A, DE 2007, DO SR. MÍRCIO FRANÇA, QUE "ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ART. 144, CRIANDO A POLÍCIA PORTUÁRIA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente:</p> <p>1^o Vice-Presidente:</p> <p>2^o Vice-Presidente:</p> <p>3^o Vice-Presidente:</p> <p style="text-align: center;">Titulares Suplentes</p>
--	---

Secretário(a): Luiz Cláudio Alves dos Santos

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6287

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89-A, DE 2007, DO SR. JOÃO DADO, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XI DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO", ESTABELECIDO O MESMO TETO REMUNERATÓRIO PARA QUALQUER QUE SEJA A ESFERA DE GOVERNO.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Aparecida de Moura

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3126-6207

FAX: (61) 3126-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 98-A, DE 2007, DO SENHOR OTÁVIO LEITE, QUE "ACRESCENTA A ALÍNEA (E) AO INCISO VI DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", INSTITUINDO IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOBRE OS FONOGRAMAS E VIDEOFONOGRAMAS MUSICAIS PRODUZIDOS NO BRASIL, CONTENDO OBRAS MUSICAIS OU LÍTERO-MUSICAIS DE AUTORES BRASILEIROS, E/OU OBRAS EM GERAL INTERPRETADAS POR ARTISTAS BRASILEIROS, BEM COMO OS SUPORTES MATERIAIS OU ARQUIVOS DIGITAIS QUE OS CONTENHAM.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Angélica Fialho

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: 3216-6218 / 3216-6232

FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 2007, DO SR. PAULO RENATO SOUZA, QUE "CRIA O TRIBUNAL SUPERIOR DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA".

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Heloísa Maria Diniz

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6201

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 130-A, DE 2007, DO SR. MARCELO ITAGIBA, QUE "REVOGA O INCISO X DO ART. 29; O INCISO III DO ART. 96; AS ALÍNEAS 'B' E 'C' DO INCISO I DO ART. 102; A ALÍNEA 'A' DO INCISO I DO ART. 105; E A ALÍNEA "A" DO INCISO I DO ART. 108, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REVOGA DISPOSITIVOS QUE GARANTEM A PRERROGATIVA DE FORO OU "FORO PRIVILEGIADO").

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques

Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A

Telefones: 3216.6214

FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 153-A, DE 2003, DO SR. MAURÍCIO RANDS, QUE "ALTERA O ART. 132 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REGULAMENTANDO A CARREIRA DE PROCURADOR MUNICIPAL).

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

Secretário(a): Aparecida de Moura

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-66207

FAX: (61) 3216-66225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 210-A DE 2007, DO SR. REGIS DE OLIVEIRA, QUE "ALTERA OS ARTIGOS 95 E 128 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA RESTABELECE O ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO COMO COMPONENTE DA REMUNERAÇÃO DAS CARREIRAS DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO".

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6232

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 231-A, DE 1995, DO SR. INÍCIO ARRUDA, QUE "ALTERA OS INCISOS XIII E XVI DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (REDUZINDO A JORNADA MÁXIMA DE TRABALHO PARA 40 HORAS SEMANAIS E AUMENTANDO PARA 75% A REMUNERAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO).

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6216

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 270-A, DE 2008, DA SRA. ANDREIA ZITO, QUE "ACRESCENTA O PARÁGRAFO 9º AO ARTIGO 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988". (GARANTE AO SERVIDOR QUE APOSENTAR-SE POR INVALIDEZ PERMANENTE O DIREITO DOS PROVENTOS INTEGRAIS COM PARIDADE).

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

Secretário(a): Maria Terezinha Donati

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6215

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 285-A, DE

2008, DO SR. PAULO TEIXEIRA, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA DISPOR SOBRE A VINCULAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS AOS RESPECTIVOS FUNDOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL"

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6214

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 300-A, DE 2008, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO § 9º, DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL". ESTABELECE QUE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DOS ESTADOS NÃO PODEM SER INFERIOR À DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, APLICANDO-SE TAMBÉM AOS INTEGRANTES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E AOS INATIVOS.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

Secretário(a): Valdivino Telentino Filho

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6206

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER

À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 308-A, DE 2004, DO SR. NEUTON LIMA, QUE "ALTERA OS ARTS. 21, 32 E 144, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CRIANDO AS POLÍCIAS PENITENCIÁRIAS FEDERAL E ESTADUAIS".

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

Secretário(a): Mírio Drjúsio Oliveira de A. Coutinho

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 3216-6203 / 3216-6232

FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 324-A, DE 2001, DO SR. INALDO LEITÃO, QUE "INSERE O § 3º NO ART. 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", APLICANDO, ANUALMENTE, NUNCA MENOS DE 6% DA RECEITA DE IMPOSTOS EM FAVOR DA PRODUÇÃO, PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E O CONHECIMENTO DE BENS E VALORES CULTURAIS.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

Secretário(a): Mírio Drjúsio Coutinho

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6203

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 347-A, DE 2009, DA SRA. RITA CAMATA, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO III DO ART. 208 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (GARANTE ACESSO À EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA PARA

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA SEM IMPOSIÇÃO DE LIMITE DE FAIXA ETÁRIA E NÍVEL DE INSTRUÇÃO, PREFERENCIALMENTE NA REDE REGULAR DE ENSINO)

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Mário Dirjusio Coutinho

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (63) 3216-6203

FAX: (63) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 366-A, DE 2005, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 98 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AO ART. 30 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS", ESTABELECE O CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE JUIZ DE PAZ, MANTENDO OS ATUAIS ATÉ A VACÂNCIA DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6214

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 416 -A, DE 2005, DO SR. PAULO PIMENTA, QUE "ACRESCENTA O ART. 216-A À CONSTITUIÇÃO PARA INSTITUIR O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA".

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6240

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 471-A, DE 2005, DO SR. JOÃO CAMPOS, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 236 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", ESTABELECE A EFETIVAÇÃO PARA OS ATUAIS RESPONSÁVEIS E SUBSTITUTOS PELOS SERVIÇOS NOTARIAIS, INVESTIDOS NA FORMA DA LEI.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: 3216-6207/6232

FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488-A, DE 2005, DA SRA. MARIA HELENA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 31 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998". (INCLUI OS EMPREGADOS DO EXTINTO BANCO DE RORAIMA, CUJO VÍNCULO FUNCIONAL TENHA SIDO RECONHECIDO, NO QUADRO EM EXTINÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. ALTERA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Presidente:

<p>1^o Vice-Presidente:</p> <p>2^o Vice-Presidente:</p> <p>3^o Vice-Presidente:</p> <p style="text-align: center;">Titulares Suplentes</p> <p>Secretário(a): Eveline Alminta</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6211/3216-6232</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 511-A, DE 2006, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA DISCIPLINAR A EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS", ESTABELECE QUE A MEDIDA PROVISÓRIA SÓ TERÁ FORÇA DE LEI DEPOIS DE APROVADA A SUA ADMISSIBILIDADE PELO CONGRESSO NACIONAL, SENDO O INÍCIO DA APRECIÇÃO ALTERNADO ENTRE A CÂMARA E O SENADO.</p> <p>Presidente:</p> <p>1^o Vice-Presidente:</p> <p>2^o Vice-Presidente:</p> <p>3^o Vice-Presidente:</p> <p style="text-align: center;">Titulares Suplentes</p> <p>Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A</p> <p>Telefones: 3216-6207</p> <p>FAX: 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 510-A, DE 2010, DO SENADO FEDERAL - ROMERO JUCI, QUE "ALTERA O ART. 31 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998, PARA DISPOR SOBRE O QUADRO DE SERVIDORES CÍVIS E MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS DO AMAPÁ E DE RORAIMA, POSSIBILITANDO QUE NELE SEJAM INCLuíDOS OS ADMITIDOS REGULARMENTE ATÉ A DATA DE INSTALAÇÃO DOS ESTADOS</p> <p>Presidente:</p>	<p>1^o Vice-Presidente:</p> <p>2^o Vice-Presidente:</p> <p>3^o Vice-Presidente:</p> <p style="text-align: center;">Titulares Suplentes</p> <p>Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 216-6209</p> <p>FAX: (61) 216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 549-A, DE 2006, DO SR. ARNALDO FARIA DE SI, QUE "ACRESCENTA PRECISO ÀS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS, DISPONDO SOBRE O REGIME CONSTITUCIONAL PECULIAR DAS CARREIRAS POLICIAIS QUE INDICA".</p> <p>Presidente:</p> <p>1^o Vice-Presidente:</p> <p>2^o Vice-Presidente:</p> <p>3^o Vice-Presidente:</p> <p style="text-align: center;">Titulares Suplentes</p> <p>Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: 3216-6206/6232</p> <p>FAX: 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 555-A, DE 2006, DO SR. CARLOS MOTA, QUE "REVOGA O ART. 4^o DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 2003", ACABANDO COM A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE OS PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS (CONTRIBUIÇÃO DE INATIVOS).</p> <p>Presidente:</p> <p>1^o Vice-Presidente:</p> <p>2^o Vice-Presidente:</p>
--	---

<p>3º Vice-Presidente:</p> <table border="0" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td style="width: 50%;">Titulares</td> <td style="width: 50%;">Suplentes</td> </tr> </table> <p>Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6207</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 556-A, DE 2002, DA SRA. VANESSA GRAZZIOTIN, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 54 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", CONCEDENDO AOS SERINGUEIROS (SOLDADOS DA BORRACHA) OS MESMOS DIREITOS CONCEDIDOS AOS EX-COMBATENTES: APOSENTADORIA ESPECIAL, PENSÃO ESPECIAL, DENTRE OUTROS.</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p>	Titulares	Suplentes	<p>3º Vice-Presidente:</p> <table border="0" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td style="width: 50%;">Titulares</td> <td style="width: 50%;">Suplentes</td> </tr> </table> <p>Secretário(a): Raquel Andrade de Figueiredo</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6241</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1 DE 2007, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 2007 E ESTABELECE DIRETRIZES PARA A SUA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DE 2008 A 2023".</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p>	Titulares	Suplentes		
Titulares	Suplentes						
Titulares	Suplentes						
<table border="0" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td style="width: 50%;">Titulares</td> <td style="width: 50%;">Suplentes</td> </tr> </table> <p>Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro</p> <p>Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A</p> <p>Telefones: (61) 3216-6209</p> <p>FAX: (61) 3216-6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 590-A, DE 2006, DA SRA. LUIZA ERUNDINA, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL". (GARANTE A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL DE CADA SEXO NA COMPOSIÇÃO DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO E DE CADA COMISSÃO, ASSEGURANDO, AO MENOS, UMA VAGA PARA CADA SEXO).</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p>	Titulares	Suplentes	<table border="0" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td style="width: 50%;">Titulares</td> <td style="width: 50%;">Suplentes</td> </tr> </table> <p>Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho</p> <p>Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A s/ 170</p> <p>Telefones: 3216.6206</p> <p>FAX: 3216.6225</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 219, DE 2003, DO SR. REGINALDO LOPES, QUE "REGULAMENTA O INCISO XXXIII DO ART. 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPONDO SOBRE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DETIDAS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA" (FIXA O PRAZO MÁXIMO DE 15 'QUINZE' DIAS ÚTEIS PARA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES)</p> <p>Presidente:</p> <p>1º Vice-Presidente:</p> <p>2º Vice-Presidente:</p> <p>3º Vice-Presidente:</p> <table border="0" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td style="width: 50%;">Titulares</td> <td style="width: 50%;">Suplentes</td> </tr> </table>	Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Titulares	Suplentes						
Titulares	Suplentes						
Titulares	Suplentes						

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6201

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 630, DE 2003, DO SENHOR ROBERTO GOUVEIA, QUE "ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990, CONSTITUI FUNDO ESPECIAL PARA FINANCIAR PESQUISAS E FOMENTAR A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TÉRMICA A PARTIR DA ENERGIA SOLAR E DA ENERGIA EÓLICA, E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA).

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz

Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A

Telefones: 3216.6201

FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 694, DE 1995, QUE "INSTITUI AS DIRETRIZES NACIONAIS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Angélica Fialho

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6218 / 6232

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.481, DE 2007, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, E A LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000, PARA DISPOR SOBRE O ACESSO A REDES DIGITAIS DE INFORMAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO". (FUST)

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Fernando Maia Leão

Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A

Telefones: 3216.6205

FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1876, DE 1999, DO SR. SÉRGIO CARVALHO, QUE "DISPÕE SOBRE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL, EXPLORAÇÃO FLORESTAL E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (REVOGA A LEI Nº 4.771, DE 1965 - CÓDIGO FLORESTAL; ALTERA A LEI Nº 9.605, DE 1998)

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Secretário(a): Eveline Alminta

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6211

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000, DO SENHOR BISPO WANDERVAL, QUE "INCLUI § 2º NO ART. 41, DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, NUMERANDO-SE COMO PARÁGRAFO 1º O ATUAL PARÁGRAFO ÚNICO", ESTABELECEndo QUE PARA O REGISTRO DE LOTEAMENTO SUBURBANO DE PEQUENO VALOR IMPLANTADO IRREGULARMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E REGULARIZADO POR LEI MUNICIPAL, NÃO HÁ NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO POR OUTRO ÓRGÃO.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

Secretário(a): Leila Machado Campos

Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A

Telefones: 3216.6212

FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.361, DE 2004, DO SR. VIEIRA REIS, QUE "MODIFICA A LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ESTABELECEndo LIMITES AO FUNCIONAMENTO DE CASAS DE JOGOS DE COMPUTADORES" (CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL: LAN HOUSES, TELECENTROS, CYBERCAFÉS, PONTOS DE CULTURA E SIMILARES).

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

Secretário(a): Luiz Cláudio

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-66287

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6716, DE 2009, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA A LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986 (CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA), PARA AMPLIAR A POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL EXTERNO NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO" - PL 841/95 APENSADO A ESTE.

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade

Local: Anexo II Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: (61) 3216-6207

FAX: (61) 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.927, DE 2003, DO SR. FERNANDO DE FABINHO, QUE "ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001, PARA ISENTAR AS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL E TRANSPORTE COLETIVO URBANO ALTERNATIVO DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO - CIDE"

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Titulares Suplentes

Secretário(a): Angélica Fialho

Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A

Telefones: 3216.6218

FAX: 3216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO Nº 29, DE 1993

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

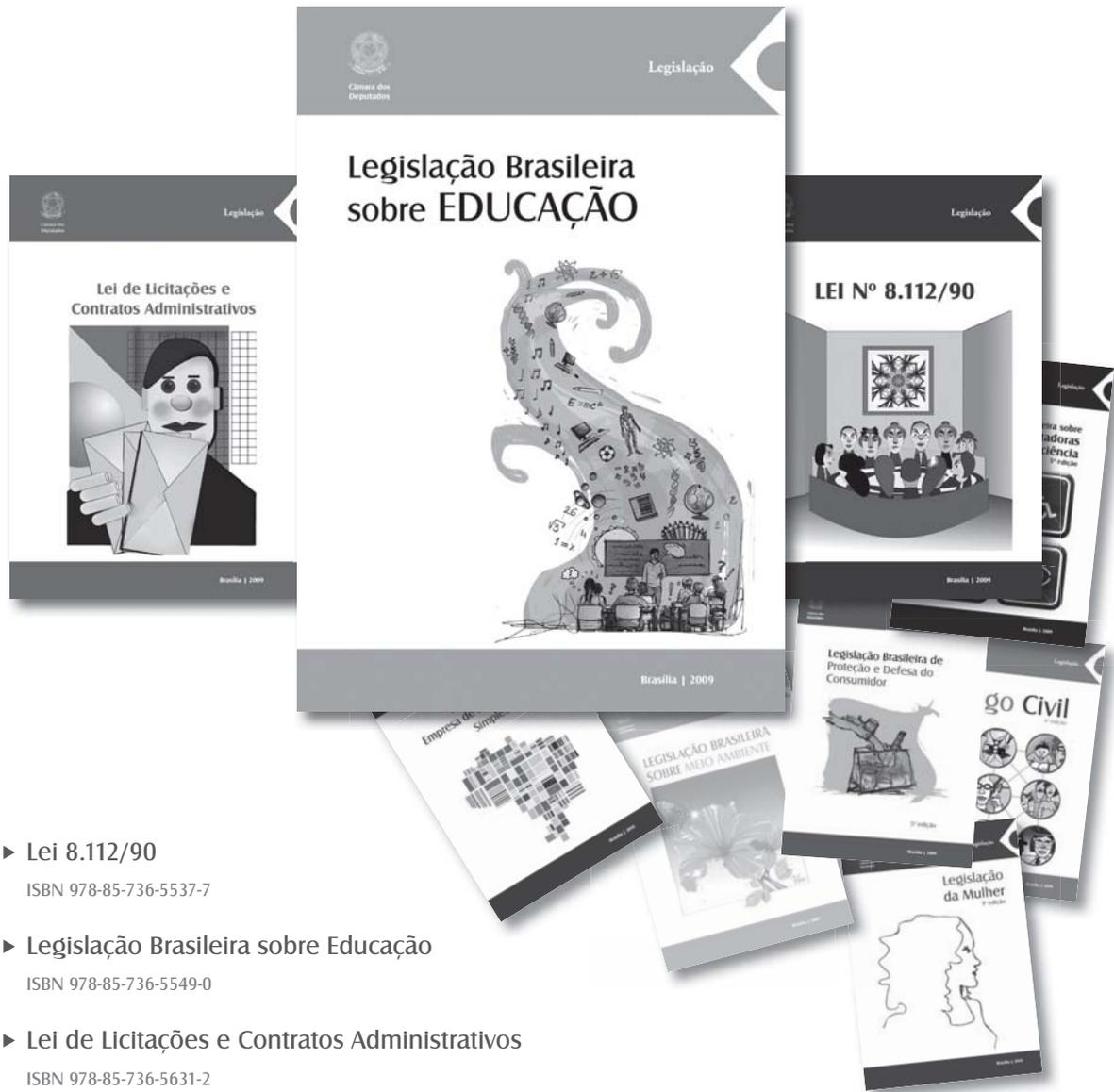
3º Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

Secretário(a): -

Lançamentos da Edições Câmara



- ▶ Lei 8.112/90
ISBN 978-85-736-5537-7
- ▶ Legislação Brasileira sobre Educação
ISBN 978-85-736-5549-0
- ▶ Lei de Licitações e Contratos Administrativos
ISBN 978-85-736-5631-2

edições
câmara

CEDI
CENTRO DE ESTUDOS
E DOCUMENTAÇÃO

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

INFORMAÇÕES

Coordenação Edições Câmara

Telefones: (61) 3216-5809

E-mail: edicoes.cedi@camara.gov.br

Site: <http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/edicoes>

LOCAL DE VENDA

Livraria Miller

Ed. Principal e Anexo IV

da Câmara dos Deputados

Telefone: (61) 3216-9971



Edição de hoje: 108 páginas

OS: 2011/11787